



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

VANILDA ARAÚJO FERREIRA

**AS INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA
CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL DO BAIXO TOCANTINS**

Belém, PA
2016

VANILDA ARAÚJO FERREIRA

**AS INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA
CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL DO BAIXO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Cordeiro de Santana

Belém, PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA

Ferreira, Vanilda Araújo

As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins / Vanilda Araújo Ferreira; Orientador, Antônio Cordeiro de Santana. – 2016.

138 f.: il.; 29 cm.
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

1. Agricultura integrada. 2. Agroindústria do dendê. 3. Impacto Socioambiental. 4. Desenvolvimento Local. 5. Amazônia. I. Santana, Antônio Cordeiro, Orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 338.1098115

VANILDA ARAÚJO FERREIRA

**AS INFLUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS DA
CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL DO BAIXO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Cordeiro de Santana
Orientador- UFPA

Prof.^a Dra. Nírvia Ravena
Examinadora Interna – NAEA/ UFPA

Prof.^a Dra. Cyntia Meireles
Examinadora Externa–UNAMA)

Resultado: _____

A Deus, pela vida.

Aos meus amados pais, Lourival Ferreira e Maria
Nailda Ferreira, pelo apoio e incentivo.

Ao meu esposo João Sérgio Neves, pelo
companheirismo e estímulo à realização deste
trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde, inspiração e disposição para o trabalho, bem como o encorajamento para vencer as dificuldades e conseguir finalizar com êxito este estudo.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), pela oportunidade de realizar o curso.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), pela bolsa de estudos concedida.

Ao professor orientador Antônio Cordeiro de Santana, pela admirável sabedoria com que conduziu a orientação deste estudo, sobretudo pelo apoio e incentivo constantes, além da firmeza nas decisões tomadas ao longo do trabalho de consolidação desta dissertação.

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), pelos ensinamentos transmitidos, pela amizade e pelo convívio, especialmente aos professores Antônio Cordeiro e Nírvia Ravena, pelas aulas de Economia Ecológica e Fundamentos Epistemológicos do Desenvolvimento, que despertaram o interesse para aprofundar meus conhecimentos e então elaborar a dissertação.

Aos agricultores familiares das Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, pela confiança na seriedade deste trabalho e pela valiosa colaboração, participando espontaneamente da pesquisa.

Às organizações sociais locais do Município de Moju pelo apoio e informações prestados.

À Coordenação do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) da Terceira Unidade Regional de Educação (3ª URE), município de Abaetetuba-PA, nas pessoas das senhoras Jandira Rodrigues e Francisca Ribeiro e à direção da Escola Pólo E. E. Bernardino Pereira de Barros, na pessoa da diretora Jesus Rocha, pela compreensão, apoio e incentivo à realização deste trabalho.

A todos os colegas de equipe do Sistema de Organização Modular de Ensino de Abaetetuba, anos 2014-2015, especialmente João Sérgio e Arlim Cunha, pelo apoio incondicional e incentivo.

À amiga Ana Karlla Magalhães, pelo convívio e amizade construída ao longo do curso, pelos conselhos valiosos e generosa contribuição no cálculo estatístico da gama volumosa de dados, sem os quais não seria possível finalizar este trabalho.

A todos os colegas da turma mestrado/doutorado 2014, especialmente Ana Karlla, Nádia, Ana Lídia, Thiago, Camilla, Jondison e César Tenório, pelos momentos de trabalho e de lazer, pela amizade e convívio.

A todos os técnicos e funcionários do NAEA, pela amizade e atenção.

Aos meus pais, pelos ensinamentos, especialmente seu Lourival Ferreira, pela cumplicidade e por compartilhar cada etapa desta conquista comigo, a meu esposo e familiares, pela compreensão das minhas ausências e por tudo o que representam em minha vida.

[...] Desenvolvimento pressupõe *mudança, transformação* – e uma transformação *positiva*, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento [...] só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um *valor social* [...]. (SOUZA, 1996, p. 1).

RESUMO

Este estudo investiga as influências sociais, econômicas e ambientais do “agronegócio do dendê” sobre a dinâmica do desenvolvimento local no Baixo Tocantins. Pela natureza estratégica da investigação, o método de pesquisa utilizado foi do tipo quali-quantitativo, a partir da percepção dos atores locais integrados à cadeia produtiva. Realizou-se entrevistas e coleta de dados secundários, com vistas a identificar, analisar e interpretar os fatores que representam os impactos e externalidades socioambientais que estão configurando a qualidade de vida das pessoas. Os resultados demonstraram que a introdução da cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins, com características de monocultura, está produzindo uma gama de efeitos socioeconômicos e ambientais negativos, na forma de integração vertical da produção. O agricultor familiar tornou-se uma espécie de “funcionário terceirizado” da empresa, por meio de uma relação contratual na qual a ausência de mecanismos decisórios participativos evidencia que a estrutura de poder e as forças que determinam a governança da cadeia produtiva de dendê são controladas de forma unilateral pela empresa Agropalma. Esse processo é sustentado pela fragilidade da organização social desses trabalhadores nas comunidades pesquisadas, o que reflete o baixo nível conscientização dos agricultores sobre a importância da organização social como ferramenta para o empoderamento desses sujeitos sociais. Este ambiente não permite que as comunidades locais acumulem capital suficiente, tampouco desfrutem de boa qualidade de vida, com garantia de liberdades substantivas e condições ambientais adequadas que possam induzir, endogenamente, uma trajetória dinâmica de desenvolvimento local. Espera-se, através desta pesquisa, contribuir para aprofundar a discussão sobre a implementação de políticas públicas no meio rural, sobretudo às relacionadas à expansão da dendecultura, como uma das possibilidades de recuperar áreas desflorestadas e promover o desenvolvimento regional, com base na integração entre agroindústria e pequeno agricultor familiar no estado do Pará.

Palavras-chave: Agricultura integrada. Agroindústria do dendê. Impacto Socioambiental. Desenvolvimento Local. Amazônia.

ABSTRACT

This paper investigates the social, economic and environmental influences of the "palm oil agrobusiness" in the dynamics of the local development of "Baixo Tocantins". According to the strategic nature of the research, the method used was the quali-quantitative type, from the perception of integrated local agents of the chain production. We conducted interviews and collected secondary data in order to identify, analyze and interpret the factors of socioeconomic and environmental impacts and externalities which are configuring people's quality of life. The results showed that the introduction of the chain production of palm oil in "Baixo Tocantins", with monoculture features, is producing a wave of negative socioeconomic and environmental effects in the form of vertical integration of production. The family rural worker has become a kind of "employee outsourced" of the company, through a contractual relationship in which the absence of participatory decision-making mechanisms shows that the power structure and the forces that determine the governance of the chain production of palm oil are controlled in a unilateral way by Agropalma. This process is supported by the weakness of the social organization of these workers in the surveyed communities, reflecting the low level of awareness among farmers about the importance of social organization as a tool for empowering these social subjects. This environment neither allows local communities to accumulate enough capital, nor enjoys good quality of life, with a guarantee of substantive freedoms and appropriate environmental conditions that can induce endogenously, a dynamic path of local development. It is expected through this search a contribution to deepen the discussion about the implementation of public policies in rural areas, particularly those related to the expansion of palm oil culture as one of the possibilities to recover deforested areas and promote regional development, based on integration between agribusiness and small family rural worker in Para state.

Key words: Integrated agriculture. Agro-industry of palm oil. Socio-environmental Impact. Local Development. Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa1-	Mapa de localização das Comunidades de Água Preta, Arauai eApei, no município de Moju.....	17
Mapa 2-	Zondendê no Arco de Produção de Palma com cultivares no estado do Pará.....	24
Fotografia 1 a-b-	Cultura de trabalho na produção familiar.....	60
Figura 1 -	Remessa de pagamento feita pela Agropalma ao Banco da Amazônia, com os devidos descontos.....	64
Fotografia 2a-d-	Habitações de famílias integradas ao dendê há 12 anos, em Apei.....	77
Fotografia 3 a-b-	Habitação de uma família integrada ao dendê há 12 anos, aguardando a construção da casa em alvenaria, em Apei.....	78
Fotografia 4 -	Condições do banheiro externo de um produtor, na Comunidade do Apei.....	80
Fotografia 5 a-d-	Retirada ilegal de madeira próximo à área de reserva da Agropalma.	84
Fotografia 6 -	Nível de água em trechos do Rio Turiaçu, em Água Preta.....	85
Fotografia 7a- b-	Assoreamento de trechos do Rio Apei.....	86
Fotografia 8-	Aspectos alterados no Rio Turiaçu, Comunidade Água Preta.....	88
Fotografia 9 a-b -	Rio Turiaçu, Comunidade de Água Preta, com espuma poluente.....	89
Fotografia 10 a-b-	Estradas de acesso às Comunidades de Arauaí e Apei.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Impacto do dendê nas condições de vida e da condução do sistema de produção do agricultor familiar integrado.....	72
Gráfico 2-	Comparativo do acesso a bens e serviços antes e depois da cadeia produtiva do dendê.....	76
Gráfico 3-	Aspectos socioambientais observados antes e depois do dendê.....	82
Gráfico 4-	Aspectos socioambientais observados antes e depois do dendê (Continuação).....	83
Gráfico 5-	Aspectos socioambientais observados antes e depois do dendê (Continuação).....	87
Gráfico 6-	Grau de satisfação com a relação entre a empresa e os agricultores.....	99
Gráfico 7-	Grau de satisfação com a relação entre a associação dos agricultores e a atividade.....	102
Gráfico 8-	Grau de satisfação com a relação entre o agricultor e a associação.....	104

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1-	Número de agricultores por projeto/comunidade que participaram da coleta de dados.....	42
Tabela 2-	Características gerais dos agricultores familiares entrevistados.....	49
Tabela 3-	Características das propriedades rurais de agricultores integrados à produção de dendê.....	53
Tabela 4-	Uso da terra e da mão de obra antes e depois do cultivo do dendê.....	58
Tabela 5	Renda dos produtores integrados antes e depois do cultivo do dendê.....	62
Tabela 6-	Características das moradias e dos serviços de água e energia dos produtores entrevistados.....	79
Tabela 7-	Matriz de cargas fatoriais do modelo de sustentabilidade da integração ao dendê após a rotação ortogonal pelo método Varimax, Pará, 2015.....	108
Tabela 8-	Índice de Sustentabilidade do Desenvolvimento Local, Pará, 2015.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE	Análise Fatorial Exploratória
ANP	Agência Nacional de Petróleo
BASA	Banco da Amazônia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CFF	Cachos de Frutos Frescos
CRAI	Companhia Real Agroindustrial S. A.
DENPASA	Dendê do Pará S. A.
DHP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSL	Índice de Desenvolvimento Local
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOS	Instituto Observatório Social
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
IRHO	Institut de Recherches Pour Lês Huileset Les Oleagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
KMO	Kaiser-Meyer-Oklin
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MME	Ministério de Minas e Energia
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
NEI	Nova Economia Institucional
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PPSPO	Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo
PRONAF	Programa Nacional Para Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ COMO PROJETO DE ESTADO PARA ODESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	21
2.1	Dendê: de projeto desenvolvimentista ao projeto de desenvolvimento sustentável.....	24
2.2	A agricultura familiar e a verticalização da produção.....	29
3	MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	34
3.1	Referencial teórico.....	34
3.2	Metodologia.....	42
3.2.1	Teste de Média nos indicadores gerados.....	44
3.2.2	Modelo de Análise Fatorial Exploratória.....	45
3.2.3	Indicador de Desenvolvimento Local.....	47
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
4.1	Aspectos gerais do produtor e da propriedade familiar integrados ao dendê.....	48
4.2	Dendê: entre antigas e novas paisagens socioeconômicas e ambientais no Baixo Tocantins.....	57
4.3	A Estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê e seus rebatimentos na dinâmica de desenvolvimento local.....	97
4.4	Análise fatorial.....	107
4.4.1	Fatores de Impactos Socioeconômicos e Ambientais.....	109
4.4.2	Índice de Sustentabilidade do Desenvolvimento Local com base no Dendê.....	113
4.4.3	Influências Socioeconômicas e Ambientais do Projeto Dendê.....	117
4.4.4	Sugestões à Sustentabilidade da Agricultura Familiar.....	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
	REFERÊNCIAS.....	126
	APÊNDICE.....	133

1 INTRODUÇÃO

A introdução do “agronegócio do dendê” no nordeste paraense, responde pela configuração de uma gama de novos fatores sociais, econômicos e ambientais¹ estampados na paisagem da mesorregião. Essa realidade tornou-se evidente com o recente e acelerado processo de expansão da dendeicultura, e com a incorporação da agricultura familiar à atividade, na forma de integração vertical da produção. Conseqüentemente, têm-se a introdução de uma nova racionalidade de uso e posse da terra, e das relações de trabalho, com fortes rebatimentos na dinâmica de desenvolvimento local.

A partir do advento do biodiesel, o dendê passou a ser incluído em um novo nicho do mercado – o do óleo de palma. É identificado como matéria-prima para o biocombustível, agregando o caráter sustentável que a mudança na matriz energética mundial exige.

Diante do cenário promissor, a cultura passou a ser estimulada no Brasil por meio da criação de projetos específicos para este setor. É concebida como uma das alternativas para respaldar programas de fomento ao desenvolvimento local e sustentável, com base na integração da agricultura familiar à atividade (BRASIL, 2010).

Devido às condições naturais favoráveis para o cultivo, o Pará se destaca na concentração de indústrias e plantações, principalmente nos municípios de Moju, Tailândia, Tomé-Açu, Igarapé-Açu, Bonito, Santa Bárbara e Castanhal (LUCAS, 2015).

No Pará, a Agropalma, empresa de capital nacional, destaca-se como a maior produtora de óleo de palma. No sistema de produção integrada, a Agropalma é pioneira e detentora de *knom how* na região. A parceria, estabelecida por contrato, identifica os diversos sujeitos envolvidos no Projeto de Agricultura Familiar com Cultura de Palma (Dendê), quais sejam, agricultores familiares locais, CRAI Agroindustrial S. A., Banco da Amazônia (BASA) e governos municipal, estadual e federal. O propósito é promover a sustentabilidade socioeconômica da região amazônica, com a geração de emprego e renda.

Segundo Silva (2015), o avanço do “agronegócio” na Amazônia brasileira está relacionado com a racionalidade fundada no tempo-espaço e na lógica da globalização, que gera transformações socioeconômicas e ambientais significativas onde se instala e,

¹ Ver Acevedo (2010), Drouvot (2012), Backhouse (2013), Monteiro (2013), Nahum et al. (2012- 2014) e Sousa (2015).

consequentemente, produz fragmentações nas coerências territoriais locais e impõe a lógica global das grandes empresas.

Com efeito, a questão central que norteou o presente trabalho consiste em saber: como os fatores socioeconômicos e ambientais gerados pela cadeia produtiva do dendê, sobretudo a partir da integração da agricultura familiar à atividade, influenciam a dinâmica de desenvolvimento local nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no Baixo Tocantins? Especificamente, procurou-se responder a duas questões centrais: Quais as diferenças existentes entre os fatores socioeconômicos e ambientais das Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, antes e depois da estruturação da cadeia produtiva do dendê? Quais os fatores que estruturam a cadeia produtiva do dendê e como influenciam a dinâmica de desenvolvimento local na percepção dos atores locais envolvidos na cadeia?

Buscando respostas e reflexões sobre a problemática apresentada, foi estabelecido como objetivo geral: analisar as influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê na dinâmica de desenvolvimento local das Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no Baixo Tocantins, a partir da integração da agricultura familiar à atividade; e como objetivos específicos: analisar, comparativamente, os fatores socioeconômicos e ambientais das Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, antes e depois da estruturação da cadeia produtiva do dendê; e identificar e analisar os fatores que estruturam a cadeia produtiva do dendê e sua influência sobre o desenvolvimento local, na percepção dos atores locais integrados à cadeia.

Partiu-se da seguinte hipótese: a introdução da cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins, com características de monocultura, está produzindo uma gama de efeitos socioeconômicos e ambientais negativos, sob a forma de integração vertical da produção.

O agricultor familiar tornou-se uma espécie de “funcionário terceirizado” da Agropalma, por meio de uma relação contratual, na qual a ausência de mecanismos decisórios participativos evidencia que a estrutura de poder e as forças que determinam a governança da cadeia produtiva de dendê são controladas de forma unilateral pela empresa Agropalma.

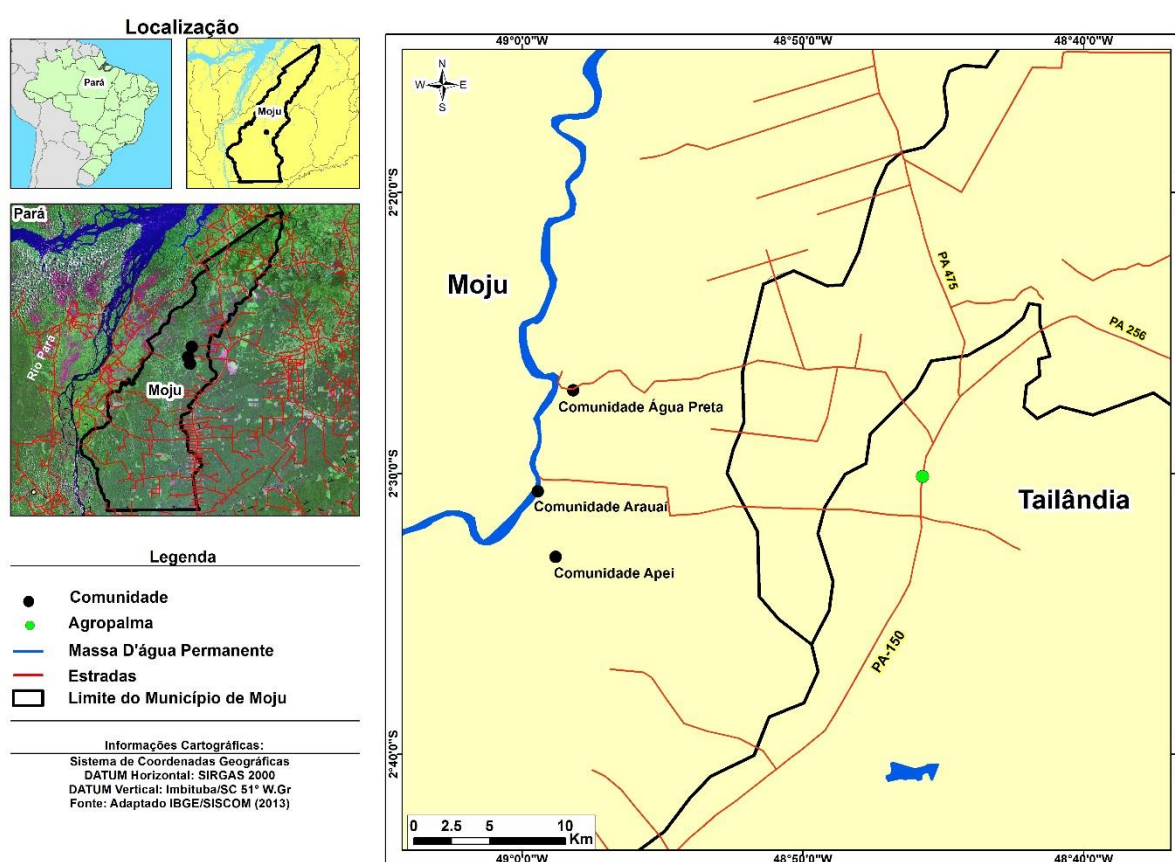
Esse processo é sustentado pela fragilidade da organização social dos trabalhadores nas comunidades pesquisadas, o que reflete o baixo nível conscientização dos agricultores sobre a importância da organização social como ferramenta para o empoderamento desses sujeitos sociais.

Este ambiente não permite que as comunidades locais acumulem capital suficiente, tampouco desfrutem de uma boa qualidade de vida, com garantia de liberdades substantivas e

condições ambientais adequadas, que possam induzir, endogenamente, uma trajetória dinâmica de desenvolvimento local.

A referência empírica da análise correspondeu à área de atuação do Grupo Agropalma, empresa precursora da agroindústria de óleo de palma do nordeste paraense, abrangendo áreas de terra dos municípios de Acará, Moju e Tailândia. Entretanto, o foco da coleta de dados para esta pesquisa limitou-se às Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no Moju (Mapa 1), por concentrarem o maior número de agricultores familiares que mantinham contrato firmado com a Agropalma no período estabelecido para o estudo.

Mapa 1 - Mapa de localização das Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no município de Moju.



Fonte: Elaboração da autora (2016).

O tempo estabelecido como padrão para a análise correspondeu ao período de 2002, quando foram firmados os primeiros contratos entre os pequenos produtores locais e a empresa Agropalma, até o ano de 2014, compreendendo um intervalo de 12 anos.

A delimitação da área estudada foi estabelecida em função da densidade da produção de dendê na região, da sua importância atual para a subsistência das comunidades locais fornecedoras de frutos de dendê ao Grupo Agropalma e, conseqüentemente, da ampla

visibilidade dos rebatimentos socioeconômicos e ambientais da cadeia produtiva do dendê no processo de desenvolvimento local.

É importante destacar que a referida área está situada no território do Baixo Tocantins, espaço de abrangência do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)/Território de Cidadania do Baixo Tocantins, ligado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O PTDRS apresenta-se como ferramenta norteadora de gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores públicos, sociais e econômicos do território, contemplando as vocações e estratégias priorizadas pelos atores territoriais, visando promover alterações significativas nas realidades socioeconômicas e ambientais locais (BRASIL, 2010). A dendeicultura é uma das atividades previstas no PTDRS, defendida como cultura inclusiva e sustentável capaz de contribuir significativamente para o fomento do desenvolvimento local.

Embora a expansão do cultivo do dendê seja um fenômeno relativamente recente na Amazônia, estudos sobre o tema têm avançado significativamente. Um número considerável de estudos tem abordado as implicações sociais e ambientais oriundas da cadeia de dendê, principalmente aquelas relacionadas às questões fundiárias, conflitos sociais e desmatamentos em curso na região (ACEVEDO, 2010; DROUVOT, 2012; BACKHOUSE, 2013; MONTEIRO, 2013; SILVA 2013; NAHUM et al., 2012, 2013, 2014; SOUSA, 2015).

Entretanto, tem-se dado pouca atenção para a reflexão sobre a forma como a cadeia produtiva do dendê influencia a dinâmica de desenvolvimento local dos espaços em que atividade vem se desenvolvendo, especialmente a partir da integração dos pequenos agricultores à cadeia produtiva, por meio da celebração de contratos com as empresas que operam no setor agroindustrial do óleo de palma.

Esta questão torna-se mais pertinente quando se considera o atual cenário de incentivo à expansão do cultivo do óleo de palma na Amazônia e, sobretudo, que a atividade pressupõe, atualmente, o ideário de sustentabilidade, buscando a associação do tripé social, ambiental e econômico, uma das diretrizes características do chamado desenvolvimento sustentável, conforme destacou Vasconcelos et al. (2007)

A realização desta pesquisa é, portanto, fundamental, na medida em que constitui um esforço situado na fronteira do conhecimento socioeconômico e ambiental. E poderá contribuir para a ampliação da base de conhecimentos sobre o tema, oferecendo subsídios para a escolha de caminhos alternativos, compatíveis com o desafio de assegurar o uso sustentável

dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A promoção do desenvolvimento ético e com justiça social, que o futuro regional demanda da sociedade, pressupõe maior rigor e honestidade na gestão dos recursos para viabilizar o avanço tecnológico, o fomento de pesquisas, as políticas públicas e a efetiva aplicação de instrumentos legais que visem fundamentar processos duradouros de desenvolvimento socioespacial em diferentes escalas na Amazônia.

A dissertação está estruturada em três capítulos no plano textual. O primeiro capítulo apresenta o contexto no qual a cadeia produtiva do dendê se converte em política de Estado, sendo concebida como uma das alternativas mais expressivas para respaldar políticas e programas de desenvolvimento inclusivo e sustentável para a Amazônia. Do ponto de vista teórico-metodológico, neste capítulo estão arrolados autores de trabalhos referenciais acerca do desenvolvimento regional e cadeia produtiva, segundo uma abordagem dialética. O intuito é apresentar subsídios para compreender a cadeia produtiva na perspectiva das políticas de desenvolvimento regional.

São apresentadas as principais ações políticas de incentivo à atividade, traduzidas pela criação de projetos específicos e instrumentos legais que constituem o marco regulatório do setor. É realizada uma breve revisão da literatura sobre as políticas que historicamente se destinaram à promoção do desenvolvimento regional, buscando evidenciar o ambiente contraditório que envolve o estabelecimento da atividade na região. Demonstra-se que, dependendo das alianças e determinações tomadas fora da região, a partir dos centros politicamente hegemônicos ligados às elites locais, nacionais e internacionais, o projeto dendê é chamado a assumir papéis específicos, ora como projeto desenvolvimentista, ora projeto sustentável.

Também é tratado no primeiro capítulo o contexto de integração da lógica produtiva familiar à racionalidade produtiva da agroindústria monocultura do dendê. Com base nos conceitos de agricultura familiar e de agronegócio, evidencia-se que essas duas lógicas de produção sustentam significados e códigos de sociabilidade completamente diferentes. Havendo, portanto, um choque entre a solidariedade orgânica própria da agricultura familiar e a solidariedade organizacional do agronegócio.

O segundo capítulo é dedicado a apresentar o suporte teórico-metodológico da pesquisa, com base nos seguintes elementos: referencial teórico, ancorado nos postulados do Desenvolvimento Local e da Teoria da Governança, como base teórica; e a metodologia, composta pelos itens, teste de média nos indicadores gerados, modelo de análise fatorial e

indicador de desenvolvimento local. A sistematização desses elementos no interior do capítulo busca demonstrar que a pesquisa se desenvolve em bases teóricas e metodológicas adequadas aos propósitos apresentados, primando pelo rigor científico nas escolhas adotadas.

O terceiro capítulo se propõe a discutir os elementos que apresentam os resultados da pesquisa, com sistematização dos dados levantados e analisados à luz da teoria de base, a partir dos seguintes subcapítulos: i) Aspectos gerais do produtor e da propriedade familiar integrados ao dendê: busca-se apresentar as características sociais, econômicas e culturais do produtor familiar, as características da propriedade familiar e as condições em que foram integrados ao projeto dendê; ii) Dendê: entre antigas e novas paisagens socioeconômicas e ambientais no Baixo Tocantins: neste subcapítulo são analisados, comparativamente, os fatores socioeconômicos e ambientais das Comunidade Água Preta, Arauaí e Apei, antes e depois da estruturação da cadeia produtiva do dendê, para verificar as mudanças produzidas pelo dendê no processo de desenvolvimento local; iii) A estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê e seus rebatimentos na dinâmica de desenvolvimento local: são analisadas a estrutura de poder e as forças que determinam a governança da cadeia produtiva do dendê, buscando apreender como este aspecto influencia a qualidade de vida nas comunidades pesquisadas e ;iv) Análise Fatorial: são demonstrados de forma inédita os fatores de impactos socioeconômicos e ambientais gerados pela cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins e o índice de sustentabilidade do desenvolvimento local com base no dendê. Em conjunto, esses resultados, fundamentaram a visualização das influências socioeconômicas e ambientais do projeto dendê no desenvolvimento local.

2 A CADEIA PRODUTIVA DO DENDÊ COMO PROJETO DE ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com a crise mundial do petróleo na década de 1970, a busca pelo desenvolvimento de fontes de energia renováveis para suprir a demanda do setor industrial e reduzir os impactos ambientais estimularam a procura por óleos de origem vegetal para a produção de biodiesel, considerado um combustível “ecologicamente correto”. Na década de 1990, o dendê entrou no circuito produtivo mundial de biodiesel, com destaque para os maiores centros produtores, como Malásia e Indonésia, no sudeste asiático; e Colômbia, na América Latina (MONTEIRO, 2013).

No Brasil, somente a partir de 2004, com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) (Lei nº 11.097/05), a produção de dendê cresceu consideravelmente, trazendo como dado novo a perspectiva da inclusão social na cadeia produtiva, por meio da integração da agricultura familiar à atividade e o foco no desenvolvimento regional.

Contudo, foi com a publicação do Decreto nº 7.172, que aprova o Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo e o lançamento do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO), com itens dedicados à inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do dendê, que a institucionalização da cultura do dendê ganha consistência no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Com essas medidas, o dendê tornou-se uma das estrelas do Programa Agroenergético do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2010).

De acordo com o PNPB (2004), o uso do biodiesel também possibilita o atendimento dos compromissos firmados no âmbito da Convenção do Clima, podendo proporcionar a obtenção de créditos de carbono sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto.

Observa-se que as políticas recentes de incentivo à expansão do cultivo do dendê na Amazônia estão associadas não apenas ao aumento da demanda pelo produto, dada a multiplicidade do seu potencial de uso industrial de produtos alimentícios e cosméticos ou por apresentar maior produtividade por área cultivada do que a soja, mas também à crise socioecológica e às tendências econômicas e políticas que marcam o contexto mundial.

Segundo Becker (2010), o dendê se valoriza como possível biocombustível e com a possibilidade de participar do mercado de sequestro de carbono, por consistir em cobertura florestal.

Constitui um bom exemplo neste sentido, a pressão internacional do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas pela urgência na adoção de biocombustível na matriz energética mundial: “a comunidade internacional já está

diante de um cruzamento: ou inicia a mudança de sua matriz energética já, ou será impossível limitar o aumento da temperatura média da terra em 2°C em 2100” (NETTO, 2014, p. 19).

Este é o contexto em que se intensificam as políticas governamentais de incentivo à produção de óleo de palma na região, visto que essas iniciativas são parte do esforço do governo federal em promover a diversificação da matriz energética brasileira. O objetivo é robustecer a posição do país como potência agroexportadora e energética, com foco na inclusão social, na cadeia produtiva e no desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesta perspectiva, a expansão da cadeia produtiva do dendê é concebida como elemento indutor de desenvolvimento agrário e sustentabilidade na Amazônia paraense.

Os esforços nessa direção estão amparados em instrumentos legais que compõem o marco regulatório específico que define os percentuais de mistura do biodiesel ao diesel; a forma de utilização; e o regime tributário, que considera a diferenciação das alíquotas com base na região de plantio, nas oleaginosas e na categoria de produção (agronegócio ou agricultura familiar) (PNPB, 2004).

Este ideário de sustentabilidade está contido no discurso do Ministério de Minas e Energia (2004). Segundo o órgão, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), objetiva, no Brasil, a implementação da produção e uso do biodiesel de forma sustentável, tanto técnica quanto economicamente, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via a geração de emprego e renda.

Da mesma forma, entre as diretrizes sociais do Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma no Estado do Pará, destacam-se os compromissos de promover a inclusão social, a geração de emprego e a melhoria de renda da população rural e urbana local e também de incentivar atividades que garantam a segurança alimentar e a diversificação da renda dos agricultores familiares (DROUVOT, 2011).

Como mais uma medida de incentivo, o governo cria o Selo Combustível Social, que estabelece as condições para que os produtores industriais de biodiesel obtenham benefícios tributários e financiamentos mediante aquisição de matéria-prima de agricultores familiares, por meio da celebração de contrato com especificação de renda e prazos compatíveis com a atividade, garantindo assistência e capacitação técnica (PNPB, 2004).

Sob essas condições, a cadeia de dendê transforma-se numa espécie de panaceia para todos os males, pela combinação ambiciosa de política energética e de desenvolvimento agrário, com aspirações transnacionais de proteção do meio ambiente e do clima.

O crescente avanço na formulação de políticas de estímulo à expansão da atividade na Amazônia paraense evidencia que a cultura do dendê se converteu em política de Estado,

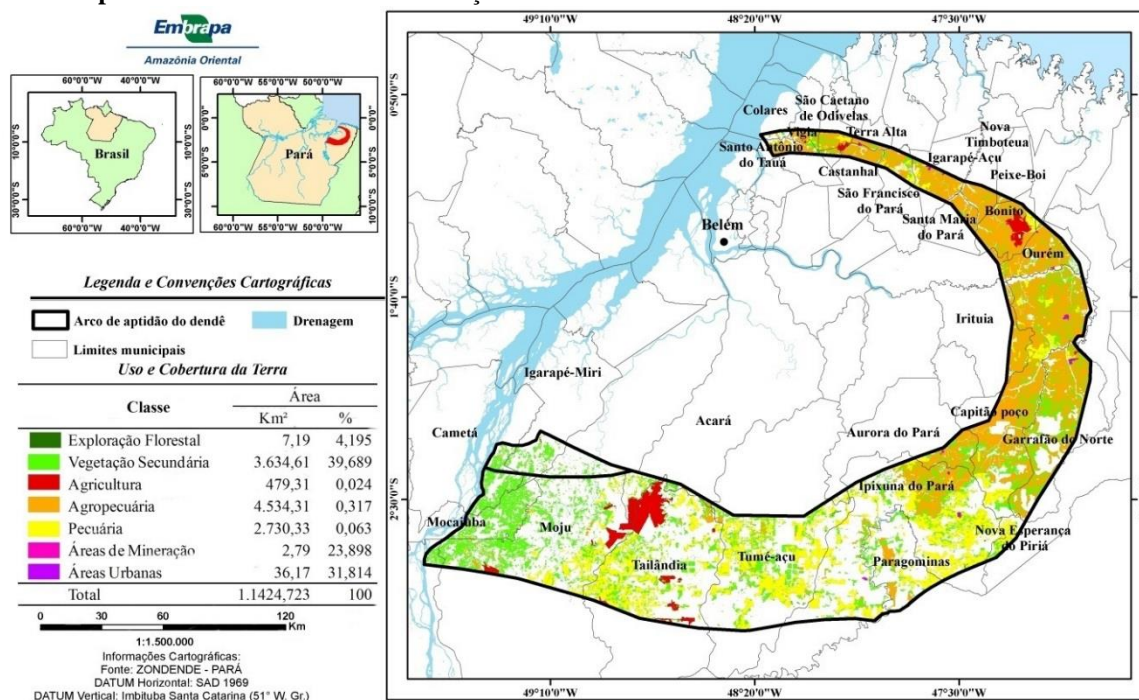
sendo concebida como uma das alternativas mais expressivas para respaldar políticas e programas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Como atividade socioeconômica e ecologicamente sustentável, a monocultura do dendê tenta atravessar o debate público praticamente livre de questionamentos.

Contudo, em meio ao ambiente otimismo criado em torno do dendê, pesquisas já realizadas demonstram de que o sistema produtivo da cultura do óleo de palma adotado na Indonésia, Malásia e Colômbia tem sido acompanhando de desmatamentos de áreas de florestas nativas, conflitos sociais e agrários, ameaças à fauna silvestre, êxodo de produtores rurais, dentre outros problemas (PYE, 2008; FEINTRENIE et al., 2010; MCCARTHY, 2010).

Na Amazônia, estudos constataram que a atividade está se desenvolvendo a elevados custos socioambientais negativos para a sociedade. Foi identificado um quadro crescente de concentração do uso da terra pelo complexo agroindustrial de óleo de palma, sustentado por novas alianças entre empresas transnacionais, Estado e elites locais na região, além de expropriações e depredações dos ecossistemas (ACEVEDO, 2010; BECKHOUSE, 2013; MONTEIRO, 2013; NAHUM et al., 2012, 2013, 2014; SOUSA, 2015).

Esse processo tem-se legitimado pelo fato de a dendeicultura pressupor um projeto ecologicamente sustentável e o desenvolvimento em áreas já antropizadas, conforme demonstra o estabelecimento do Zondendê no Arco de Produção de Palma, que consiste na delimitação das áreas prioritárias para a expansão da dendeicultura no Estado do Pará (Mapa2).

Mapa 2 - Zondendê no Arco de Produção de Palma com cultivares no Estado do Pará.



Fonte: EMBRAPA (2010).

Mesmo diante do atual cenário de incertezas quanto à pertinência, ou não, da expansão da lavoura do dendê na Amazônia, ações governamentais indicam forte tendência à expansão da cadeia produtiva do dendê na região. Evidenciando seu prestígio como uma das cadeias produtivas de maior visibilidade entre os investimentos públicos e privados do agronegócio na Amazônia, com foco no desenvolvimento regional.

São exemplares, as ações de adoção da Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, pela presidente Dilma Rousseff, que estabelece a mudança de 5% para 7% no percentual de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel (BRASIL, 2014) e a assinatura do Protocolo para estimular a cadeia produtiva de palma de óleo no estado do Pará, pelo governo do estado do Pará, em 26 de agosto de 2014 (PROTOCOLO..., 2014).

2.1 Dendê: de projeto desenvolvimentista ao projeto de desenvolvimento sustentável

A cultura do dendê (*Elaeis guianensis* Jacq.) apresenta alto nível de aproveitamento nos trópicos úmidos. De origem africana, a palmeira adaptou-se naturalmente às condições climáticas da Amazônia paraense, com temperatura média mensal entre 25 e 28 °C. Em virtude da alta produtividade e versatilidade, acima de quatro toneladas/hectare por ano, com larga utilização nas indústrias de alimentos, cosméticos e óleo químicas e, crescente utilização na

produção de biocombustível, o óleo de palma ocupa a primeira posição na produção mundial de óleos e gorduras (MÜLLER, 1980).

No Brasil, a monocultura do dendê foi promovida à política de estado por ações governamentais como o Zoneamento Agroecológico da Cultura da Palma de Óleo e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (BRASIL, 2010).

A maior área produtora de óleo de palma do Brasil está localizada na mesorregião Nordeste paraense. A proximidade dos portos e da capital paraense, Belém, bem como, o afastamento de *hotspots*² de biodiversidade e as condições biofísicas favoráveis, fazem da região o espaço ideal para o desenvolvimento da dendeicultura (ver Mapa 2).

No Pará, o Grupo Agropalma, atualmente destaca-se como o maior produtor de óleo de palma. Este Grupo iniciou o cultivo de dendê na região amazônica na década de 1980, e sua origem está relacionada à implantação do modelo de desenvolvimento regional ancorado nos grandes projetos agropecuários e agrominerais em vigor na região a partir da década de 1960 (CRUZ, 2006).

De acordo com Homma (2014), o cultivo comercial do dendezeiro no estado do Pará teve início em 1965, a partir da experiência pioneira da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) no município de Santa Bárbara. Contou com a colaboração do Institut de Recherches Pour Lês Huileset Les Oleagineux (IRHO), por iniciativa de Clara Pandolfo (1912-2009). Em 1974, o plantio passou para a competência da Dendê do Pará S.A. (DENPASA), constituindo-se um grande laboratório de experiências sobre o cultivo do dendezeiro na Amazônia.

Assim, a cultura do dendê adentra a região amazônica ancorada no projeto nacional desenvolvimentista baseado na industrialização, com ênfase nos interesses econômicos exógenos à região. Um projeto que, segundo Vasconcelos et al. (2007), foi implementado pelo planejamento estatal dentro de uma lógica de desenvolvimento pensada “*de fora para dentro*” ou de “*cima para baixo*”, com total exclusão das populações locais. Nesta concepção, as políticas públicas têm como princípio que o segmento local possa aproveitar os impulsos externos de desenvolvimento.

Tais projetos resultaram da política de desenvolvimento regional elaborada e subsidiada pelo governo federal, que, ao implantar uma malha de duplo controle, territorial e institucional,

²*Hotspots* são regiões que abrigam uma imensa diversidade de espécies endêmicas significativamente afetadas e alteradas pelas atividades humanas (OLIVEIRA et al., 2008).

desenhou um amplo projeto de ocupação territorial e de (re)inserção da Amazônia na divisão territorial do trabalho nos níveis nacional e internacional (BECKER, 2004).

O caráter devastador do modelo desenvolvimentista traduzia-se na inundação de imensas extensões de terras ocupadas por populações tradicionais para a construção de hidrelétricas, no consumo da biomassa da floresta como matéria-prima para fins industriais ou como combustíveis e no desmatamento por meio de queimadas para a implantação de grandes empresas subsidiadas. Esse quadro de devastação evidenciava o descompromisso desses investimentos com a realidade local e com a qualidade de vida das populações locais (GONÇALVES, 2005).

Nas décadas de 1980 e 1990, a crise econômica e fiscal que assolou o Brasil inviabilizou os investimentos públicos, com fortes rebatimentos econômicos na região amazônica. O Estado brasileiro foi levado a adotar medidas de natureza neoliberal, nas quais as exportações de *commodities* constituíram a receita para alavancar a economia e diminuir o déficit público (SILVA, 2015).

Assim, a forte participação do Estado através de políticas de incentivos fiscais, de crédito e cambiais estimulou a implantação de segmentos produtivos a montante e a jusante do setor agrícola, como foi o caso do complexo agroindustrial do dendê na Amazônia.

Dessa forma, o agronegócio tornou-se, ao mesmo tempo, a força política e o motor econômico que viriam impor a espacialidade do capital globalizado no meio rural. De acordo com Silva (2015), no espaço agrário amazônico tende a cristalizar-se de forma pontual ou em manchas, pois as empresas passaram a atuar na seleção e formação do seu território corporativo, com racionalidade e estrutura organizacional de base capitalista.

Para Gonçalves (2005), esse contexto marcava, novamente, a internacionalização da Amazônia por cima, pelos de cima e para os de cima na hierarquia social, constituindo-se dessa forma, a real dimensão da inserção do capital internacional na região.

Ainda na década de 1980, a nova lógica de acumulação capitalista assentada no modelo neoliberal globalizante, assume um paradigma de base científica e tecnológica e passa a incorporar a discussão sobre meio ambiente como um importante fator de desenvolvimento do sistema capitalista (VASCONCELOS et al., 2007).

Enquanto na Amazônia se discutia as contradições do modelo nacional desenvolvimentista, em nível mundial, o capital inicia uma nova fase de acumulação baseada nos avanços da ciência e da tecnologia, passando a incorporar a discussão sobre o meio ambiente como um importante fator de desenvolvimento do sistema. Este novo modelo chega à região atravessando o projeto de industrialização nacional (VASCONCELOS et al., 2007).

Com a crise ecológica em escala global, a Amazônia é revestida por outra dimensão de internacionalização do capital no espaço regional. Trata-se da dimensão ecológica, na qual a região cumpre indubitavelmente um papel essencial, por isso é reinserida no debate internacional. Os problemas derivados da histórica expansão capitalista, inclusive os ecológicos, começam a se manifestar como insolúveis no âmbito de cada Estado-nação (GONÇALVES, 2005).

Neste contexto, a busca pelo chamado desenvolvimento sustentável desencadeia uma corrida mundial pela diversificação da matriz energética, sobretudo o uso de fontes de energia renováveis e menos poluentes. Isto levou o governo brasileiro a incentivar a produção de biodiesel, obtido a partir de matérias-primas como mamona, soja e dendê (BRASIL, 2004).

Esta iniciativa objetivou gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais para o país. Com a produção do biodiesel, o Brasil conseguiria, ao mesmo tempo, reduzir as importações de diesel e petróleo, contribuir para preservar o meio ambiente e promover a inclusão social de milhares de brasileiros.

É neste contexto que o dendê se valoriza como possível biocombustível, e com a possibilidade de participar do mercado promissor de sequestro de carbono, por constituir uma cobertura florestal, além de garantir a inclusão social. A agroindústria do setor de oleaginosas passou a ser fortemente privilegiada nas políticas governamentais para o desenvolvimento sustentável.

Desse modo, a agroindústria do dendê passa a ser incentivada como atividade potencial para estruturar o crescimento da economia local em bases inclusivas e sustentáveis, plenamente capaz de associar o tripé social, econômico e ambiental na região. Assiste-se à reconfiguração do dendê como projeto desenvolvimentista para assumir o nobre papel de projeto provedor do desenvolvimento regional inclusivo e sustentável.

É importante destacar que a problemática ecológica em foco aparece dissociada da questão social, por ter emergido, segundo Gonçalves (2005), no contexto das nações centrais do sistema capitalista, que, aliadas às elites nacionais, uma visão de Amazônia como vazio demográfico, reforçando a ideia sobre a região como uma fronteira a ser ocupada e como reserva de recursos que viria nos redimir do subdesenvolvimento.

Neste sentido, a Amazônia desperta o interesse mundial pelas suas implicações ecológicas (sobretudo a conservação da biodiversidade e o controle do efeito estufa). Essa visão de ecologia restrita deixa de captar os complexos processos socioeconômicos e políticos que estão subjacentes ao processo de devastação na Amazônia (GONÇALVES, 2005).

Conforme se observa, estas ações prosseguem ligadas a iniciativas que visam promover o desenvolvimento regional com base em diretrizes que vêm de “*fora para dentro*”,

na medida em que se constituem alianças entre política setorial de desenvolvimento nacional e estratégias competitivas das empresas, sem a efetiva participação das comunidades locais, conforme destacou Drouvot (2012).

São determinações sociopolíticas tomadas fora da região, a partir dos centros politicamente hegemônicos ligados às elites locais, nacionais e internacionais, que exercem a soberania sobre a Amazônia, instrumentalizando-as para reafirmar os interesses próprios, que se sobrepõem aos que vivem na região (GONÇALVES, 2005).

Sob estas condições, observa-se que a cadeia produtiva do dendê, em franca expansão no espaço amazônico, permanece subordinada a visões globalizantes que historicamente regem as políticas de desenvolvimento regional, cujos efeitos nefastos marcam a realidade socioeconômica ambiental da Amazônia, sendo, assim, incompatível com uma política de desenvolvimento concebida como um valor social, conforme exposto por Souza (1996).

Mantêm-se, portanto, um ideário de desenvolvimento que caminha em sentido contrário à perspectiva de desenvolvimento local fundado na justiça social, cuja ideia central está assentada no entendimento de que a resposta local aos desafios da globalização passa pela formulação e aplicação de estratégias de desenvolvimento. O local faz parte de uma dimensão maior, está inserido em um contexto mais amplo da sociedade, de onde recebe influências e pressões.

Assim, a autonomia local se dá na medida em que se evidenciam suas maiores potencialidades e o grau de organização da sociedade em prol de um projeto que articule o local com o global. Ações voltadas para alcançar os objetivos de aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, de melhoria na distribuição da renda, de conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural (HARVEY, 1996; BARQUERO, 2001; VASCONCELOS et al., 2007).

Desse modo, uma estratégia política orientada para o desenvolvimento local não deve priorizar apenas a produção, mas também enfatizar a melhoria da distribuição de renda, conservação dos recursos naturais e nas dimensões sociais e culturais que afetam a qualidade de vida das comunidades.

Deve-se considerar, ainda, o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades substantivas que as pessoas desfrutem, como a liberdade de participação política, a oportunidade receber educação básica, serviços de saúde, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2010).

O desenvolvimento fundado na justiça social deve visar o desenvolvimento da pessoa como cidadã, conforme exposto por Rawls (2005). Promover, valorizar e proteger a dignidade

da pessoa humana como fundamento constitucional, garantindo, portanto, o acesso do indivíduo ao mínimo existencial. Este, diz respeito não somente a direitos sociais como a saúde, a educação e a habitação para assegurar a existência, a garantia da vida humana, mas às condições necessárias para que os cidadãos entendam e tenham a possibilidade de exercer de forma fecunda os direitos e liberdades fundamentais na sociedade democrática (RAWLS, 2005).

2.2 A agricultura familiar e a verticalização da produção

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividade no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes quesitos: i- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais (no município de Moju, o módulo rural corresponde a 70 hectares, conforme a Instrução Especial do INCRA nº20/1980); ii- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento ou empreendimento; iii- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e; iv- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Na literatura, há um entendimento dominante de que nos lugares onde predomina a agricultura familiar, a sociabilidade produtiva ainda não transformou totalmente a terra em mercadoria. As relações econômicas nesses espaços estão subordinadas às relações do mercado de forma peculiar, na medida em que os atores sociais vão instituindo as trocas dos produtos excedentes, combinando principalmente as suas atividades de subsistência e, posteriormente, as trocas de produtos de que necessitam, no mercado. Estabelecendo, de forma específica, estreitas relações entre modo de vida, modo de produção, famílias, vínculos parentais e comunitárias (MARTINS, 1975; RIBEIRO, 1997; SILVA, 2015).

Sob esta concepção, a agricultura familiar consiste em uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental desenvolvida em áreas comunitárias próximas. Espaços ainda sem grandes transformações, onde predomina a solidariedade orgânica. Para Santos e Silveira (2005), a solidariedade orgânica consiste no conjunto formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. As atividades são criadas e alimentadas com base nas ofertas do meio geográfico local e os agentes são considerados na sua contiguidade. É construída no espaço das vivências, do cotidiano, que

sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. O lugar define, portanto, a um só tempo, as condições de vida e as condições ou processos de sua evolução.

De acordo com o BASA (2012), principal agente financiador do programa de dendê no âmbito da agricultura familiar na região, esta forma de organização social tem uma função importante para garantir a segurança alimentar, preservar a reprodução dos alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais. É responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e 38% do valor bruto da produção agropecuária. Considerando o número de estabelecimentos rurais, a agricultura familiar consegue empregar três vezes mais do que a agricultura não familiar.

Entretanto, a importância da agricultura familiar para a sociedade brasileira não tem sido historicamente acompanhada por políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida deste segmento social. Segundo Drouvot (2012), no Brasil, as políticas públicas destinadas exclusivamente à produção familiar só começaram a ser implantadas na década de 1990.

O Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996, sendo a principal linha de financiamento para o setor. Em 2009, foi assinada a Medida Provisória nº 455/09, garantindo que, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios da merenda escolar comprados pela União sejam adquiridos da agricultura familiar.

A partir de 2002, com o fortalecimento recente da cadeia de dendê no nordeste paraense, a agricultura familiar estabelece uma nova forma de produção, a produção integrada, baseada na parceria firmada por meio de contrato entre a indústria integradora Agropalma e o pequeno produtor rural, com a participação dos governos municipal e estadual e do Banco da Amazônia, num primeiro momento.

Posteriormente, com os incentivos do governo federal para a produção do biodiesel utilizando espécies oleaginosas, tem-se o ingresso de novas indústrias nessa experiência de parceria, como a ADM, Biopalma/Vale, Belém Bioenergia Brasil, Petrobrás Pará, dentre outras que atuam no setor (BASA, 2012).

Inicialmente implantada com o objetivo de desenvolver um projeto de cultivo e extração de óleo bruto de palma e óleo de palmiste, o Grupo Agropalma expandiu-se, ganhando a dimensão de uma corporação multilocalizada e multifuncional (AGROPALMA, 2014).

A dimensão multifuncional se consolida na medida em que o Grupo completa o processo de verticalização da cadeia produtiva do dendê, que vai do fornecimento de insumos e bens de capital, passando pelo plantio, extração do óleo bruto, refino, industrialização final

com a produção de cremes, gorduras e margarinas, até chegar à distribuição (transporte e comercialização).

Já a sua dimensão espacial abrange os estados do Pará e de São Paulo. No Pará, encontra-se o complexo agroindustrial, com unidades voltadas ao cultivo e produção do óleo bruto nos municípios de Acará, Tailândia e Moju. Em Belém estão o terminal, a refinaria e a fábrica de gorduras.

Em São Paulo, está sediado o departamento de vendas do grupo, com representantes comerciais distribuídos em escala mundial, englobando o Brasil, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suíça e Coreia do Sul. Pretendendo expandir a produção, a empresa está construindo uma nova unidade de refino em Limeira, São Paulo, com capacidade para produzir cerca de 450 toneladas/dia de óleos e gorduras (AGROPALMA, 2015).

Segundo Santana (2002), o complexo agroindustrial ou *agrobusiness* corresponde ao conjunto de atividades agrícolas e industriais, interdependentes e em consonância com a política econômica. A tradicional definição de agronegócio abrange o conjunto das operações de manufatura e distribuição dos insumos para a unidade produtiva rural; as operações produtivas que se processam dentro da unidade produtiva em si; as operações de armazenamento, processamento e distribuição dos produtos rurais e de seus subprodutos. Ao se analisar um produto específico, como se fosse um recorte dentro do agronegócio, tem-se o conceito de cadeia produtiva. O grupo Agropalma atua exclusivamente na cadeia produtiva do dendê.

Sob um enfoque atual do agronegócio, baseado no conceito de competitividade sistêmica, as empresas, na busca de estratégias que garantam vantagens competitivas sustentáveis, promovem a formação de alianças verticais ou parcerias entre os agentes que participam direta e indiretamente do agronegócio, com o objetivo de diminuir os custos operacionais e de gestão dos negócios. Esses vínculos econômicos geralmente são firmados por meio de contratos que estabelecem ações de cooperação, compromissos e coordenação das estratégias postas nos relacionamentos (WILLIAMSON, 1985; SANTANA, 2002).

Neste aspecto, a concepção tradicional do agronegócio é acrescida de duas outras dimensões importantes para dotar as empresas de vantagens competitivas sustentáveis, quais sejam: as instituições e órgãos de governo relacionados ao agronegócio, atuando como estimuladores e reguladores das atividades produtivas e; a coordenação vertical e dinâmica competitiva das atividades produtivas, nas quais as parcerias ou alianças verticais são estabelecidas, acompanhadas e aprimoradas (WILLIAMSON, 1985; SANTANA, 2002).

Teoricamente, trata-se de uma estrutura de governança voltada para dar respostas mutuamente consistentes para todos os participantes da cadeia, observadas as dinâmicas dos

mercados e o ambiente competitivo das empresas (SANTANA, 2002). É nesse contexto que os pequenos agricultores familiares são integrados à cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins.

Na prática, têm-se a inserção do pequeno produtor rural nos circuitos espaciais da economia global. Para Ianni (1999), esse processo revoluciona a vida societária ao romper com a singularidade do cotidiano, quando este é permeado por fluxos materiais e imateriais externos à sociabilidade dos lugares.

Na forma de produção integrada, cabe ao Grupo Agropalma a implantação, orientação, treinamento e fornecimento de materiais aos produtores nos tratamentos culturais e fitossanitários do projeto-piloto de cultivo integrado de palma, bem como o recebimento de frutos e extração de óleo de palma, que será utilizado como matéria-prima para o refino e fabricação de biodiesel (CONTRATO ..., 2005, p.2-3).

Já para os agricultores familiares, as obrigações precípuas consistem em contrair crédito para a cultura de palma junto ao Banco da Amazônia, realizar as atividades de plantio e manutenção e acordo com as recomendações técnicas da empresa, em especial, limpeza, rebaixo, coroamento, poda, afastamento, adubação e controle fitossanitário dos plantios, bem como efetuar a limpeza e conservação da área abrangida pelo plantio, devendo se manter em boas condições de colheita e escoamento da produção (CONTRATO ..., 2005, p. 4).

A incorporação da agricultura familiar ao processo produtivo do agronegócio do dendê estabelece a nova racionalidade de uso da terra, que se transforma em mercadoria. Silva (2015) assinala que, com enraizamento da sociabilidade capitalista no espaço, institui-se nas relações sociais a terra do negócio, a terra com estatuto de propriedade privada e o comércio de terras resultante da expansão da agricultura capitalista, pois, o trabalho agregado eleva o valor da terra no mercado capitalista.

Dessa forma, o avanço espacial da produção de dendê, em termos de economia de escala, com o maior volume da produção destinado aos mercados nacional e internacional, transforma o produto agrícola em *commodity*, uma mercadoria que constitui um objeto dos circuitos espaciais de produção, estimulando o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva que liga a produção da mercadoria ao consumo (BERNARDES; ARACRI, 2010).

Em Santos (2000), os territórios tendem, nesse processo, a uma compartimentação generalizada, na qual se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Nesse movimento, a forte tendência à fragmentação pode retirar das coletividades o comando do seu destino.

Essa compartimentação e fragmentação do espaço decorrem das melhores localizações para o avanço da economia global. É registrado o deslocamento do tempo-espaço que orienta

a sociabilidade produtiva do pequeno agricultor para o tempo-espaço do capital, pois a *commodity* impõe outras lógicas de produção, ancoradas em significados e códigos da sociabilidade capitalista (SILVA, 2015).

Em suma, de um espaço agrícola de subsistência ou do pouco excedente, no qual predominam relações estreitas entre modo de vida, modo de produção, família, relações parentais e comunidade, com a introdução da agroindústria do dendê passa a conhecer o espaço das grandes empresas do agronegócio (*tradings*), da solidariedade organizacional. Esta refere-se ao uso corporativo do território pelas empresas que participam do comércio internacional. As ações políticas, econômicas e territoriais são definidas por grandes *tradings*, cujos agentes hegemônicos tendem a impor seus projetos econômicos com apoio dos governos e elites regionais, nacionais e internacionais, transformando o lugar num território corporativo do capital globalizado (RIBEIRO, 1997; SILVA, 2015).

É necessária, portanto, a devida cautela antes de se referendar esse tipo de parceria entre duas lógicas de produção que sustentam significados e códigos de sociabilidade completamente diferentes. Sobretudo, diante da tendência de que, na integração, a racionalidade produtiva da agroindústria monocultora do dendê venha a se impor à lógica produtiva familiar.

Fica evidente que há um choque entre a solidariedade orgânica, própria da agricultura familiar e a solidariedade organizacional do agronegócio. Sem a definição de estratégias para o empoderamento das comunidades pobres vinculadas à cadeia e um acompanhamento efetivo dessa forma de integração, tem-se a configuração de um ambiente de conflitos estabelecido, onde as chances de promoção do desenvolvimento local ético e com valor social tornam-se praticamente nulas.

3 MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

3.1 Referencial teórico

O presente estudo está baseado no princípio da interdisciplinaridade e situa-se na área da Economia Ecológica e da Nova Economia Institucional, em diálogo com o espaço, uma das perspectivas analíticas da Geografia, numa abordagem voltada ao desenvolvimento local. Nesta interlocução, busca-se a compreensão dos processos econômicos, envolvidos nas relações da sociedade com o espaço.

A Economia Ecológica refere-se ao campo de conhecimento no qual a economia está em constante interação com a ecologia, numa espécie de sistema ecoeconômico regido pelas leis da termodinâmica. Opera com a perspectiva da geração de externalidades positivas e negativas no sistema econômico e com a incorporação da relação de custo-benefício, em que os valores de bens e serviços são considerados de forma a refletir variações de bem-estar, e não somente seus respectivos valores de mercados (DALY; FARLEY, 2004).

Para esta corrente de pensamento, a economia é parte de um todo maior, que nos envolve e sustenta sua atmosfera e seus ecossistemas, a Terra. Este, por sua vez, não é um vazio, é finito, não cresce e é materialmente fechado, embora aberto à energia solar (DALY; FARLEY, 2004).

Dessa forma, qualquer subsistema do sistema Terra que cresça descontroladamente, como o subsistema da economia, rouba outras partes do todo, sacrificando, por exemplo, o espaço natural como o custo de oportunidade resultante de tal expansão. Assim, os benefícios extraordinários resultantes do crescimento econômico não compensam os custos extraordinários, onerando a humanidade mais do que realmente vale.

Neste aspecto, há que considerar as contribuições da Nova Economia Institucional (NEI), que tem como foco de análise a função das instituições sob o ponto de vista do ambiente institucional e das estruturas de governança.

Para Norfh (1990), as instituições são um conjunto de normas construídas pelos seres humanos que governam a interação social, econômica e política entre os homens. O ambiente institucional compreende as regras formais (leis da sociedade) e informais (código de ética, laços familiares, tabus, religiões, costumes etc.).

Segundo Williamson (1985), o desenvolvimento de certas instituições resulta da criação de estruturas de governança apropriadas. A interação entre atores sociais e ambiente institucional resulta em uma governança eficiente, porque o resultado coletivo supera o

conjunto dos resultados individuais. Sob esta ótica, a ideia de governança demonstra que há caminhos alternativos à gestão dos recursos naturais, tomados de decisão e interação social.

Estas considerações estão na base teórica e conceitual do desenvolvimento local adotado por este estudo e expressam a espacialidade da vida econômica. As sociedades, para se reproduzirem, criam formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico e econômico, assumem funções específicas, respondendo a uma sociabilidade vigente e a uma dada regulação do uso do espaço e dos recursos nele contidos (VITTE, 2006).

Os processos sociais qualificam os lugares, e os lugares compõem o território em nível local. O território, por sua vez, expressa as disputas e antagonismos entre interesses e projetos sociais, não sendo apenas o depositário de valores econômicos, “mas também de diferentes projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco” (MORAES, 2002, p. 56).

Estas reflexões conduzem a consideração de que as rápidas transformações ocorridas no mundo com a globalização econômica alteraram profundamente o espaço local, o que suscita a indagação de como as localidades estão respondendo às mudanças e qual a intensidade das forças reativas locais? (VITTE, 2006).

A cadeia produtiva do dendê tem alcance global e está vinculada a um conjunto de instituições e atores sociais, econômicos e governamentais, á nível local, regional, nacional e supranacional. A forma como o dendê é produzido e comercializado ao redor do mundo reflete o modo social e capitalista de apropriação e uso da terra; e as consequências socioeconômicas e ambientais daí resultantes evidenciam as contradições do modo de produção capitalista.

É preciso saber em que condições ocorreu a inclusão dos agricultores à atividade? Como a intensificação do trabalho no dendezal tem contribuído para melhorar a qualidade de vida do agricultor? Como os vários atores envolvidos na cadeia do dendê se relacionam para estabelecer a rede hierárquica de poder no interior da cadeia? Quais os mecanismos utilizados pelos agricultores para fazer frente às determinações hierárquicas superiores?

Por essa razão, a análise sobre o atual processo de estímulo à expansão da cadeia produtiva do dendê como elemento indutor de desenvolvimento local não pode ser realizada fora da teia das relações socioespaciais na qual está que inserida. Dessa forma, entendeu-se que o quadro de contradições que envolve a cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins, foi melhor captado, teoricamente, por meio da abordagem do materialismo histórico e dialético³.

³ Trata-se de um método de interpretação e análise que busca descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. (PIRES, 1997).

O marco teórico e conceitual deste estudo esteve ancorado nos postulados do Desenvolvimento Local e da Nova Economia Institucional. A ênfase foi dada à teoria do Desenvolvimento Endógeno Local, como apresentada por Barquero (2001), como teoria de base, em diálogo com autores correlatos, que orientaram a interpretação das ações voltadas ao desenvolvimento local com base na cadeia produtiva do dendê em curso no Baixo Tocantins.

Para analisara estrutura de poder e as forças que determinam a governança entre fornecedores e agroindústria do dendê, na forma de integração vertical da produção, recorreu-se à teoria da Governança, nas perspectivas de Williamson (1985) e Stoker (1998), como teoria secundária.

Para uma compreensão mais acurada acerca das potencialidades da cadeia produtiva do dendê em induzir, endogenamente, uma trajetória dinâmica de desenvolvimento local, buscou-se a apreensão do conceito de desenvolvimento local, como alternativa ao tradicional modelo desenvolvimentista adotado na Amazônia a partir da década de 1970.

Neste estudo, o conceito esteve ancorado nas definições de Barquero (2001), para quem o desenvolvimento local pode ser definido como:

[...] um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria da qualidade de vida da população. (BARQUERO, 2001, p. 41).

Este conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local.

Contudo, essas estratégias de desenvolvimento não devem priorizar apenas a produção, mas também dar ênfase à melhoria da distribuição de renda, conservação dos recursos naturais e nas dimensões sociais e culturais (BARQUERO, 2001).

Quando se realiza uma revisão teórica com relativo aprofundamento sobre o desenvolvimento local, observa-se que a ideia central sobre o conceito está assentada no entendimento de que a resposta local aos desafios da globalização passa pela formulação e aplicação de estratégia de desenvolvimento. O lugar faz parte de um espaço maior, está inserido em uma realidade mais ampla da sociedade de onde recebe influências e pressões.

Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento local pulsa por meio da difusão das inovações tecnológicas e da gestão entre as unidades produtivas, aumentando o conhecimento

sobre a economia e a utilização dos recursos naturais. Busca-se compatibilizar a valorização dos recursos próprios do lugar com a harmonização de objetivos econômicos, sociais e ambientais.

Desse processo, obtêm-se o aumento da troca de informações sobre produtos, processos e gestão, cujos resultados se traduzem na redução de custo e na consolidação de economias de aglomeração. Com efeito, a renda, bem como, o capital e os meios de produção e distribuição tendem a ser apropriados por um contingente maior de pessoas. Têm-se as possibilidades de exploração de vantagens específicas na produção de bens e serviços, como valioso instrumento nas estratégias de desenvolvimento local. (HARVEY, 1996; SANTANA, 2012).

Outro elemento apresentado como instrumental à viabilização do desenvolvimento local é o poder de mobilização e de engajamento dos atores sociais locais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integrada. Estas reflexões conduzem à necessidade de se considerar a formação de coalizões políticas e a formação de alianças de classe em qualquer estudo sobre desenvolvimento local. (HARVEY, 1996; VASCONCELOS et al., 2007).

Assim, a autonomia do local se dá na medida em que se evidenciam as maiores potencialidades locais e o grau de organização da sociedade em prol de um projeto que articule o local com o global. Este projeto pressupõe ações voltadas para alcançar os objetivos de aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, com ênfase na melhoria da distribuição da renda, na conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural, que afetam a qualidade de vida das pessoas (HARVEY, 1996; BARQUERO, 2001; VASCONCELOS et al., 2007; SANTANA, 2012).

É importante destacar que, de forma geral, a questão da sustentabilidade ambiental aparece vinculada ao conceito de desenvolvimento local entre as perspectivas analisadas, e está intrinsecamente ligada à garantia de direitos, em especial o direito de as gerações futuras usufruírem dos benefícios gerados pelos recursos naturais.

Visando enriquecer a abordagem teórica com o alcance de uma abordagem mais holística acerca do conceito de desenvolvimento local, recorreu-se ainda à valorosa contribuição de Sen (2010), com enfoque na perspectiva do desenvolvimento como liberdade.

Para o autor, o principal objetivo do desenvolvimento é o alcance das liberdades substantivas, traduzidas empiricamente por: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. As políticas públicas que visam ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas devem buscar a promoção dessas liberdades distintas, mas inter-relacionadas.

Nesta concepção, as diferentes instituições sociais, incluindo mercados, governos e autoridades locais, sistema de educação, sistema legal, grupos de interesses públicos, entre

outras, são avaliadas segundo a sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantiva dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios (SEN, 2010).

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2010, p. 18).

Rawls (2005), com base em sua concepção política da justiça social, destaca a necessidade de incluir um mínimo existencial na reformulação dos princípios da justiça, especialmente no que tange à valorização e proteção da dignidade da pessoa humana, por meio da promoção dos direitos e liberdades fundamentais, voltados ao exercício pleno da cidadania. Estas reflexões contribuem sobremaneira com as reflexões apresentadas por Sen (2010).

Na percepção política de justiça, o autor ressalta além da necessidade das condições materiais básicas do cidadão: saúde, educação, habitação, como elemento constitucional essencial (mínimo social); às condições de possibilidade do exercício da cidadania em sentido amplo (bens primários). Dessa forma, amplia o conteúdo do mínimo existencial para além das necessidades básicas.

A partir da ideia de bens primários, entendido como condições de possibilidade do exercício da cidadania, o autor atribui ênfase às necessidades da pessoa na condição de cidadã. Embora os cidadãos tenham capacidades diferentes, estas precisam estar assentadas no mínimo essencial para serem membros cooperativos da sociedade, o que pressupõe que o cidadão tenha, no grau mínimo necessário, capacidades morais, intelectuais e físicas para poder cooperar como pessoas políticas (RAWLS, 2001).

Portanto, para a concepção política de pessoa e de justiça o autor estabelece dois níveis de necessidades a serem satisfeitas: as de pessoa como ser humano e as de pessoa como cidadã, a concepção política da pessoa. São níveis de realização complementares. Uma pessoa pode ser um cidadão, um membro normal e plenamente cooperativo da sociedade (RAWLS, 2005).

O conceito de cadeia produtiva constitui outro aporte conceitual imprescindível nesse processo de análise, por permitir contemplar aspectos da governança socioeconômica, organizacional, institucional e ambiental da cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins. Há, no entorno das cadeias produtivas, um conjunto de ações envolvendo a prestação de serviços, coordenação, regulação e políticas atuando em toda a cadeia, que se traduz em uma

estrutura complexa de governança, mediante articulações nos níveis micro e mesoanalíticos (SANTANA, 2011).

A gestão das cadeias produtivas incorpora o conceito de competitividade empresarial, buscando aplicar às cadeias a dinâmica competitiva dos produtos, ou seja, além das vantagens comparativas obtidas por meio das dotações de fatores e de localização geográfica, busca-se criar vantagens por meio da agregação de valor e utilização de inovações para diferenciar o produto, agregando qualidade, serviço, informação e conhecimento (SANTANA, 2011).

Neste ponto, é importante adicionar reflexões sobre o conceito de cadeia de valor formulado por Santana (2011), segundo o qual, o conceito tradicional de cadeia de valor foca nos fatores associados nos ambientes internos e externos de uma unidade produtiva ou indústria, visando aumentar ou manter sua vantagem competitiva de forma sistêmica e sustentável.

Contudo, ao focar nas empresas e organizações, não conseguem captar as atividades inclusivas que estão por dentro das cadeias de produtos fabricados ou extraídos, por produtores rurais, já que as análises, geralmente produzidas com informações parciais, dão peso hegemônico ao fator mercado, não refletindo a dinâmica local da cadeia de valor desses produtos, tampouco contribuem adequadamente para a formulação de políticas de desenvolvimento local e sustentável.

Kaplinsky (2000), sob um enfoque ampliado, avança nessa discussão, adicionando ao conceito tradicional de cadeia produtiva aspectos sistêmicos que influenciam o resultado da análise, pois considera que a cadeia de valor de qualquer produto ou serviço de organizações e/ou de trabalhadores é o conjunto de atividades criadoras de valor, desde as fontes de matérias-primas básicas, produção primária, transformação, passando por fornecedores, comercialização e venda final e pós-venda aos consumidores.

Assim, a cadeia é visualizada como sistema econômico, institucional e social. Comprometida, portanto, com uma rede de estratégias baseada na complementaridade e especialização do trabalho e das funções entre seus integrantes, visando criar vantagens competitivas e benefícios mútuos para toda a cadeia, gerar maior valor agregado e obter uma distribuição mais equitativa dos custos, benefícios e riscos (SANTANA, 2011).

No que tange à teoria da Governança, as reflexões de Williamson (1985), sobre governança econômica, por meio da qual se busca compreender a natureza das instituições, baseada nos problemas por elas enfrentados, apresentam a abordagem institucionalista como importante perspectiva teórica para a análise do desenvolvimento econômico local, por centrar a atenção no papel das instituições, que, grosso modo, podem ser entendidas como o conjunto de regras que governam a interação entre os homens.

Ao analisara evolução da Nova Economia Institucional, o autor busca demonstrar como o desenvolvimento de certas instituições resulta de tentativas de diminuição dos custos a elas associados, por meio da criação de estruturas de governança apropriadas. Trata-se de uma estrutura contratual explícita ou implícita, dentro da qual a transação se localiza, o que abre caminhos para a análise do crescimento das firmas e das relações contratuais complexas que caracterizam as cadeias produtivas e as redes de cooperação modernas.

Seus estudos demonstram que uma das estruturas de governança adotadas para reduzir custos de transação é determinada pela incorporação de todos os bens complementares em uma única empresa, por meio do processo de integração vertical.

A redução dos custos de transação no processo de internalização na firma, de estágios da cadeia produtiva, a montante ou a jusante, ocorre mediante a eliminação da negociação de reajustes contratuais no âmbito do mercado e a implantação de mecanismos de decisão administrativos. Estes passam a ser responsáveis pela implementação de adaptações na conduta interativa dos agentes, que passa a ser submetida a uma relação de autoridade, com o apoio de sistemas de incentivo e controle hierárquicos, proporcionando economias de custo de transação (WILLIAMSON, 1985).

Para o autor, a organização da produção dentro da empresa centraliza os poderes de decisão, economizando nos custos de barganha e reduzindo os riscos de impasses oriundos dessa barganha, demonstrando que as decisões no âmbito administrativo apresentam melhores resultados do que as alternativas oferecidas pelo mercado. Entretanto, a vantagem percebida no âmbito das empresas pode gerar conflito, visto que a autoridade conferida a alguns agentes das empresas pode levar a um abuso de poder.

Estas reflexões são fundamentais para a apreensão da forma de articulação da produção do dendê em curso no Baixo Tocantins, caracterizada pela governança simples do tipo núcleo-satélite, entre a agroindústria e os produtores familiares.

Stoker (1998), de forma colaborativa a esta discussão, assinala que o conceito de governança, embora polissêmico e utilizado de variadas formas, encerra um consenso assentado no entendimento de que o termo governança refere-se ao desenvolvimento de estilos de governar em que as fronteiras entre e dentro dos setores público e privado tornaram-se turvas.

Contudo, para o autor, a essência da governança, em especial a governança política, tem o foco em governar mecanismos que não repousam sobre o recurso à autoridade e sanções do governo; mais do que um novo conjunto de ferramentas gerenciais ou a forma de alcançar maior eficiência na prestação de serviços públicos, o valor da perspectiva de governança está

assentado na sua capacidade de fornecer uma estrutura para compreender processos de mudança de governo.

Fornece, portanto, um ponto de referência que desafia muitos pressupostos da administração pública tradicional. Sua contribuição ao debate proposto reside no entendimento do papel das instituições, com destaque para a criação de condições para definir regra ordenada e ação coletiva como agentes do desenvolvimento, por meio de políticas, estratégias e alianças.

A governança reconhece, portanto, a capacidade de obter as coisas que não repousam sobre o poder do governo para comandar ou usar a sua autoridade, pois se refere à necessidade de o governo dar liderança, construir parcerias, proteger e regular o seu ambiente e promover oportunidades, estimulando a criação da regra ordenada e da ação coletiva (STOKER, 1998).

Neste ponto, entra em cena o que Stoker (1998), denomina rede autônoma de autogoverno, que pressupõe a governança de atividades em parceria, em que atores e instituições ganham uma capacidade de agir compartilhando seus recursos, habilidades e efeitos, em uma coalizão de longo prazo: um regime. Se forem bem-sucedidos, eles antecipam o papel de liderança em sua comunidade e estabelecem para si o monopólio das decisões sobre questões voltadas para sua localidade.

De posse destas considerações, os postulados da governança apresentados por Williamson (1985) e Stoker (1998) apresentaram-se como ferramentas analíticas fundamentais para ajudar a interpretar a dinâmica da cadeia produtiva do dendê e seus rebatimentos no processo de desenvolvimento local, na medida em que permitiram contemplar aspectos da governança socioeconômica, organizacional, institucional e ambiental subjacentes à cadeia produtiva do dendê.

Desse modo, foi possível identificar os principais atores envolvidos na produção, sua participação operacional e nas decisões sobre a formação de estratégias competitivas, bem como as potencialidades da integração vertical dos agricultores à cadeia, para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais.

Em suma, possibilitou identificar a estrutura de poder e as forças que determinam a governança da cadeia de dendê, buscando compreender como esse processo influencia a trajetória dinâmica de desenvolvimento local na Amazônia paraense.

3.2 Metodologia

O Baixo Tocantins foi escolhido como área de estudo por constituir-se em área estratégica de expansão da dendeicultura para a agroindústria no nordeste paraense, e por apresentar os primeiros efeitos sociais, econômicos e ambientais da Política Nacional de Fortalecimento do Desenvolvimento Rural Sustentável, com base na inclusão dos pequenos agricultores locais à atividade, na forma de integração vertical da produção.

Dentro desse espaço, elegeu-se a área de atuação da empresa Agropalma, a maior produtora de óleo de palma da região, que compreende os municípios de Acará, Moju e Tailândia. A coleta limitou-se ao município de Moju, mais especificamente nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei (Tabela 1), por concentrarem o maior número de agricultores familiares mantinham contrato firmado com a empresa Agropalma.

Tabela 1- Número de agricultores por projeto/comunidade que participaram da coleta de dados.

Projeto/ Comunidade	Ano de Implantação	Produtores entrevistados (%)
Soledade/Apei	2002	10 (20%)
Projeto I/Arauaí	2004	10 (20%)
Calmaria II/Água preta	2006	30 (60%)
Total	-	50 (100%)

Fonte: Elaboração da autora.

A pesquisa foi orientada em uma perspectiva interdisciplinar, de natureza quali-quantitativa, descritiva e interpretativa, e fundamenta-se na revisão bibliográfica sobre tema, nos dados secundários obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e nos dados primários coletados diretamente com atores envolvidos na cadeia produtiva do dendê (Agropalma, agricultores familiares, Banco da Amazônia e governos municipal e estadual) e dirigentes de organizações sociais locais.

A abordagem foi quali-quantitativa, em que, além dos métodos estatísticos formais, foi aplicada a técnica da entrevista em profundidade, combinada com as questões abertas do questionário, para captar a opinião dos entrevistados acerca da influência socioeconômica e ambiental da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local.

A escolha da técnica de pesquisa de campo baseada no método misto foi determinada pela necessidade de se adotar uma estratégia de investigação que envolvesse a coleta de dados quantitativos e qualitativos de forma simultânea, para entender mais profundamente dos

problemas arrolados nesta proposta de pesquisa, de forma a convergir ou confirmar resultados de diferentes fontes de dados.

O universo da pesquisa foi constituído de 192 famílias produtoras de dendê, que tinham contratos firmados com a Agropalma no período de 2002 até 2014, dentre os quais foi extraída uma amostra probabilística de 50 agricultores, distribuídos nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no município de Moju. A amostra foi representativa, considerando 95% de confiança, proporção da população ($p = 0,23$ sucesso e $q = 0,77$ insucesso) e erro amostral de 10%.

Para a população de agricultores familiares com contrato firmado com a empresa, adotou-se o critério estatístico para a representatividade da amostra. Assim, para população de 192 famílias agricultoras, foi extraída uma amostra probabilística de 50 agricultores, distribuídos nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, no município de Moju. A amostra foi representativa, considerando 95% de confiança, proporção da população ($p = 0,23$ sucesso e $q = 0,77$ insucesso) e erro amostral de 10%. Para os demais atores, a amostra foi intencional, determinada a partir do conhecimento e escolha dos agentes-chave.

De acordo com Santana et al. (2012), a amostragem probabilística é aquela em que cada elemento da população tem uma chance conhecida, e diferente de zero, de ser selecionado para compor a amostra. A vantagem de se conhecer as probabilidades de ocorrência de cada elemento da população reside no fato de que, no processo de escolha aleatória, a escolha não é influenciada pela vontade do pesquisador, dos entrevistadores de campo ou mesmo pelo entrevistado.

Os dados levantados referem-se a 26 variáveis, relacionadas ao efeito socioeconômico e ambiental da cadeia produtiva do dendê no processo de desenvolvimento local. Estas variáveis foram agrupadas em três subconjuntos: o primeiro com 13 variáveis relativas à caracterização geral do produtor e da propriedade familiar integrados ao dendê; o segundo com 8 variáveis referentes aos aspectos socioeconômicos e ambientais do lugar, antes e depois da introdução do dendê e; o terceiro com 5 variáveis relacionadas à estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê e as vantagens e/ou desvantagens associadas ao ambiente local.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de 50 questionários específicos, com perguntas semi estruturadas para a categoria das famílias produtoras de dendê. Para as questões de opinião, adotou-se o grau de qualificação na escala *Likert*. Foi adicionada uma chamada explicativa ao questionário, nas questões que exigiam qualificação da resposta na

escala *Likert*. Todas as questões foram codificadas com um número, para representar o conteúdo ou atributo da resposta dada.

Em complemento aos questionários foram realizadas entrevistas em profundidade com os agricultores familiares, representantes da Agropalma, representantes das Secretarias de Administração e de Agricultura do município de Moju, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Moju.

Os questionários foram estruturados em três blocos de perguntas. O primeiro destinou-se a coletar informações gerais sobre os produtores e a propriedade familiar. O segundo visou levantar as características socioeconômicas e ambientais do lugar antes e depois da introdução do cultivo de dendê. O terceiro com foco na estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê e as vantagens e desvantagens associadas ao ambiente local.

Na apresentação final dos resultados utilizou-se a planilha Excel para processamento e estruturação dos dados na forma de tabelas e gráficos. Buscou-se facilitar a descrição e análise das variáveis, de forma individual, e por meio de cruzamentos entre duas ou mais variáveis.

3.2.1 Teste de Média nos indicadores gerados

Nas informações das variáveis que reportaram-se ao antes e depois da estruturação da cadeia produtiva do dendê na área, aplicou-se um teste de média para verificar se os fatores socioeconômicos e ambientais da cadeia do dendê produziram mudanças significativas no processo de desenvolvimento local do Baixo Tocantins.

Neste aspecto, a pesquisa seguiu a mesma técnica de análise adotada por Santana et al. (2012), por ocasião do estudo sobre os efeitos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no desenvolvimento econômico da região norte.

Assumindo como Z_d as variáveis de interesse na situação depois da estruturação da cadeia produtiva do dendê e Z_a as mesmas variáveis antes da cadeia, o teste de média para essas duas variáveis, considerando σ^2 a variância comum a Z_d e Z_a , m_d e m_a as médias e n_d e n_a os números de observações de Z_d e Z_a , a distribuição da estatística t de Student, com $(n_d + n_a - 2)$ graus de liberdade, é dada por:

$$t = \frac{(m_d - m_a)}{\sqrt{\left(\frac{1}{n_d} + \frac{1}{n_a}\right) s^2}}$$

Em que s^2 é a estimativa não tendenciosa da variância σ^2 . A hipótese nula de que a introdução da cadeia de dendê na região não influencia as mudanças dos indicadores é dada por: $H_0: m_d - m_a = 0$. A hipótese alternativa de que a cadeia produtiva do dendê contribui para ampliar as mudanças nos indicadores é dada por $H_a: m_d - m_a \neq 0$.

3.2.2 Modelo de Análise Fatorial Exploratória

Considerando que o objetivo deste estudo residiu na análise da influência socioeconômica e ambiental da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local, recorreu-se, à utilização da técnica de análise multivariada de dados. O objetivo foi alcançar maior capacidade analítica e preditiva, com a utilização de técnica rigorosa e sofisticada.

De acordo com Hair et al. (2009), para ser considerada verdadeiramente multivariada, todas as variáveis devem ser aleatórias e inter-relacionadas, de tal maneira que seus diferentes efeitos não podem ser significativamente interpretados em separado. Esta técnica objetiva medir, explicar e prever o grau de relação entre as variáveis estatísticas, e o seu caráter reside nas múltiplas combinações de variáveis, e não apenas no número de variáveis ou relações.

Especificamente para este estudo, todas as variáveis foram ser analisadas simultaneamente, em um esforço para encontrar a estrutura subjacente ao conjunto de variáveis relacionadas aos fatores socioeconômicos e ambientais produzidos pela cadeia produtiva dendê e seus rebatimentos no desenvolvimento local no Baixo Tocantins.

Assim, sobre a amostra da população de agricultores selecionada foi aplicada a análise fatorial. Os dados foram processados no Software SPSS Statistics 18, em função da necessidade de aplicação de teste de singularidade das matrizes e teste a adequação da amostra aos métodos estatísticos. Para atingir um padrão teoricamente mais significativo e mais simples de interpretar os fatores, utilizou-se o método de rotação ortogonal *varimax*. Na apresentação final dos resultados utilizou a planilha Excel para a construção de gráficos e tabelas.

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) consiste em uma abordagem estatística que pode ser usada para analisar inter-relações entre um grande número de variáveis e explicar essas variáveis em termos de suas dimensões inerentes comuns (fatores). O objetivo é encontrar uma maneira de resumir as informações do fenômeno estudado em um conjunto menor de variáveis estatísticas com perda mínima de informações (SANTANA, 2005; HAIR et al., 2009).

Sob a perspectiva da AFE, assume-se que um grupo entre todas as variáveis apresenta alta correlação entre si, mas apresentam baixas correlações com as variáveis de outros grupos. Concebe-se, portanto, que esse grupo de variáveis define um único fator ou dimensão latente.

Sendo assim, o modelo AFE pode ser utilizado para a identificação dos fatores que estruturam a cadeia produtiva do dendê, a partir das variáveis que definem e influenciam as dinâmicas socioeconômicas e ambientais das Comunidades de Água Preta, Arauaí, Apei.

Foram selecionadas 11 variáveis que abrangem aspectos inerentes à dinâmica socioeconômica e ambiental das Comunidades de Arauaí, Água Preta e Apei, a partir da integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do dendê, quais sejam: cumprimento das cláusulas contratuais (X1), atendimento às reivindicações (X2), qualidade de vida da família (X3), benefício social (X4), renda da família (X5), tamanho da família (X6), satisfação com o dendê (X7), temperatura da área (X8), nível de água dos rios (X9), regularidade de chuva (X10), nível de escolaridade (X11).

De acordo com Santana et al. (2014), na especificação formal do modelo AFE, assume-se que cada variável observada é uma combinação linear dos fatores latentes extraídos, tal que cada variável aleatória $i \in \{1, \dots, N\}$ pertence a uma população homogênea com média μ_i .

$$y_i - \mu_i = \psi_y f_i + e_i$$

Em que ψ_y é a matriz de pesos fatoriais ($p \times 1$), f_i é o vetor de fatores latentes ($p \times q$) e e_i é o vetor de erros aleatórios ($p \times 1$). Assume-se a independência entre f_i e e_i , com $V(f_i) = \Sigma_f$ e $V(e_i) = \Sigma_e$, dando origem a matriz de covariância de y_i , dada por $V(y_i) = \psi_y \Sigma_f \psi_y' + \Sigma_e$.

O primeiro termo do lado direito representa a parcela de covariância atribuída aos fatores comuns e o segundo termo a covariância atribuída ao erro. Assim, a comunalidade, ou parcela de variância comum apresentada na variável é dada pelos elementos da diagonal principal de $\psi_y \Sigma_f \psi_y'$, enquanto que a variância específica do erro é dada pelos elementos da diagonal principal de Σ_e . (SANTANA et al., 2014).

Quanto à adequação da amostra de dados ao método de análise fatorial, foram aplicados os testes de Bartlett e de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), por corresponderem a procedimentos estatísticos que permitem aferir a qualidade das correlações entre as variáveis e seguir com a AFE (SANTANA et al., 2014).

O número de fatores necessários para descrever os dados, foi determinado pelo método de Kaiser, que recomenda a escolha daqueles, cuja variância explicada é superior a 1 (um). Ademais, segundo Hair et al. (2009), o número de fatores extraídos deve explicar pelo menos 60% da variância total dos dados. As variáveis a serem incluídas no modelo fatorial devem

apresentar uma comunalidade superior a 0,50, ou seja, pelo menos 50% de sua variância deve ser explicada pelos fatores comuns extraídos (SANTANA et al., 2012).

Assim, a identificação das variáveis associadas a cada fator foi realizada com base na magnitude e significância das cargas fatoriais de cada variável. Desse modo, uma dada variável pertence ao fator cuja carga fatorial for mais alta.

3.2.3 Indicador de Desenvolvimento Local

De posse dos fatores latentes estimados, foi possível construir um Índice de Sustentabilidade do Desenvolvimento Local (IDSL), para avaliar o grau de influência socioeconômica e ambiental da cadeia produtiva do dendê no processo desenvolvimento local do Baixo Tocantins.

O IDSL, conforme Santana (2007), é dado por:

$$IDSL_j = \sum_{j=1}^q \left(\frac{\lambda_j}{\sum \lambda} FP_j \right);$$

Em que λ é a variância explicada por cada fator e $\sum \lambda$ é a soma total da variância explicada pelo conjunto de fatores comuns. O escore fatorial foi padronizado (FP) para se que os valores sejam todos positivos. A fórmula utilizada foi a seguinte:

$$FP_j = \left(\frac{F_j - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right); (j = 1, \dots, q)$$

em que $F_{máx}$ e $F_{mín}$ são os valores máximo e mínimo observados para os escores fatoriais associados às famílias entrevistadas.

Para facilitar a interpretação dos resultados, foram estabelecidos os seguintes intervalos de variação do (IDSL): valor superior a 0,7 é considerado alto; valor superior a 0,5 e inferior ou igual a 0,7 é considerado intermediário; valor superior a 0,3 e inferior ou igual a 0,5 é baixo; e valor inferior ou igual a 0,3 é considerado muito baixo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise dos resultados, agrupou-se o conjunto de 26 variáveis em três subconjuntos: o primeiro com 13 variáveis relativas à caracterização geral do produtor e da propriedade familiar integrados ao dendê; o segundo com 8 variáveis referentes aos aspectos socioeconômicos e ambientais do lugar, antes e depois da introdução do dendê e; o terceiro com 5 variáveis relacionadas à estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê e as vantagens e/ou desvantagens associadas ao ambiente local.

Dessa forma, tem-se uma análise integrada, com visualização comparativa da dinâmica socioeconômica e ambiental do lugar, antes e depois da integração dos agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê. Considerando a percepção dos atores locais integrados à atividade no horizonte de 12 anos.

4.1 Aspectos gerais do produtor e da propriedade familiar integrados ao dendê

Nos dados das Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei quanto à origem dos produtores integrados à cadeia do dendê (Tabela 2), constatou-se que 80% são paraenses, 12% são cearenses e, em menor proporção, apresentam-se gaúchos (4%) e goianos (4%). Diferentemente do que se observa em outras regiões de fronteira agrícola no estado do Pará, com forte composição de pessoas vindas de outras regiões do país (IBGE, 2010), no município de Moju predomina a ocupação de paraenses.

No que se refere ao tempo de residência no local, observou-se que a maioria (62%) reside entre 11 e 20 anos na localidade. Outros 22% vivem há mais de 20 anos e apenas 8% estão no local há menos de 10 anos (Tabela 2). Estes percentuais mostram que nos anos iniciais da implantação do Projeto de Agricultura Familiar com Cultura de Palma (a partir de 2002) houve forte atração de pessoas para a área, em busca de oportunidades de melhorar a qualidade de vida.

Entretanto, com o passar dos anos, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares já integrados à atividade do dendê provocou um refreamento no processo de atração para o local. Nas comunidades pesquisadas foram identificados, inclusive, casos de abandono da atividade, com a transferência do plantio para outros produtores.

Estas informações foram relatadas pelos agricultores entrevistados, que apontaram como principais dificuldades: a total dependência e subordinação às regras da empresa; a quebra de contrato por parte da empresa; o caráter de dedicação exclusiva ao trabalho penoso

e exaustivo no dendezal, principalmente nos anos iniciais dos tratos com acultura; e o retorno do investimento se dá em médio e longo prazo, e não corresponde ao esperado.

É difícil pra nós pequenos produtores, suportar essa pressão da firma [referindo-se à Agropalma]. A gente não tem tempo pra nada, é só trabalho sofrido moça [...]O que a empresa tá botando aqui, é para lascas a vida do pobre [referindo-se às exigências impostas pela empresa]. Se eu soubesse que ia acontecer isso, eu não tinha plantado de jeito nenhum. Já me deu vontade de botar tudo em baixo e me livrar disso, [...] aqui já teve gente eu vendeu seu projeto pra outro produtor e foi embora, porque não deu conta não. (informação verbal)⁴.

Assim, muitos agricultores negociaram a venda do plantio de dendê para outros pequenos produtores e migraram para outras áreas rurais ou para as zonas periféricas das pequenas e médias cidades adjacentes. Esses relatos foram confirmados pela então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Moju:

[...] cansei de dizer para eles não se meterem com o projeto do dendê [...] hoje em dia tem uns quantos chorando, vindo aqui comigo dizer que não receberam o dinheiro, que o dendê não está dando o que imaginavam [referindo-se a insuficiência da renda oriunda do dendê]. Já chegou gente aqui que entrou no projeto de dendê e largou toda agricultura dele e veio pedir dinheiro pra pagar a passagem para ir embora. (informação verbal)⁵.

Tabela 2 - Características gerais dos agricultores familiares entrevistados.

Estado de Origem	Frequência	Frequência Relativa (%)
Pará	40	80%
Ceará	6	12%
Rio Grande do Sul	2	4%
Goiás	2	4%
Total	50	100%
Tempo de residência/anos	Frequência	Frequência Relativa (%)
1 a 10 anos	8	16%
11 a 20 anos	31	62%
Mais de 20 anos	11	22%
Total	50	100%
Idade	Frequência	Frequência Relativa (%)
22 a 40 anos	11	22%
41 a 59 anos	30	60%
Acima de 59 anos	9	18%
Total	50	100%
Grau de escolaridade	Frequência	Frequência Relativa (%)
Analfabeto	18	36%
Fundamental incompleto	22	44%
Fundamental completo	4	8%
Médio incompleto	2	4%
Médio completo	4	8%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

⁴ Informação fornecida pela então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista realizada na sede do sindicato no município de Moju, em maio de 2015.

⁵ Informação fornecida pela então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista realizada na sede do sindicato no município de Moju, em maio de 2015.

Quanto à idade dos produtores (Tabela 2), grande parte (60%) é composta por pessoas com idade entre 41 e 59 anos, em proporção menor, mas não menos significativa, estão agricultores acima de 59 anos (18%). Outros 22% afirmaram residir entre 11 e 20 anos na localidade. Quando se soma o percentual de produtores com idade acima de 41 anos, obtêm-se um total de 78%.

Estes dados indicam que o trabalho no dendezal é desenvolvido, predominantemente, por agricultores mais velhos, confirmando o relato dos entrevistados sobre o desinteresse da população mais jovem pelo trabalho na cultura do dendê nos moldes da integração ou mesmo de outras atividades rurais. “[...] aqui, só está morando agora eu, minha mulher e essas duas crianças; meu filho mais velho foi pra Tailândia, tentar arrumar um trabalho por lá, não quer trabalhar com nós no dendê, diz que isso não é vida [...]” (informação verbal)⁶.

Estes fatores explicam o fortalecimento do êxodo rural entre os jovens na área ou, ainda, sua absorção pelas empresas de óleo de palma da região, tornando-se assalariados rurais a serviço do agronegócio.

Os dados apresentados na Tabela 2 desqualificam o discurso oficial de que o dendê, intensivo em mão-de-obra, permitiria a interiorização e fixação do homem no campo, garantindo um trabalho rentável para o agricultor familiar por, pelo menos, vinte e cinco anos (FURLAN JUNIOR et al., 2004; GOVERNO DO PARA, 2009; BRASIL, 2010;).

Na verdade, a lógica do monocultivo, na qual a atividade vem sendo desenvolvida, que contradiz a prática habitual da diversificação de atividades levadas a cabo pelos agricultores familiares, está em estimular um processo de expropriação “invisível” do pequeno produtor rural. Esta tendência já foi identificada por Backhouse (2013), em estudo realizado sobre os investimentos em dendê no estado do Pará; e neste trabalho confirmou-se esta prática, com maior abrangência.

Com relação ao grau de escolaridade, identificou-se 44% dos produtores com nível fundamental incompleto (Tabela 2) e a maioria enquadra-se nas séries iniciais do ensino fundamental menor, formando um expressivo quadro de analfabetos funcionais, seguido de um número significativo de produtores analfabetos (36%). Este aspecto denota um gravíssimo problema social nos indicadores de qualidade de vida local. Outros 8% têm o ensino fundamental completo, 4% médio incompleto e 8% o nível médio completo.

⁶ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

A inserção desses trabalhadores com baixo grau de instrução em uma área mais técnica é preocupante, por não apresentar grau de abstração para compreender as cláusulas contratuais que os regulam. O agricultor precisa conhecer e compreender o alcance das cláusulas contratuais que regem a produção, precisa saber que irá contrair dívidas junto ao banco e deve conhecer as condições do financiamento adquirido, além de outros conhecimentos necessários para lidar com as inovações técnicas, agora incorporadas ao processo produtivo, sejam elas mecânicas, físico-químicas ou biológicas.

No que tange às características da propriedade, verificou-se que os pequenos produtores familiares ainda não possuem o título definitivo da terra, tendo como documento somente o recibo de compra e venda da propriedade. Segundo os entrevistados, a documentação de alguns produtores está em tramitação junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), mas ainda não se tem previsão de quando serão entregues. “O que eu tenho é o recibo de compra da terra e um documento que o ITERPA deu pra nós, mas o documento mesmo eu não tenho [...] tá pra sair, mas não se sabe quando” (informação verbal)⁷.

Este fato demonstra que os direitos de propriedade não estão assegurados, o que pode se transformar em falhas de mercado, por risco e incerteza quanto à posse e uso legal das terras. Entretanto, de acordo com o relato dos agricultores, o fato de possuir o título definitivo da propriedade não significa ser o dono da terra, pois o contrato firmado com empresa amarra o uso da terra com a dendeicultura, por pelo menos 25 anos, tempo de duração dos contratos, no caso dos agricultores de Arauaí e Apei e, 28 anos, na Comunidade de Água Preta.

Assim, a terra pertence à Agropalma enquanto durar o contrato. Estas informações puderam ser confirmadas ao se observar a CLÁUSULA-QUARTA – DA EXCLUSIVIDADE do contrato estabelecido entre a Agropalma e um dos entrevistados:

O PRODUTOR/VENDEDOR obriga-se, em caráter irrevogável e irretroatável, a manter total exclusividade quanto à entrega de sua produção dos plantios dos frutos de dendê à COMPRADORA, pelo prazo que perdurar este Contrato, isto é, 28 (vinte e oito) anos, e independentemente da liquidação do débito pelo PRODUTOR/VENDEDOR, sob pena de ser obrigado, imediatamente, após a constatação do rompimento do aqui disposto, a entregar, a título de multa, o valor correspondente às colheitas de fruto de dendê, dos 03(três) últimos anos, bem como a efetuar a devolução do valor correspondente de todos os insumos que houver recebido da COMPRADORA ou RESPONSÁVEL TÉCNICA e fornecedora, devidamente corrigidos pelo índice IGPM/FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo. (CONTRATO ..., 2005, p.5).

⁷ Informação fornecida por um agricultor familiar, na Comunidade de Água Preta, em entrevista em maio de 2015.

Nestas condições, observa-se que está em curso na região o que Backhouse (2013, p.12) denominou de “um processo dissimulado de apropriação das terras por parte da empresa”. Para a autora, esse processo faz parte da estratégia das empresas agroindustriais de óleo de palma na região, e que parece ser uma reprodução universal deste tipo de integração. Nessa lógica, assegurar a disponibilidade da terra não assegura nem a compra nem a apropriação indevida destas.

Portanto, o direito de propriedade não está plenamente definido, o que dificulta qualquer decisão quanto ao uso da terra por parte dos produtores. Adicionalmente, isto caracteriza uma falha de mercado, que pode levar à ineficiência da integração.

Esse processo ficou evidente no discurso da chefe de departamento da Agropalma, quando indagada sobre a avaliação que a empresa faz hoje da parceria com o agricultor familiar. Na ocasião, declarou que a parceria é avaliada de forma positiva, pois a empresa passou a ter um custo muito baixo para obter a produção. Na sua visão, o produtor tornou-se responsável por todas as atividades dos plantios de dendê, além de ter a disponibilidade da terra e assumir os custos a ela inerentes.

A avaliação que a gente tem é muito positiva dessa parceria [...] porque a gente tem um custo muito baixo, o produtor é responsável por todas as atividades dos plantios [...] isso pra gente é muito viável, nós não precisamos adquirir áreas novas e o custo com áreas novas é muito alto, por que você tem a licença ambiental, você tem o custo com a terra em si né, então você tem várias situações que acabam encarecendo a aquisição de novas terras. (informação verbal)⁸.

Os relatos dos agricultores, associados às declarações dos representantes da empresa, evidenciaram que através da agricultura familiar por contrato, a Agropalma cria as condições para fazer recair sobre os agricultores os riscos das plantações (infestações, pragas etc.), o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, e mesmo as oscilações do preço da *commodity* no mercado internacional. A tendência a esta prática também foi identificada por Backhouse (2013), com relação às empresas do setor de óleo de palma no estado do Pará.

Por outro lado, o fato do direito de propriedade da terra não está plenamente estabelecido e o processo de dissimulado de apropriação das terras por parte da empresa, via contrato, atinge negativamente o direito de propriedade dos pequenos agricultores. De acordo com Rawls (2001), o direito de propriedade constitui umas das bases materiais suficiente para a independência pessoal e um sentimento de auto respeito, autoestima.

⁸ Informação fornecida por chefe de departamento da Agropalma, em entrevista, nas dependências da empresa Agropalma, Rodovia PA-150 S/N, Tailândia, maio, 2015.

A autoestima, entendida a partir da concepção de bem como racionalidade, inclui o senso que a pessoa tem de seu valor próprio e a concepção de que é capaz de realizar seu próprio plano de vida. Consiste na concretização dos princípios da dignidade e da autonomia, exigências que capacitam os cidadãos para que sejam membros plenamente cooperativos da sociedade. Para o autor, ter um senso de seu próprio valor demanda ter habitação e alguma área privada como meio de subsistência (RAWLS, 2001).

De forma geral, predominam estabelecimentos com área de até 50 ha, conforme demonstrado na Tabela 3. A maioria das propriedades (60%) enquadra-se no estrato de 10 a 25 ha, principalmente na Comunidade de Água Preta, projeto Calmaria II, onde a área da propriedade ocupada com o dendê é majoritariamente de 6 ha.

Tabela 3 - características das propriedades rurais de agricultores integrados à produção de dendê.

Estrato de área total da propriedade (ha)	Número de Produtores	%
10 a 25	30	60%
26 a 35	6	12%
36 a 50	14	28%
Total	50	100%
Área ocupada com dendê (ha)	Número de Produtores	%
6	22	44%
10	25	50%
12	3	6%
Total	50	100%
Reserva Legal	Número de Produtores	%
Possui conforme a lei	12	24%
Possui em limite inferior a lei	30	60%
Não possui	8	16%
Total	50	100%
Quanto ao CAR	Número de Produtores	%
Possui o CAR	43	86%
CAR está em andamento	7	14%
Total	50	100%
Desmatamento após o dendê	Número de Produtores	%
Sim	38	76%
Não	12	24%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

Entretanto, nas comunidades pesquisadas foram identificadas três propriedades com área de 12 ha, destinada à plantação de dendê, resultado da aquisição de lotes de outros proprietários. Esse processo é descrito por McCarthy (2010) em estudo sobre o processo de inclusão de pequenos agricultores na cultura do dendê na Indonésia.

Para o autor, a forma com que o programa de dendê se desenvolve pode levar a um processo de concentração de renda e terras, também dentro da própria comunidade de agricultores familiares. As famílias que apresentam melhores condições financeiras começam a agregar aos seus domínios os lotes contíguos, geralmente terras que pertenciam exatamente àqueles cuja situação socioeconômica era mais precária antes da implantação do programa.

De acordo com o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju, o que está ocorrendo nas áreas do dendê é resultado da falta de consideração da realidade socioeconômica, cultural e da infraestrutura das famílias selecionadas para o projeto.

Esse projeto não foi pensado para o pequeno agricultor [...]. Agricultores semianalfabetos, que têm renda de 10 mil por ano, são incentivados a trabalhar com um projeto que chega a 80 mil por ano, você força ele a ter que trabalhar muito mais para dar conta de toda uma infraestrutura que o projeto precisa, e ele não têm. Os agricultores que mais se destacam são os que apresentam renda melhor. Esse projeto foi implantado na marra. (informação verbal)⁹.

Este cenário evidencia um processo de expropriação seletiva entre os agricultores familiares se processando nas comunidades pesquisadas. Os pequenos produtores que dispõem de melhores condições financeiras conseguem garantir a produção em patamares satisfatórios para a empresa, e acabam por incorporar as terras daqueles que não conseguem manter níveis de produtividade adequados, o que é positivo para a agroindústria.

Os agricultores exitosos em produtividade, como de praxe, são utilizados pela empresa como exemplos de famílias que se dedicam com seriedade ao trabalho, por isso conseguiram. Esse discurso é reproduzido por alguns agricultores que acreditam na possibilidade de alcançar o mesmo nível de produtividade das “famílias modelo”, e só precisam se dedicar mais, pois “quem trabalha com dendê tem que ser bom aluno, se você cumpre todas as tarefas, você tem sucesso, mas se tiver preguiça vai se dar mal.” (informação verbal)¹⁰.

Conforme se observa, a introdução da lógica empresarial competitiva entre os pequenos produtores familiares criou um processo seletivo entre os mesmos, estabelecendo novos níveis hierárquicos de produtores, cujas categorias mais elevadas devem ser as metas

⁹ Informação fornecida pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju em entrevista na sede do sindicato no município de Moju, em dezembro de 2016.

¹⁰ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista na Comunidade de Arauaí, em junho de 2015.

alcançadas por aqueles agricultores mais competitivos. Esta prática está estimulando um processo silencioso de expropriação entre os agricultores “menos competitivos” na área.

A prática de pressionar os agricultores por produtividade parece ser comum entre as empresas que exploram o óleo de palma na região. Sousa (2015), em estudo realizado sobre projetos de desenvolvimento para a Amazônia com base na dendeicultura no nordeste paraense, identificou a mesma situação entre os agricultores familiares “parceiros” da empresa Biopalma: “Os agricultores convidam a empresa a refletir sobre as diferenças nas condições financeiras das famílias modelo e ainda nas condições do solo [...] a empresa não aceita tais argumentos, nem relativizações.” (SOUSA, 2015, p. 23).

Na sequência, observou-se que 28% das propriedades com áreas entre 36 e 50 ha, especialmente nas Comunidades de Arauaí e Apei, destinam, em média, 10 ha dessa área ao cultivo do dendê. Em menor proporção (12%), foram identificados lotes de 26 e 35 hectares.

Esses dados evidenciam que as linhas de crédito públicas, destinadas ao projeto integrado dendê familiar, limitam-se ao máximo de 10 hectares por família. Esse financiamento é para uso exclusivo na cultura do dendê, conforme consta na CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES do PRODUTOR/VENDEDOR, do contrato estabelecido entre os agricultores familiares e a Agropalma (CONTRATO..., 2005, p.3). Plantações consorciadas não estão previstas no contrato.

Por questão de produtividade e lucratividade, as empresas não permitem aos agricultores familiares, qualquer desvio financeiro da produção monocultora. Dessa forma, é possível observar que o projeto do dendê, no nordeste paraense, não cumpre o compromisso de incentivar a diversificação da renda dos agricultores familiares, de acordo com as diretrizes sociais do Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma no Estado do Pará (PROTOCOLO..., 2014).

Outro dado relevante levantado por esta pesquisa, diz respeito ao destino da produção dos cffs de dendê, objeto do contrato de integração do pequeno agricultor à atividade, e que garantiu os benefícios fiscais do Selo Combustível Social.

Embora o contrato preveja a destinação do óleo de palma como matéria-prima para refino e fabricação de biodiesel, o que se verificou por meio de entrevistas com representante dos setores de produção é que, atualmente, toda a produção de óleo de palma é direcionada às indústrias dos ramos alimentícios e de cosméticos.

Praticamente toda a produção tem como destino a exportação, especialmente o óleo bruto utilizado na indústria de alimentos. Somente o óleo refinado de palmiste, utilizado na

indústria de cosméticos, tem alguns compradores no Brasil, dentre os quais se destaca a Natura, empresa que opera no ramo de cosméticos.

Segundo a empresa, a unidade de biodiesel foi desativada em 2010, por falta de matéria-prima. Todo o óleo que a empresa extraía nas cinco usinas não era suficiente para atender aos mercados de alimentos, cosméticos e ainda a produção de biodiesel.

Outro fator apontado pela empresa diz respeito ao elevado custo da produção, pois a PETROBRAS domina a Agência Nacional de Petróleo (ANP), controlando os leilões. Toda empresa que produz biodiesel no Brasil tem que vender a produção para a PETROBRAS. O preço colocado no mercado estava sempre abaixo do custo de produção.

Diante de tais informações, foi possível constatar que, embora a produção do óleo de palma não mais se destine à iniciativa do governo federal em diversificar a matriz energética com fontes alternativas, a empresa continua usufruindo os benefícios do Selo Combustível Social, garantidos pela manutenção da parceria com os agricultores familiares, que representam apenas 4% da produção dos frutos, conforme relatou o gerente agrícola da empresa.

Com relação à regularização ambiental das propriedades, 86% dos entrevistados declararam que possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), e para 14% o CAR está em andamento. Este cenário se justifica pela necessidade de adequação, pelo menos em tese, dos estabelecimentos familiares à legislação ambiental vigente, como condição para a realização dos contratos com a empresa integradora.

Contudo, verificou-se que, na prática, a adequação das propriedades aos limites estabelecidos para a reserva legal apresentam a seguinte configuração: 60% das propriedades possuem área de reserva legal em proporção inferior ao que determina a lei; 16% declararam não possuir mais nenhuma área com cobertura de vegetação nativa; outros 24% afirmaram possuir a reserva legal conforme o estabelecido no CAR.

Segundo alguns agricultores, este cenário deve-se ao tamanho reduzido da propriedade, o que acaba forçando-os a usar o que resta da área cultivada com dendê para plantar a mandioca. Relataram que esta prática é comum, diante da necessidade de complementar a renda, principalmente no período da entressafra do dendê, quando a renda oriunda da atividade diminui consideravelmente.

Dizer que não houve desmatamento, eu não digo, porque não é verdade. Nossa terra é pouca e a gente precisa plantar a mandioca no que sobra do dendê [...], é pra ajudar na despesa, só do dendê não dá não, principalmente nos meses que a produção cai [referindo-se ao período da entressafra], por isso, agente precisou

derrubar um pouquinho pra fazer a nossa roça e se garantir. (informação verbal)¹¹.

Estas informações foram confirmadas nos percentuais de desmatamentos identificados nas pequenas propriedades após a introdução do dendê. Para 70% dos entrevistados houve a supressão de vegetação secundária ou mesmo de vegetação nativa na propriedade. Os demais (30%) responderam não ter havido desmatamento no local depois do dendê.

Esse cenário evidencia que o argumento do governo federal de que, no Brasil, a expansão do cultivo do óleo de palma dar-se-ia de forma sustentável, tanto técnica quanto economicamente (PNPB, 2004), não se sustenta.

Na Amazônia paraense há, em curso, um processo de desflorestamento também no interior das pequenas propriedades rurais. A lavoura do dendê, ao ser implantada nas áreas já “antropizadas”, acabou por empurrar o agricultor para o que resta de floresta no interior de sua propriedade, conforme alertou Becker (2010).

4.2 Dendê: entre antigas e novas paisagens socioeconômicas e ambientais no Baixo Tocantins

Quando se considera o decurso de mais de uma década de integração dos agricultores familiares à cadeia do dendê, observa-se que a monocultura promoveu profundas transformações nas antigas paisagens socioeconômicas e ambientais das comunidades pesquisadas, estabelecendo novas racionalidades no uso da terra, nas relações de trabalho, no acesso aos serviços prestados pelos recursos naturais e no modo de vida das populações locais.

Na análise sobre cultura de uso da terra, observou-se que houve drástica redução no desenvolvimento das cinco principais culturas alimentares anteriormente desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, em detrimento da cultura do dendê. A diminuição na produção de alimentos indica forte ameaça à segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras. (Tabela 4).

Antes do dendê, a mandioca era cultivada por 96% dos agricultores, o milho por 64%, arroz 54%, o feijão por 34% e a laranja por 10%. Atualmente esses percentuais caíram para 58%, 6%, 8%, 0% e 2%, respectivamente, e o dendê representa atualmente a atividade desenvolvida em 100% das pequenas propriedades pesquisadas.

¹¹ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista na Comunidade de Arauaí, em junho de 2015.

A cultura da mandioca, com redução de 39,58%, foi a que registrou a menor queda, em virtude da sua importância como fonte de renda complementar para a maioria das famílias pesquisadas. A queda no cultivo do feijão despertou preocupação, porque chegou a zerar nas três comunidades pesquisadas.

Estas informações foram confirmadas nos dados fornecidos pelo IBGE (2014). O levantamento realizado sobre a produção agrícola municipal do Moju registrou, em 2004, volume de produção na ordem de 300 toneladas de feijão. No último levantamento realizado em 2014, esse índice caiu para 90 toneladas (IBGE, 2014).

Tabela 4 - Uso da terra e da mão de obra antes e depois do cultivo do dendê.

Cultura	Antes do projeto		Depois do projeto	
	Nº de Produtores	%	Nº de Produtores	%
Mandioca	48	96%	29	58%
Milho	32	64%	3	6%
Arroz	27	54%	4	8%
Feijão	17	34%	0	0%
Laranja	5	10%	1	2%
Dendê	-	-	50	100%
Nº Pessoas ocupadas	Nº. de Produtores	%	Nº. de Produtores	%
1 a 3 pessoas	31	62%	44	88%
4 a 6 pessoas	14	28%	6	12%
7 a 10 pessoas	5	10%	0	0%
Total	50	100%	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

O impacto no nível de produção de gêneros alimentícios na área já se faz sentir pelas comunidades locais. Indagados sobre como fazem para adquirir os suprimentos que antes produziam nas suas terras, os agricultores disseram que agora precisam comprá-los de agricultores que não têm o projeto de dendê, na própria comunidade; ou nas feiras dos municípios de Moju e Abaetetuba.

Em entrevista, a então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Moju demonstrou preocupação com a segurança alimentar dessas comunidades.

[...] tem que avaliar o projeto do dendê com o pé no chão [...] me assusta muito a gente chegar em área onde tem dendê e vê que as pessoas não têm uma galinha no quintal [...] e os filhos, com fome. O povo abandonou a cultura dele [...]. Quem não trabalha com dendê hoje, faz roça, cria animais para vender para agricultor, por que o agricultor que tem o projeto do dendê não consegue produzir mais. Sou presidente do sindicato e agricultora também; a maior parte da minha produção de farinha é vendida dentro do retiro mesmo, e para agricultor [...] isso é preocupante porque cultura é coisa séria, embora esses agricultores não produzam mais alimentos, eles

não deixaram de consumir a farinha, a galinha, o açá [...] alguém tem que produzir, porque está faltando. (informação verbal)¹².

No que tange à ocupação da mão de obra, antes e depois da introdução do dendê, verificou-se que o enquadramento da agricultura familiar aos moldes “empresariais” de produção, com adequação da mão de obra às leis trabalhistas, provocou uma sensível redução no número de pessoas de uma mesma família ocupadas na atividade familiar.

Antes do dendê, a agricultura familiar apresentava o seguinte quadro de ocupação de mão de obra: 62% das unidades familiares ocupavam mão de obra de 1 a 3 pessoas da família; em 28% das unidades registrava-se a ocupação de 4 a 6 pessoas da família; e em 10% das pequenas propriedades utilizava-se a mão de obra de 7 a 10 pessoas da família.

Decorridos 12 anos da integração ao programa do dendê, o quadro de ocupação da mão de obra familiar sofreu uma considerável redução. O número de unidades familiares que ocupavam de 1 a 3 pessoas da família saltou de 62% para 88%; enquanto as unidades que ocupavam de 4 a 6 pessoas da família reduziram de 28% para 12%; já o número de unidades que ocupava de 7 a 10 pessoas da família zerou.

Os dados apresentados indicam que a introdução da cultura do dendê nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei não promoveu, como se esperava, a diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, tampouco garantiu a geração de emprego para a família dos pequenos produtores rurais com maior número de pessoas.

Houve, na verdade, um aumento excessivo da dependência do pequeno produtor familiar à monocultura do dendê, com acentuada redução das principais culturas de subsistência, o que põe em risco a segurança alimentar da população local: “O dendê não dá tempo pra gente mexer com outra coisa [referindo-se à incompatibilidade de cultivar o dendê com outras culturas], é muito trabalho minha irmã [...]” (informação verbal)¹³.

Sousa (2015), com base no cronograma de trabalho no dendezal, construído juntamente com os agricultores, apresentou uma média da distribuição das atividades do dendê num determinado mês e constatou a incompatibilidade entre as horas trabalhadas com dendê e a continuidade dos cultivos alimentares.

Esta realidade é encarada com grande insatisfação pelo agricultor, pois se distancia da percepção que o produtor familiar tinha da parceria quando firmou o contrato com a empresa. Segundo Sousa (2015, p. 25): “O modelo pensado pelos agricultores na ‘parceria’ foi aquele

¹²Informação fornecida pela então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista, na sede do sindicato no município de Moju, em maio de 2015.

¹³Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

que o agricultor mantinha seus cultivos. O dendê passaria a ser um componente no sistema de integração [...]”. Não foi o que ocorreu.

Por outro lado, a adequação do trabalho familiar às exigências legais redefiniu o uso do trabalho dos membros da família, afetando profundamente as práticas culturais de trabalho na pequena propriedade. De acordo com os entrevistados, sob essas novas condições, só é permitido o trabalho do integrante familiar com idade a partir dos 18 anos.

O volume de trabalho superior ao número de pessoas legalmente aptas na família deve ser suprido por trabalho contratado ou terceirizado, observando-se todos os direitos trabalhistas previsto em lei. Neste aspecto, a produção familiar não tem como atender a esta determinação da lei.

A transferência das responsabilidades com as leis trabalhistas para o agricultor é mais um dos aspectos que viabilizam a lucratividade da empresa, conforme o relato a seguir.

A gente tem um custo baixo com mão de obra, a nossa equipe de assistência técnica é muito pequena, e aí, o produtor, se ele precisa de mão de obra, ele mesmo arca com as despesas com a mão de obra dele, então pra gente é muito viável, é muito rentável né, a gente tem um retorno financeiro nessa área. (informação verbal)¹⁴.

Em campo, foi possível observar que consiste em uma prática cultural inserir os filhos desde pequenos nas atividades familiares, desenvolvendo algum tipo de trabalho, de acordo com a capacidade física de cada um (Fotografia 1 3a-b).

Fotografia 1 a-b - Cultura de trabalho na produção familiar.



Fonte: Pesquisa de campo, (2015). Fotos: Vanilda Araújo.

¹⁴Informação fornecida por chefe de departamento da Agropalma, em entrevista, nas dependências da empresa Agropalma, Rodovia PA-150 S/N, Tailândia, em maio de 2015.

Esse processo faz parte da cultura das famílias, de repassar os fatos, os saberes e práticas como parte da educação e formação do caráter das crianças, conforme destacou um interlocutor:

[...] pra mim é difícil não poder colocar meu filho de 14 anos pra me ajudar no dendê [...] eles têm que aprender desde cedo a dar valor no trabalho. Eu trabalhei desde garoto com meu pai no roçado, hoje é o que sei fazer [...] quando meu filho não está na escola é melhor ele tá na lida [referindo-se ao trabalho na roça de mandioca], comigo e a mãe dele, do que está aprendendo coisa que não presta por aí [...] é assim que a gente tá acostumado aqui. (informação verbal)¹⁵.

Da mesma forma, o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju avalia este processo como algo que interfere negativamente na vida das comunidades, segundo ele:

O fato dos filhos menores de 18 anos não poderem acompanhar os pais no trabalho no dendezal, não para fazer o serviço pesado, mas para ajudar no que for possível, deixa esses jovens em casa sem fazer nada, sem nenhum tipo de acompanhamento, pois a empresa não oferece projetos sociais. Isso é um perigo diante do aumento do consumo de drogas nas comunidades. (informação verbal)¹⁶.

Conforme se observa, as adequações do trabalho familiar à racionalidade do mercado causaram verdadeiro choque cultural nas relações de sociabilidade no interior da agricultura familiar. Ribeiro (1997) destacou que este segmento social tem a especificidade de estabelecer relações estreitas entre modo de vida, modo de produção, família, relações parentais e comunidade. Portanto, relações que transcende o caráter puramente mercadológico do trabalho.

Outro fator de extrema relevância identificado por este estudo refere-se à insuficiência da renda oriunda da dendeicultura para garantir a reprodução do modo de vida das famílias agricultoras. Se em algum momento a renda do dendê conseguiu responder satisfatoriamente pelo sustento das famílias produtoras, conforme mencionado por alguns defensores da monocultura (FURLANJUNIOR et al., 2004; HOMMA et al., 2014), atualmente essa informação não condiz com a realidade nas comunidades pesquisadas.

Foi apresentado ao agricultor um quadro com rendas médias mensais classificadas em quatro níveis, de acordo com informações fornecidas pelos próprios agricultores. Considerando a menor renda obtida por eles antes do dendê e a maior renda alcançada após a introdução do dendê nas atividades agrícolas familiares, obteve-se o cenário apresentado na Tabela 5.

¹⁵Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

¹⁶Informação fornecida pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju em entrevista na sede do sindicato no município de Moju, em dezembro de 2016.

Tabela 5 - Renda dos produtores integrados antes e depois do cultivo do dendê.

Renda média/mês	Antes do projeto		Depois do projeto	
	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
275 a 788	41	82%	9	18%
789 a 1.500	7	14%	34	68%
1.501 a 2.500	2	4%	6	12%
Acima de 2.500	0	0%	1	2%
Total	50	100%	50	100%
Benefício social	NºProdutores	%	NºProdutores	%
Bolsa família	-	-	35	70%
Aposentadoria	-	-	10	20%
Não recebe	-	-	5	10%
Total	50	100%	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

Antes de trabalhar com o dendê, 82% dos produtores afirmaram contar com uma renda mensal média entre 275,00 e 788,00 reais; 14% dos produtores obtinham renda de 789,00 a 1.500,00 reais; e para 4% a renda era de 1.501,00 a 2.500,00. Nenhum agricultor obtinha renda mensal superior a 2.500,00 reais. Também não foram identificados agricultores recebendo algum benefício social no período. Este é um dos fatores que motivaram a participação no programa, pela expectativa de renda anunciada para todos os integrados à produção.

Após a introdução do dendê, a partir de 2002, 18% dos agricultores continuaram com renda média de 275,00 a 788,00 reais por mês (redução de 78% que é um ganho elevado); 68% dos agricultores passaram a contar com renda média no valor de 789,00 a 1.500,00 (aumento de 385,7%, que é um ganho substancial). Para 12% a renda hoje fica em torno de 1.501,00 a 2.500,00 (aumento de 200%) e para 2% a renda mensal é superior a 2.500,0 por mês. Estes resultados indicam um forte indicador de ganho econômico com o dendê.

Observou-se, ainda, que 90% dos agricultores passaram a contar com algum benefício social nesse período, dos quais 70% começaram a receber o bolsa família e 20% a aposentadoria. Apenas 10% não contam com qualquer benefício social. Este foi um ganho social importante.

Uma análise superficial desses percentuais pode levar à ideia equivocada de que houve aumento real no nível de renda da maioria dos agricultores após a introdução da cultura do dendê. Entretanto, é preciso considerar que a renda gerada com o dendê está atrelada a uma série de fatores, como o preço da *commodity* no mercado internacional no dia da entrega do produto à empresa, o período de safra e entressafra da cultura, o volume de produção, visto que o agricultor recebe por tonelada de produto, segundo o contrato (CONTRATO..., 2005), os descontos estabelecidos no contrato e quaisquer custos adicionais na produção.

É importante considerar que, embora os valores mencionados pelos agricultores refiram-se ao total da renda mensal líquida, em 90% das famílias esses valores são compostos por algum tipo de benefício social recebido e, dependendo da composição familiar, o valor total da renda da família ainda é dividido entre os integrantes que já constituíram as suas próprias famílias, explicaram os agricultores. Acrescente-se a isso, o fato de grande parte das famílias ser numerosa, em média, são compostas de quatro a seis pessoas. Adicione-se ainda, as exigências de não participação de todos os membros da família nas atividades da agricultura familiar, que é transmitida através dos tempos, pode-se ter um retrocesso nas perspectivas do desenvolvimento local.

Ademais, as despesas adicionais que elevam o custo da produção como frete com transporte da produção até a empresa, a contratação de trabalhadores no período da colheita ou a participação no consórcio e outras despesas que porventura surjam, vêm recaindo sobre a renda líquida dos produtores. Portanto, deve-se ter cautela antes de referendar este tipo de integração sem a devida fiscalização do cumprimento das regras acordadas.

Os dados referentes à renda do agricultor, após o dendê, evidenciaram a insustentabilidade econômica da cadeia produtiva do dendê com base na integração da agricultura familiar à atividade. A insuficiência da renda oriunda exclusivamente do dendê para garantir o sustento das famílias agricultoras pesquisadas, tem sido disfarçada pelo maior acesso às transferências governamentais como o programa “Bolsa Família”.

É, portanto, um *contras senso* que política pública de natureza estruturante, destinada ao incentivo de atividades de fomento à geração de emprego e renda, promova a diminuição da renda do pequeno agricultor, deixando-o dependente de repasse de oriundo de política emergencial para sobreviver.

A então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju informou que o sindicato realizou um levantamento junto aos agricultores rurais do município, incluindo os que trabalham com dendê, para atualização dos dados cadastrais, aproveitando para observar as condições de vida desses trabalhadores. Com base nas observações, afirmou que não foi possível constatar melhorias nas condições de vida dos agricultores que trabalham com dendê, especialmente no que tange à renda, já que foi o argumento mais utilizado para justificar a inclusão dos pequenos agricultores na cadeia do dendê.

[...] sinceramente, eu não consigo ver melhoria na vida desse povo com o dendê, em todos os sentidos [...]; com relação à renda, tem um companheiro nosso que fez uma planilha do dendê e dentro da planilha ele ficou devendo quarenta e seis reais, de dívida, não é lucro não. [...] Eu emito a DAP [referindo-se à Declaração de Aptidão ao Pronaf], é sócio, está quite com o sindicato, é um dever nosso emitir [...], agora

infelizmente a emissão da DAP não vai impedir que tu vá sofrer os danos que uma cultura que vem lá de fora vá atingir a tua vida aqui. (informação verbal)¹⁷.

De acordo com os agricultores, incluem-se nas despesas: o financiamento do projeto contraído junto ao Banco da Amazônia, o recolhimento devido ao INSS, frete referente ao transporte da produção até a empresa, taxa de consórcio (para os agricultores que utilizam mão de obra terceirizada) e materiais de trabalho fornecidos pela empresa, que não são supridos pela linha de financiamento, como foices, sachos, machados, luvas, botas, insumos e defensivos agrícolas (Figura 1).

Figura 1 - Remessa de pagamento feita pela Agropalma ao Banco da Amazônia, com os devidos descontos.

PAGAMENTO											02/04/2015
Período: 09/04/2015 à 09/04/2015											
Agricultor Familiar											
Lote: [REDACTED] Sap: [REDACTED] BANCO DO BASA - Ag: [REDACTED]											
Dados de Remessas											
Data	Ton.	Valor Unit.	TotalRemessa	Premio Tot.	Premio	Bonus Tot	Bonus	Valor bruto	INSS	TotalDevido	
11/03/2015	1,058	254,14	268,88	0,00	0,00	14,72	15,57	284,45	6,54	277,91	
20/03/2015	0,446	254,14	113,35	0,00	0,00	14,72	6,57	119,92	2,76	117,16	
							0,00	22,14	9,300		
Dados de pagamento											
Data	Qtde (Ton)	Vir. Bruto	INSS	Vir. Líquido	Amortiz.	Frete	Assoc.	Desc.	Cons.	Valor Pago	
09/04/2015	1,50	404,37	9,30	395,07	98,77	38,35	10,00	0,00	0,00	247,95	
Tot. Produtor:	1,50	404,37	9,30	395,07	98,77	38,35	10,00	0,00	0,00	247,95	

Fonte: Documento fornecido por um agricultor da Comunidade de Água Preta. Foto: Vanilda Araújo.

A análise das cláusulas referentes às obrigações das partes, o contrato a que se teve acesso corroborou as informações prestadas pelos agricultores, cabendo exclusivamente ao Banco da Amazônia fazer a retenção da parcela mensal equivalente à amortização do crédito contraído pelo produtor (CONTRATO..., 2005, p.5).

À empresa, cabe repassar para o agente financiador os valores referentes às solicitações de adiantamentos, ferramentas, adubos e tratamentos fitossanitários, emitidas ou assinadas pelo agricultor, bem como de outras eventuais solicitações não listadas no contrato, mas que venham ser atendidas pela compradora, a seu exclusivo critério (CONTRATO..., 2005, p.5).

Outro dado que chamou muita atenção foi o nível de insatisfação dos agricultores com a falta de clareza, por parte da empresa, no processo de pesagem dos frutos e o cálculo dos valores descontados pelos materiais fornecidos aos agricultores.

¹⁷Informação fornecida pela então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista na sede do sindicato no município de Moju, em maio de 2015.

Houve relatos de que os agricultores se sentem obrigados a solicitar os materiais diretamente da empresa, pois, na maioria das vezes, sua renda é insuficiente para adquiri-los no mercado; e na empresa eles têm o que chamaram de “crédito”. O problema é que o valor dos descontos pelos produtos adquiridos é sempre superior ao que realmente compraram, conforme explica um agricultor.

[...] a gente pega esses materiais aí na firma [referindo-se à Agropalma] porque a gente precisa para trabalhar, mas não vale a pena não, o valor aí é maior do que lá fora [comércio local] e, às vezes, a gente é obrigada a pagar coisa que não pegou lá. Teve um mês aí que eu pedi um par de botas, quando fui receber meu dinheiro, estava lá descontado, dois pares, que eu não peguei, mas já veio descontado, eu tive que pagar. (informação verbal)¹⁸.

Constatou-se também que o elevado custo da produção, principalmente os gastos com o escoamento da produção até a empresa e com a adoção do sistema de consórcio nas relações de trabalho a partir de 2014, implica também gastos mais elevados para o pequeno agricultor, diminuindo, conseqüentemente, a sua margem de lucro.

Segundo os entrevistados, o transporte da produção é realizado por uma empresa terceirizada, pois a Agropalma não permite que os produtores transportem a sua produção até a unidade beneficiadora da empresa, tampouco acompanhem a pesagem dos frutos por eles produzidos.

Antes, a gente podia assistir a pesagem do nosso coco, mas agora a empresa não aceita de jeito nenhum. Arrumaram um caminhão para fazer o transporte, e nós temos que pagar [refere-se ao caminhão pertencente à empresa terceirizada pela Agropalma]. A Agropalma diz que é tão certinha [...], se ela fosse honesta, certinha, ela convidava a gente para acompanhar o peso, mas não, ele [referindo-se ao fruto] vai pra lá, eles pesam do jeito que querem, pagam do jeito que querem e quando querem, passa até quarenta, cinquenta dias pra pagar a gente. Eu acho que o fruto chegou lá, pesou, eles tinham que pagar na hora, mas não, só pagam muito tempo depois. (informação verbal)¹⁹.

Para grande parte dos entrevistados, o fato de a empresa exigir que o transporte da produção seja feito por empresa terceirizada, faz parte de uma estratégia para dificultar o acesso do agricultor à pesagem dos frutos. Informaram que a empresa coloca contêineres na margem da estrada, nos quais os produtores localizados nas adjacências vão depositando sua produção.

A empresa envia um fiscal juntamente com o pessoal que vai recolher a produção e fazer o transporte até a empresa. A pesagem é realizada nas dependências da empresa, longe dos olhos do agricultor, e recai sobre toda a produção contida no contêiner.

¹⁸ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

¹⁹ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

[...] a gente só pode acompanhar até a beira do ramal; coloca aí nessa caixa grande [referindo-se ao contêiner], aí vem o pessoal recolher na caçamba. A empresa manda um fiscal para acompanhar tudo, leva pra lá pra empresa, pesa toda a produção daquela caixa, e depois divide igual por todos que colocaram sua produção ali. Isso eu acho injusto, quer dizer que quem produziu mais recebe o mesmo que aqueles que se dedicaram menos. (informação verbal)²⁰.

Conforme se observa, esta é uma prática que leva à interpretação equivocada dos fatos. A presença do fiscal no acompanhamento da coleta e transporte da produção até a empresa poderia supor, em princípio, transparência no processo. Contudo, é exatamente a presença do fiscal que intimida e mantém o produtor afastado, garantindo o total controle da coleta, transporte e pesagem dos frutos pela empresa.

Ademais, a prática de fazer o cálculo da pesagem recair sobre toda a produção contida no contêiner, tem gerado conflito entre os próprios agricultores, pois quem conseguiu produção mais elevada não aceita juntar seus frutos com aqueles que alcançaram produção inferior, considerados “preguiçosos”. Este é outro ponto positivo para a empresa, pois garante a fragilidade na relação entre os produtores.

Posteriormente, de acordo com os cálculos da empresa, o valor devido é dividido igualmente por todos os produtores responsáveis pela produção, sem serem informados sobre o valor de mercado da *commodity* naquele dia. Os agricultores explicaram que não têm como saber os valores porque não têm acesso à internet, e mesmo que tivessem, não sabem usar.

Os produtores afirmaram que a total falta de transparência no processo é duplamente prejudicial: primeiro, porque não se distingue o grau de produtividade de cada agricultor para realizar o pagamento proporcional, pois um agricultor que produziu menos vai receber o mesmo valor que aquele que produziu mais; segundo, porque o valor pago pela empresa não corresponde ao volume real da produção que foi entregue por eles ao fiscal. Assim, eles perdem a noção da quantidade que produzem.

Esse é um problema sério para nós. Até hoje, não entendo porque eu não posso acompanhar o peso do meu coco [referindo-se ao fruto do dendê]. Isso não está certo, porque está lá no contrato; eu tenho o direito de acompanhar a pesagem dos frutos. Ninguém aqui sabe mais a quantidade que produz porque um cacho que todos aqui estão vendo que pesa mais de 35 quilos, você sozinho não dá conta de carregar; quando chega na firma, não passa de 15,18 quilos, então isso é um roubo muito grande que a firma faz com a gente. (informação verbal)²¹.

²⁰ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Arauaí, em junho de 2015.

²¹ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

Realmente, constatou-se que essa prática ocorre em total desacordo com o previsto na CLÁUSULA SEXTA - CONTROLE DE ENTREGA, PARÁGRAFO ÚNICO do contrato analisado. Atitude flagrante de quebra contratual, conforme se observa a seguir:

O PRODUTOR/VENDEDOR terá direito a acompanhar a pesagem dos frutos e a FORNECEDORA e RESPONSÁVEL TÉCNICA, bem como a COMPRADORA, obrigam-se a manter os sistemas de pesagem aferidos pelo INMETRO ou por empresa autorizada. (CONTRATO ..., 2005, p.5).

Aliás, a análise cuidadosa das cláusulas contratuais entre a Agropalma e os agricultores entrevistados permitiu constatar a criação de uma profunda relação de dependência e subordinação, na qual o agricultor tornou-se uma espécie de empregado da empresa, já que passa a não ter quase nenhum poder ou aproveitamento da sua terra.

Nestas condições, observa-se que a adequação da agricultura familiar à lógica do mercado se deu, contraditoriamente, à custa da perda de uma das características que identificam a agricultura familiar, segundo Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, qual seja: que o estabelecimento ou empreendimento seja dirigido pelo pequeno agricultor com sua família (BRASIL, 2006).

Nas incursões em campo, foi possível observar que todas as etapas de produção são prescritas e rigorosamente fiscalizadas por técnicos da empresa. A empresa justificou que o acompanhamento dos fiscais é para garantir bons níveis de produtividade e assegurou que isso é positivo também para o agricultor. Porém, a falta de liberdade no desempenho do trabalho foi um ponto bastante criticado pelos agricultores.

Outro elemento agravante do processo de dependência do pequeno agricultor à empresa é o fato de que o fruto precisar ser processado em 24 horas após a colheita, para não sofrer acidificação, exigindo uma boa integração entre o cultivo e os sistemas produtivos industriais. Caso a entrega não ocorra nesse intervalo de tempo, o agricultor perde toda a produção. A entrega dos frutos em boas condições de beneficiamento, como condição para que a empresa o receba, está prevista no contrato (CONTRATO..., 2005).

[...] muitas das vezes a gente tem que se sujeitar ao que eles impõem pra nós aqui, é até difícil ficar falando muito [referindo a questionamentos] depois que a gente corta o coco, porque tem um tempo bom [tempo adequado para o fruto não sofrer acidificação] pra eles tirarem o óleo; se eles não levarem, aí a gente pode perder tudo. (informação verbal)²².

²²Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

De acordo com Becker (2010), o domínio do cultivo por megaprojetos com grandes empresas, em função da obrigatoriedade de parcerias com agricultores familiares para a obtenção dos incentivos fiscais do Selo Combustível Social, cria um processo de dependência em relação às empresas, que impõe seus pacotes tecnológicos e demais regras de produção. Isso faz com que os agricultores percam o controle sobre os recursos naturais que manejam e fiquem diretamente expostos à variação de preços da commodity no mercado internacional, formando um cenário propício à geração de conflitos.

Os relatos dos agricultores remetem a um processo de dependência que se assemelha às relações que predominavam no famoso Sistema de Aviamento, estruturado para dar suporte à exploração da borracha na Amazônia, no final do século XIX e início do XX.

Os seringueiros não eram escravos, mas viviam sob um sistema de exploração constante. Antes mesmo de começar a trabalhar, o seringueiro já estava bastante endividado. Eram submetidos a jornadas extenuantes de trabalho para aumentar a produção e conseguir quitar a dívida. Ao final, o seringueiro levava toda a produção de borracha para o patrão pesar. Era o patrão que dizia quanto o seringueiro havia produzido e quanto deveria receber pela borracha. Por esse sistema, conforme Gonçalves (2005):

Os trabalhadores agenciados chegavam aos seringais com a dívida dos custos da própria viagem, além de ter que pagar os utensílios que utilizavam e os víveres que lhes eram antecipados pelo seringalista [...] analfabetos, em sua maioria, não conseguiam controlar os mecanismos dos preços que ficava por conta [...] do patrão. Assim se estruturava o famoso Sistema de Aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro, e que se sustentava com base em relações clientelistas por todo o vale amazônico. (GONÇALVES, 2005, p. 86).

No caso do dendê, poder-se-ia afirmar que se trata de um “Sistema de Aviamento Moderno”, pois se refere à agricultura moderna, científicizada e mundializada, orientada pela lógica do capital globalizado, resultante do avanço espacial da produção de grãos, em termos de economia de escala, que metamorfoseou os produtos agrícolas em *commodities*, impondo o tempo-espaço da mercadoria globalizada, controlada pelo agronegócio (SILVA, 2015).

Nesta perspectiva, a empresa do agronegócio acumula as funções do “barracão” e da “casa aviadora”, atuando na organização social do espaço no Baixo Tocantins, definindo as ações políticas, econômicas e territoriais que se manifestam nas estratégias de controle de toda a cadeia produtiva do dendê. Trata-se da mesma relação de dependência, sob uma nova perspectiva do capital.

Sob estas condições, pode-se dizer que as políticas públicas direcionadas a expansão do dendê na Amazônia paraense, com base na integração da agricultura familiar à atividade, têm como foco o produto (dendê) e não as pessoas. Estando, portanto, muito mais associadas à ética utilitarista, do que com uma abordagem emancipadora, capaz de promover as capacidades humanas rumo ao acesso das liberdades substantivas.

O utilitarismo consiste em uma abordagem avaliatória da filosofia política centrada no somatório das utilidades dos estados das coisas. Para esta abordagem a única base considerada apropriada para a avaliação de estados de coisas ou avaliação de ações ou regras é a informação sobre suas utilidades no sentido de produzir o bem-estar de todos e não o de uma única pessoa. A Utilidade é definida como prazer, felicidade ou satisfação, tudo gira em torno dessas realizações mentais. Questões como a liberdade substantiva individual, fruição ou violação de direitos reconhecidos e aspectos da qualidade de vida não refletidos de forma adequada nas estatísticas sobre prazer não podem influenciar diretamente uma avaliação normativa na estrutura utilitarista (SEN, 2010).

No que tange ao sistema de consórcio, os produtores familiares afirmaram que vêm sofrendo pressão por parte da empresa para a regularização dos trabalhadores da propriedade que não compõe o núcleo familiar, de acordo com as leis trabalhistas.

A pressão é muito grande em cima de nós, ontem mesmo o Zeno e a Carol [referindo-se aos representantes da Agropalma] estavam andando nas casas, botando pressão nos agricultores [...] disseram que se uma pessoa de fora cortar o dendê da gente, ou se for um filho nosso que tenha menos de 18 anos, eles não levam o dendê, fica aí apodrecendo. (informação verbal)²³.

Em entrevista, o gerente agrícola da Agropalma explicou que diante das exigências do Ministério do Trabalho, o sistema de consórcio foi a saída encontrada para adequação das relações de trabalho nas unidades familiares. Segundo o gerente, o consórcio funciona como uma empresa com CNPJ, mas não visa lucro. É uma espécie de terceirização do trabalho no campo, implicando um custo a mais para o agricultor familiar que, em contrapartida, passa a ter a segurança do cumprimento das cláusulas contratuais.

Ainda de acordo com o gerente, o agricultor está contratando trabalhadores, muito mais porque não quer “pegar no serviço pesado”, do que por necessidade, principalmente aqueles agricultores que já estão com as plantações maduras, quando o trabalho é mais de manutenção, o serviço só aumenta no período da colheita. Destacou que em razão do aumento

²³ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

da renda, o agricultor agora pode pagar um trabalhador terceirizado, pois se transformou numa espécie de empresário familiar.

Esta versão foi duramente contestada pelos agricultores. Eles relataram que, na verdade, com a necessidade de adequação às leis trabalhistas houve a intensificação do trabalho nos tratos culturais do dendê, e o agricultor é obrigado a contratar mão de obra terceirizada. A empresa atua na fiscalização intensa nos dendezaís, para que a lei seja cumprida na pequena propriedade. O produtor que não se adéqua às condições estabelecidas, não tem a produção recebida pela empresa.

O que eles estão botando aqui pra nós é um sistema de escravidão. Nós não pode mais botar ninguém para trabalhar, nem nossos filhos pra ajudar agente, porque se não, eles não levam a produção, fica tudo ai apodrecendo. Eu tenho que trabalhar doente [...] agora você vê, se tem mês que a gente pega daí 200,00 reais ou até tem prejuízo, como é que eu vou pagar um salário para uma pessoa? Eu queria que eles tivessem dito pra nós que ia ser assim, lá na hora da assinatura do contrato, que eles não iam plantar um pé de dendê aqui. Eles nos enganaram moça [...]. (informação verbal)²⁴.

Indignada com os discursos da empresa acerca da contratação do trabalho terceirizado no dendezal, uma agricultora da comunidade de Apei desabafa:

[...] a vida da gente é dura aqui, ontem chegaram de noite [referindo-se aos filhos], sete horas da noite, para embarcar 600 cachos de coco, para encher uma caixa, por baixo de chuva. Meus meninos começaram a trabalhar no dendê eles só tinham, um 12 e outro 14 anos, hoje um tem 24 e outro tem 26, mas estão todos arrebetados, passam dor noite e dia [...] então, isso é vida de empresário? (informação verbal)²⁵.

Com o aumento dos gastos e a conseqüente redução da margem de lucro, que já não era elevada, a maioria dos entrevistados afirmou que o cultivo da mandioca ainda é a segurança de que não vai passar fome com a sua família. Por isso, grande parte dos produtores das localidades pesquisadas não abandonou o cultivo da lavoura branca.

Embora os pequenos agricultores tenham reduzido o volume de produção nos anos iniciais da integração, em virtude da jornada de trabalho extremamente extenuante para compatibilizar o trabalho com as culturas de dendê e de mandioca, o estudo constatou um processo lento, mas crescente, de agricultores retomando níveis mais elevados de produção da mandioca nos últimos anos.

²⁴ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em junho de 2015.

²⁵ Informação fornecida por uma agricultora familiar em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

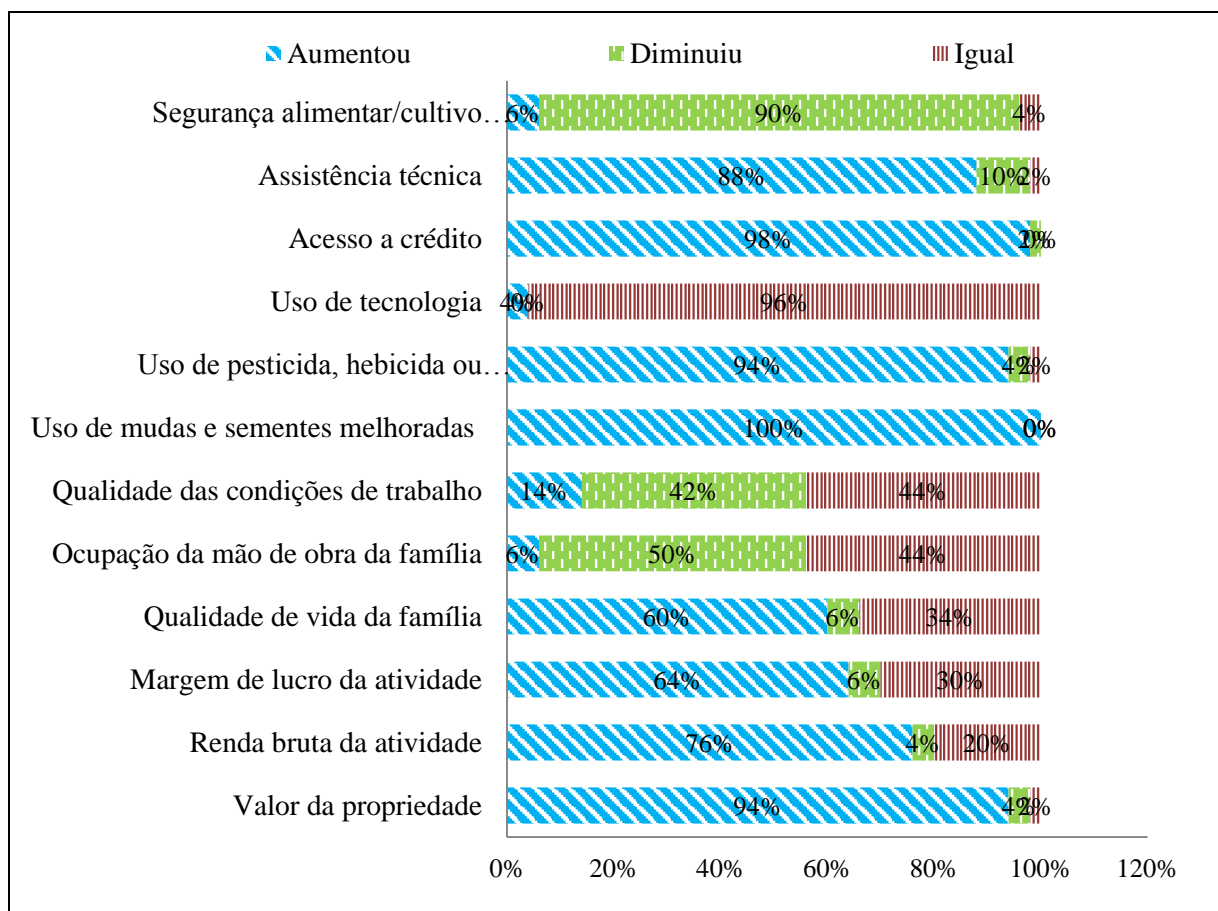
Dados do IBGE sobre a produção agrícola municipal de Moju, sobretudo no período de 2004 a 2014, confirmaram esta tendência. Em 2004, o município registrou um volume de produção de mandioca na ordem de 47.000,00 toneladas. No censo de 2006, esse índice caiu para 39.166 toneladas. A partir de 2007, a produção seguiu uma linha de crescimento, com algumas oscilações. No último censo de 2014, a produção alcançou o volume de 80.600 toneladas no município (IBGE, 2014).

Esse mesmo processo tem sido observado no comportamento dos níveis de produção de mandioca nos municípios de Acará e Tailândia, que, juntamente com Moju, compõem a área de atuação da empresa Agropalma.

Integrados à atividade do dendê a partir de 2010, os municípios de Acará e Tailândia apresentaram, em 2006, níveis de produção de 600.000 e 7.200 toneladas, respectivamente. Em 2013, os níveis de Acará caíram para 304.000 toneladas e Tailândia registrou um considerável incremento na produção, alcançando 16.080 toneladas. Em 2014, a produção de Acará retomou o crescimento, chegando a 379.000 toneladas; já Tailândia se manteve estável (IBGE, 2014).

No geral, o cenário de impactos sofridos pela agricultura familiar com a introdução da cadeia do dendê ficou bem resumido no gráfico abaixo (Gráfico 1), construído a partir da percepção dos pequenos produtores familiares das Comunidades de Arauaí e Água preta.

Gráfico 1 - Impacto do dendê nas condições de vida e da condução do sistema de produção do agricultor familiar integrado.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

Para a variável segurança alimentar, cuja avaliação estava associada ao cultivo conjugado do dendê com culturas de subsistência como a mandioca, arroz e feijão, 90% dos entrevistados responderam que a produção diminuiu, por ser difícil a compatibilização dos tratos culturais; 6% responderam que aumentou; e 4% afirmaram que está igual.

Quanto aos aspectos de assistência técnica, acesso a crédito, uso de defensivos agrícolas e uso de mudas e sementes melhoradas, considerados essenciais para o bom desempenho da produção, os produtores consideraram que aumentou, sobretudo a assistência técnica por meio das visitas, se considerado com o quadro anterior de total abandono. Entretanto, destacaram que esses itens referem-se exclusivamente à produção do dendê, não para as culturas alimentares. Concentraram-se na fase inicial de implantação do projeto, mas com o passar dos anos, a oferta foi se tornando mais escassa.

Ficou evidente que os produtores da agricultura familiar, aquela que se destina a colocar comida na mesa do agricultor (conforme conceituou a então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju), continua desassistida ou assistida de forma precária.

Sobre o fato de vender o discurso de desenvolvimento com a introdução da dendeicultura na região, a então presidente destacou:

O que eles fizeram aqui [referindo-se à ação conjunta da empresa e do governo] foi vender ilusão de desenvolvimento [...] e esse povo comprou, foi feita uma lavagem cerebral. Nós fizemos a nossa parte, alertamos, aconselhamos, mas fomos voto vencido. Dendê nunca foi atividade da agricultura familiar. Eu entendo que agricultura familiar se destina a colocar comida na mesa do agricultor e o dendê não tem essa característica. (informação verbal)²⁶.

No que se refere ao uso de tecnologia na produção, como tratores e roçadeiras, 96% dos entrevistados avaliaram que continua igual ao que dispunham antes do dendê. Explicaram que são equipamentos muito caros, e com a renda que dispõem, um agricultor sozinho não consegue comprar. São poucos os que contam com essas tecnologias; e só conseguiram porque se uniram para comprar. Apenas 4% avaliaram que houve aumento no uso desta variável.

A variável relacionada à qualidade das condições de trabalho também foi avaliada como igual, por 44% dos entrevistados. Relataram que a “lida” na roça já era difícil antes, e a chegada do dendê não mudou essa realidade. Mas, para expressivos 42% as condições de trabalho com o dendê pioraram. Um agricultor chegou a afirmar: “vou abandonar o dendê por que não quero morrer trabalhando; já estou bastante adoentado por causa do dendê” (informação verbal)²⁷.

Aliás, muitos agricultores reclamaram que estão trabalhando doentes para dar conta da produção, principalmente depois da adequação às leis trabalhistas no dendezal. Por fim, 14% dos agricultores avaliaram as condições de trabalho após o dendê de forma positiva, exatamente os agricultores que dispõem de melhores condições financeiras e podem pagar pelo trabalho terceirizado sem problemas.

Já no aspecto da ocupação da mão de obra, 50% dos agricultores afirmaram que diminuiu. Indicaram também como uma das causas a necessidade de adequação dos trabalhadores familiares às leis trabalhistas. Essa avaliação foi ratificada pelo número de pessoas empregadas na atividade nos últimos anos (ver Tabela 4). Na avaliação de consideráveis 44% está igual, e apenas 6% consideraram que aumentou.

Quanto às variáveis qualidade de vida da família, com 60%; margem de lucro da atividade, com 64%; renda bruta da atividade, com 76%; e valor da propriedade, com 94%, houve indicativos de aumento, na percepção dos agricultores entrevistados.

²⁶ Informação fornecida pela então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista na sede do sindicato no município de Moju, em maio de 2015.

²⁷ Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

Para as variáveis margem de lucro da atividade e renda bruta da atividade, os agricultores consideraram o período de safra da produção quando obtêm maior renda. Mas ressaltaram que os recentes aumentos no custo da produção vêm reduzindo esses percentuais, chegando a um saldo negativo no período da entressafra.

Quanto ao valor da propriedade, segundo os entrevistados, com o aumento da produção do dendê na região, observaram uma valorização significativa da terra. Estudos recentes constataram um aquecimento no mercado de terras na mesorregião do nordeste paraense.

[...] Olhe, eu penso mesmo que aumentou né, porque na época que eu vim pra cá, eu comprei este pedaço de terra por 6 mil e hoje tá dando 70 mil, é quanto eles tão vendendo, é porque tem o projeto, mas só serve pra empresa mesmo[...]. (informação verbal)²⁸.

A busca por áreas antropizadas para o plantio da palma de óleo impulsionou o capital especulativo alicerçado na terra (BACKHOUSE, 2013; NAHUM, 2014). Ademais, o montante do capital especulativo aumenta quando a terra é revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia.

Já a avaliação da variável qualidade de vida, à primeira vista, pareceu contradizer todo o quadro socioeconômico até aqui apresentado na literatura. Contudo, a análise do critério utilizado pelos agricultores para fazer esta avaliação tornou-a bastante compreensível.

Como os questionamentos buscaram estabelecer um parâmetro comparativo entre as realidades vivenciadas antes e depois do dendê, os agricultores consideraram o ambiente de abandono e de carência em que historicamente viveram na região. Qualquer medida na forma de política pública que melhore em algum aspecto a qualidade de vida dessas pessoas, por menor que pareça, é considerado um avanço pelo agricultor.

É importante lembrar que a expansão do projeto de dendê na região, com a inclusão da agricultura familiar, é oriunda de um conjunto de ações articuladas entre o poder público e a iniciativa privada.

Assim, programas como os de Assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com serviços de titulação da terra e construção de habitações para as famílias, bem como o programa “Luz para Todos”, do Ministério de Minas e Energia, chegaram para o agricultor impulsionados pelo projeto do dendê, embora apresentem sérios problemas de gerenciamento na implantação e no acompanhamento, conforme explicou um agricultor.

[...] É claro que alguma coisa melhorou aqui pra nós, hoje muitos de nós têm casa de tijolo [oriundas do programa de habitação do INCRA], não é grande, como você

²⁸ Informação fornecida por uma agricultora familiar em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em maio de 2015.

vê aí, mais é nossa [...] a maioria dos agricultores aqui já tem a luz, também nem todos porque a ligação não chegou para todos, tem gente pagando para puxar um bico de luz para sua casa, mas já é uma grande conquista. Agora não dá para dizer que a vida da gente é 100% porque isso não é verdade. (informação verbal)²⁹.

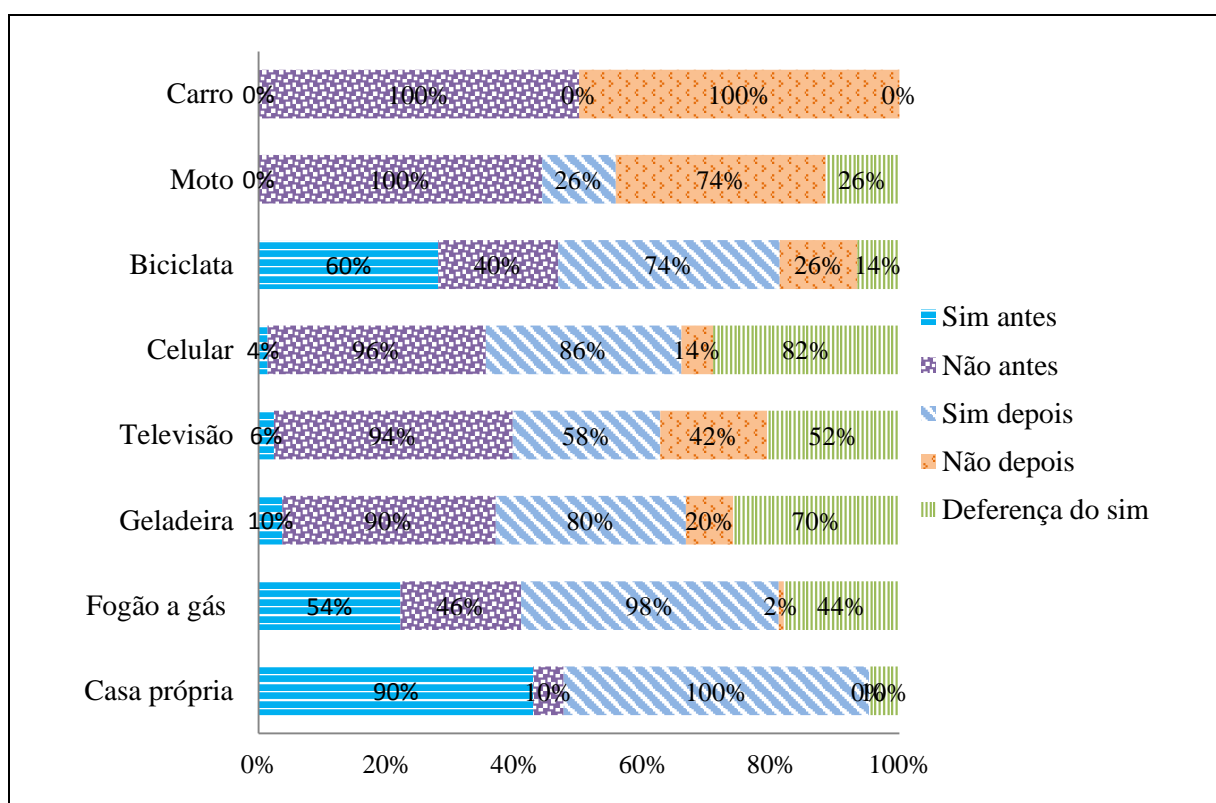
Portanto, ainda que o acesso a direitos básicos de cidadania ocorra de forma precária, ou mesmo não ocorra, conforme será discutido mais adiante, nas comunidades pesquisadas o pouco é muito. Isso dá uma ideia do verdadeiro ambiente de carência e abandono no qual estas comunidades vivem no meio rural. Esta realidade é também mencionada por Nahum (2013).

[...] a labuta do homem do campo é árdua, sobretudo, pela falta de políticas públicas voltadas para a melhoria da vida desses sujeitos sociais, esquecidos nas estatísticas, acrescidos pelas dificuldades de escoamento da produção, ausência de assistência técnica, a falta de insumo para potencializar a produção [...]. (NAHUM, 2013, p. 77).

A análise da percepção dos agricultores sobre o acesso a bens e serviços antes e depois da introdução do dendê mostrou um cenário preocupante. Embora se tenha verificado um relativo aumento no acesso a alguns bens de consumo (Gráfico 2), as famílias de Apei, Arauaí e Água Preta continuam desassistidas ou assistidas de forma precária por serviços essenciais como educação, saúde, segurança, saneamento básico, infraestrutura e comunicação.

Constatou-se que as tímidas melhorias, traduzidas na forma de acesso a alguns bens, ocorreram basicamente em função de dois fatores: o primeiro diz respeito ao crédito, que os agricultores passaram a adquirir após firmarem contrato com a Agropalma. Relataram que a abertura de conta em banco com disponibilidade de cartão de conta corrente e/ou de crédito facilitou a realização de compras parceladas no comércio local. O outro fator diz respeito à chegada da energia elétrica nas comunidades. Explicaram que antes da chegada da energia, mesmo que dispusessem de um “dinheirinho extra”, não poderiam comprar bens como geladeira, televisor, ventiladores e outros bens, porque não poderiam usar. E somente os que possuíam motor gerador ou bateria podiam adquirir esses bens.

²⁹Informação fornecida por um agricultor familiar em entrevista, na Comunidade de Arauaí, em maio de 2015.

Gráfico 2- Comparativo do acesso a bens e serviços antes e depois da cadeia produtiva do dendê.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

Iniciemos com a análise sobre o acesso a carro, moto e bicicleta. Com relação a carro, verificou-se que nenhum agricultor familiar possuía antes e nem adquiriu depois do dendê. Este dado desconstruiu o argumento utilizado pela Agropalma de que o aumento da renda dos agricultores é também medido pelo número de carros e motos adquiridos pelos novos “empresários do dendê” – os agricultores.

Em entrevista, o gerente Agrícola da empresa afirmou que a renda do agricultor aumentou de tal forma que impressiona ver. Segundo o gerente, nas reuniões, aumentou o número de carros e motos dos agricultores estacionados em frente ao sindicato, já que antes do dendê só possuíam bicicletas. Indagados sobre o assunto, os agricultores contestaram:

[...] a gente sabe que por aí somos vistos como empresários; temos carros, motos, mas tudo o que falam é mentira. A nossa realidade é essa que você está vendo aqui, para complementar a renda eu tenho que ficar sentada por tantas horas descascando mandioca, arrebentando minha coluna para ganhar cinquenta reais para me ajudar. Quantos carros você já viu na casa de algum agricultor por aqui? [...] nós temos uma moto, é verdade, mas tivemos que nos unir, eu mais meus dois filhos, para comprar em 24 parcelas. (informação verbal)³⁰.

³⁰ Informação fornecida por uma agricultora familiar em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

Quanto ao número de motos, verificou-se que houve um aumento de 26%, segundo os agricultores, todas adquiridas com financiamento de longo prazo. Com relação à bicicleta, o aumento foi bem menor, de apenas 14%, pois antes do dendê 60% dos agricultores já possuíam este bem, e após o dendê o percentual passou para 74%. Outros itens como fogão a gás, geladeira, televisor e celular foram os bens que tiveram ou aumento mais significativo.

Por fim, os dados sobre o acesso à casa própria mostraram que, antes do dendê, 90% dos entrevistados já possuíam casa própria; os outros 10% não possuíam. Após o dendê, 100% dos produtores possuíam casa própria. Entretanto, verificou-se que, no caso da maioria das famílias não contempladas no programa de construção habitacional do INCRA, as casas são pequenas e com péssima estrutura (Fotografia 2a-d).

Fotografia 2a-d - Habitações de famílias integradas ao dendê há 12 anos, em Apei.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Vanilda Araújo.

Constatou-se, ainda, casos em que as habitações estão em fase de construção há mais de dez anos. Em muitos casos, os moradores estão vivendo em barracos improvisados com lonas, em condições subumanas, sujeitos às intempéries, e até mesmo ao ataque de animais silvestres (Fotografia3 a-b).

Por enquanto, a gente mora aqui [indicando um pequeno barraco improvisado com lona e panos nas 'paredes'], tenho até vergonha de receber vocês, mas é que a nossa casa é aquela ali que está em construção [apontando para uma construção em fase

ainda inicial]. Nós estamos batalhando, já tem mais de dez anos para terminar, vamos conseguir [...]. (informação verbal)³¹.

Fotografia 3a-b- Habitação de uma família integrada ao dendê há 12 anos, aguardando a construção da casa em alvenaria, em Apei.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Vanilda Araújo.

Quanto a análise da diferença entre os agricultores que já tinham casa própria antes do dendê e os que passaram a ter depois, observou-se um aumento real de 10% no percentual, todas oriundas do programa de construção habitacional do INCRA.

Além do incremento de 10% no número de casas, alguns agricultores que possuíam casas em avançado estado de deterioração, foram incluídos no programa habitacional e tiveram suas casas substituídas por outras em alvenaria (Tabela 6).

Buscando-se analisar a qualidade das moradias e dos serviços de água e energia das famílias produtoras, construiu-se a tabela abaixo com as características desses itens, antes e depois do dendê, com base na percepção dos agricultores (Tabela 6).

³¹ Informação fornecida por uma agricultora familiar em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

Tabela 6 - Características das moradias e dos serviços de água e energia dos produtores entrevistados.

Número de quartos da casa	Antes do projeto		Depois do projeto	
	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
1	35	70%	38	76%
2	5	10%	10	20%
Mais de 2	0	0%	2	4%
Nenhum	10	20%	0	0%
Material das paredes da casa	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
Madeira	38	76%	18	36%
Alvenaria	5	10%	32	64%
Barro	2	4%	0	0%
Nenhum	5	10%	0	0%
Tipo de banheiro	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
Interno	2	4%	16	32%
Externo	36	72%	34	68%
Nenhum	12	24%	0	0%
Fonte de água potável	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
Poço	37	74%	46	92%
Igarapé	6	12%	2	4%
Cacimba	7	14%	2	4%
Tratada/Encanada	0	0%	0	0%
Fonte de energia	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
Lamparina	48	96%	12	24%
Motor gerador	4	8%	0	0%
Elétrica	1	2%	38	76%
Bateria	6	12%	0	0%
Fonte de energia para cozinhar	Nº Produtores	%	Nº Produtores	%
Gás	26	52%	49	98%
Lenha	48	96%	48	96%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora.

Com relação à moradia, constatou-se que atualmente a maioria é construída em alvenaria (64%), apresentando uma melhoria, visto que anteriormente 76% eram casas de madeira. Em geral, continuam dividida sem um quarto apenas (hoje 76% das residências) e com banheiro externo (68%). O número reduzido de quartos das casas demonstra o tamanho relativamente pequeno das habitações, com pouco espaço para a privacidade dos moradores.

Os dados indicaram a ausência de casas sem banheiro (interno ou externo). As famílias relataram que antes usavam as áreas de mata ao redor das casas para as necessidades fisiológicas e o igarapé para tomar banho. Contudo, não se pode afirmar que houve uma melhoria real nesse aspecto. A maioria das casas não conta com banheiro interno nem biológico. Constatou-se que há casas com banheiros externos, porém são improvisados.

Fotografia 4- Condições do banheiro externo de um produtor, na Comunidade do Apei.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Vanilda Araújo.

Quanto à fonte de água potável, antes, 74% dos agricultores utilizavam água do poço para beber e cozinhar, 12% utilizavam água do igarapé e 14% de cacimba. Hoje são 92% utilizando água do poço, 4% de igarapé e 4% de cacimba. Esses dados são preocupantes, pois a água potável utilizada pelas famílias não recebe qualquer tipo de tratamento, o que representa um risco à saúde das famílias.

Some-se a esse quadro, o fato de que as águas da chamada região de expansão do dendê estão contaminadas com o agrotóxico utilizado na cultura do dendê, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Evandro Chagas em 2014 (MPPA, 2014). Essa constatação demonstra o grave risco a que as famílias de agricultores e as comunidades adjacentes estão sujeitas.

No que tange à fonte de energia das residências, verificou-se que houve um aumento significativo no número de famílias utilizando a energia elétrica (76%). Antes, este percentual era de apenas 2%, e a maioria (96%) utilizava a lamparina. Este avanço deve-se à implantação do programa “Luz para Todos”, do governo federal.

Entretanto, os entrevistados esclareceram que o programa ainda não alcançou a todos os moradores das comunidades. A demora na expansão do serviço tem motivado muitas famílias a custearem materiais como fiações, transformadores e até mesmo o trabalho de técnicos da Rede Celpe para fazerem ligações clandestinas e, assim, terem acesso ao serviço.

Já a fonte de energia usada para cozinhar, associa o aspecto econômico e cultural de forma interessante. Embora tenha ocorrido um aumento significativo de 46% no número de famílias utilizando o gás de cozinha, as famílias não abandonaram o antigo hábito de cozinhar utilizando fogão à lenha. Identificou-se que atualmente 98% das famílias utilizam o gás de cozinha e o percentual de famílias que utilizam fogão à lenha manteve-se inalterado (96%).

Os entrevistados explicaram que se trata de uma questão de economia, pois o valor da carga de gás é muito alto, então utilizam o gás somente em situações específicas. Por outro lado, disseram tratar-se também de uma questão de hábito, pois consideram que alguns alimentos têm melhor sabor se cozido sem fogão à lenha, por isso não abandonam o uso.

A análise dos demais aspectos socioambientais observados pelos agricultores, antes e depois do dendê, demonstraram também indicadores preocupantes, que se desenvolvem em sentido contrário à perspectiva do desenvolvimento sustentável e inclusivo (Gráfico 3).

Aspectos como a utilização de equipamentos de segurança, uso e cuidados com produtos químicos, bem como treinamentos para tratos culturais, não foram identificados antes da introdução do dendê, em nenhuma das comunidades pesquisadas. Ou seja, a produção era realizada de forma sustentável, do ponto de vista ambiental.

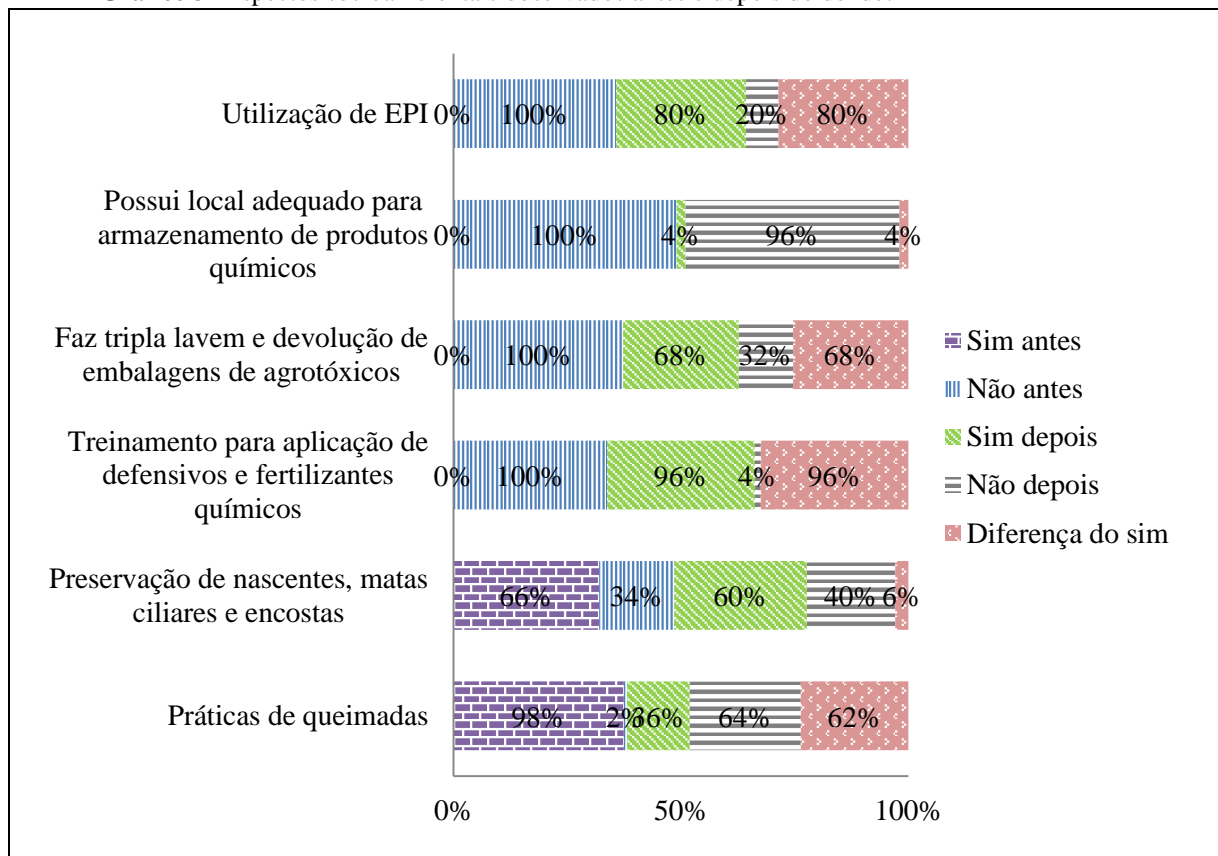
Contudo, após o dendê, verificou-se que 80% dos agricultores familiares utilizam Equipamento de Proteção Individual (EPI), composto de capacete, óculos de proteção, luva de couro cano longo, perneiras e chapéu. A utilização desses equipamentos é uma exigência da empresa, diante da necessidade de proteção durante a aplicação de produtos químicos nas plantações de dendê. Outros 20% declaram que não utilizam os itens de proteção.

Entretanto, os agricultores relataram que vêm reduzindo a prática de utilizar agrotóxicos nas plantações. Primeiro porque esses equipamentos, com exceção das luvas, não são financiados pela linha de crédito, e devem ser adquiridos junto à empresa, representando um custo a mais para o agricultor. Segundo por se sentirem mal depois das aplicações, apresentando tonturas e fortes dores de cabeça.

Entre os agricultores que utilizam produtos químicos, 96% afirmam não possuir local adequado para armazenamento desses produtos e, em geral, acomodam em algum “canto” dentro da própria casa. Já a realização de tripla lavagem e devolução das embalagens de agrotóxico, observou-se que 68% fazem uma lavagem simples e devolvem para a empresa; e 32% disseram que não os lavam antes de devolver. O dado preocupante é que muitos fazem a lavagem diretamente nos rios e igarapés da região, que são essenciais para as famílias.

Quando eu usava veneno [referindo-se ao uso de agrotóxico na plantação no início do projeto] eu lavava os equipamentos aqui mesmo [...] no igarapé e depois devolvia pra empresa. Eles até disseram que não pode, mas a gente não tem aonde lavar, muitos ainda fazem isso [...]. (informação verbal)³².

Gráfico 3- Aspectos socioambientais observados antes e depois do dendê.



Fonte: Elaboração da autora.

Quanto ao treinamento para aplicação de defensivos e fertilizantes químicos, 96% dos entrevistados afirmaram ter recebido no início da implantação do projeto, mas com o passar dos anos a oferta desses treinamentos foi reduzindo consideravelmente. É importante destacar que os treinamentos são direcionados exclusivamente para o trato com a cultura do dendê, e as culturas familiares continuam desassistidas de quaisquer melhorias técnicas.

Também foi possível verificar a redução no índice de cuidados com a preservação de nascentes, matas ciliares e encostas. Antes do dendê, 66% dos agricultores preocupavam-se com a preservação e 34% não preservavam; tempos depois, esses percentuais passaram para 60% e 40%, respectivamente. Este aspecto foi mencionado pela representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Moju: “Os igarapés estão acabando; tem

³² Informação fornecida por uma agricultora familiar em entrevista, na Arauaí, em maio de 2015.

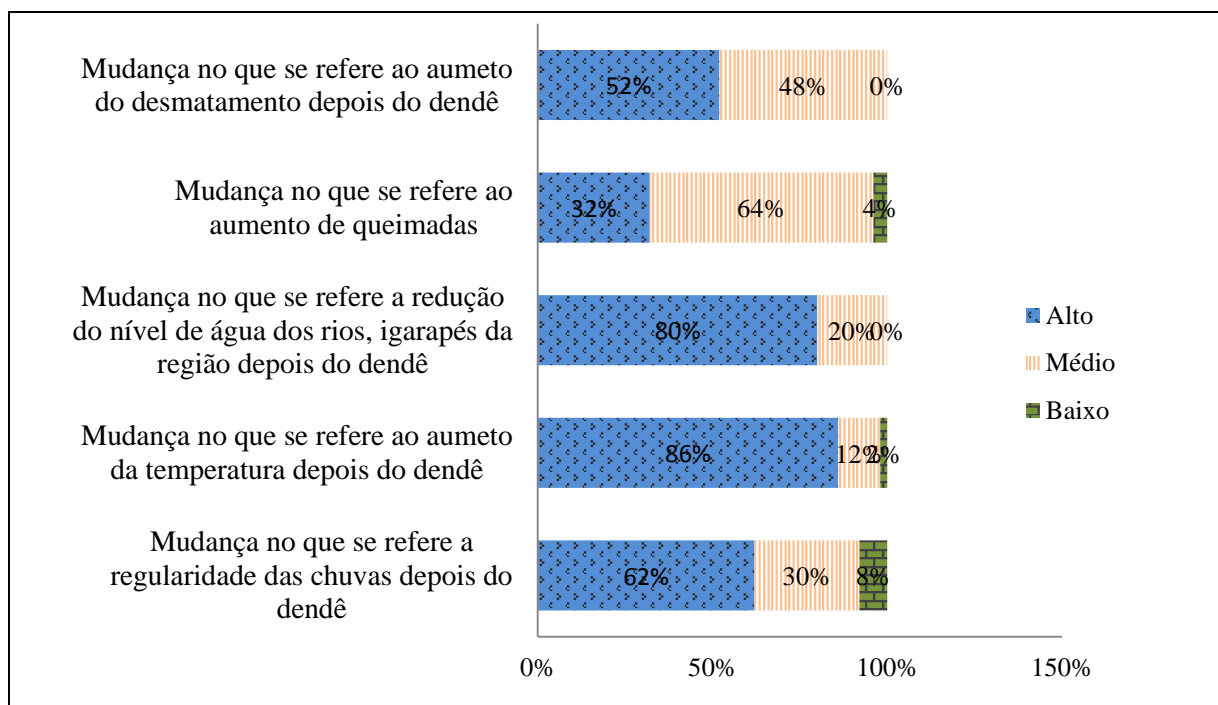
nascente que não existe mais, aí a gente quer saber – cadê a sustentabilidade ambiental do projeto de dendê? (informação verbal)³³.”

Essas informações evidenciam que a cultura do dendê desenvolve-se em desacordo com o que estabelece o Novo Código Florestal, sobretudo o Art. 4º, que trata das áreas consideradas de preservação permanente (BRASIL, 2012).

Já os percentuais de queimadas apresentaram redução significativa, 98% dos agricultores praticavam queimadas antes do dendê, e atualmente este índice caiu para 26%. Houve, portanto, redução de 62% no índice de queimadas. Constatou-se que a redução de queimadas nas unidades familiares está relacionada principalmente com a redução na produção da mandioca entre os agricultores. Sem melhorias técnicas, a lavoura branca continua sendo praticada no sistema de corte e queima.

Na sequência, buscou-se identificar as principais mudanças socioambientais percebidas pelos agricultores não apenas nas pequenas propriedades, mas na região como um todo. Para a avaliação de possíveis mudanças, foram apresentados aos agricultores os níveis: alto, médio e baixo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Aspectos socioambientais observados antes e depois do dendê - Continuação.



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

³³Informação fornecida pela representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Moju, em entrevista na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em maio de 2015.

Assim, com relação ao nível de desmatamento na região, 52% dos agricultores avaliaram como alto, e 48% consideraram médio. Segundo os agricultores, o dendê também contribuiu diretamente para elevar este índice. Para a implantação do projeto nas comunidades, foi necessário abrir ramais no meio da floresta para o escoamento da produção. A abertura desses ramais causou grandes impactos ambientais na área, como o desmatamento e o assoreamento de rios e igarapés da região.

Ademais, os agricultores reclamaram da ausência de uma ação mais intensiva dos órgãos de fiscalização ambiental na área, como o IBAMA, e até mesmo da Agropalma. Relataram que a retirada clandestina de madeira de áreas de reserva é intensa, e pouco tem sido feito contra isso. Os moradores afirmaram que têm receio de denunciar, por medo de sofrer represálias dos madeireiros da região. Essas informações puderam ser constatadas durante o levantamento de campo. Foi possível registrar a derrubada ilegal de madeira às proximidades da área de reserva da empresa, bem como a saída de caminhões carregados com madeira durante a noite, conforme se observa nas imagens da Fotografia 5a-d.

Fotografia 5 a-d. - Retirada ilegal de madeira próximo à área de reserva da Agropalma.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Vanilda Araújo.

Para o índice de queimadas na região, 64% dos entrevistados avaliaram como médio. Informaram que houve uma pequena redução, se comparado aos níveis observados antes do dendê, mas ainda não é possível considerá-lo baixo. Já na avaliação de expressivos 34%, esse índice ainda é alto.

No que se refere à redução do nível das águas dos rios e igarapés da região depois do dendê, 80% dos entrevistados consideraram alto. Para os agricultores, essa redução pode até estar relacionada à elevação da temperatura global, mas também resulta do cultivo do dendê. Neste aspecto, apresentaram como explicação a demanda natural da cultura por água e a abertura dos ramais para escoamento da produção, o que causou o assoreamento desses cursos d'água (Fotografia 6).

Fotografia 6- Nível de água em trechos do Rio Turiaçu, em Água Preta.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Vanilda Araújo.

Em alguns pontos foi possível observar o leito do rio Apei, constatando-se que alguns trechos não são mais navegáveis. Esse processo levou a uma reestruturação total na organização socioespacial da comunidade que leva o nome do rio Apei, localizada no alto Moju (Fotografia 7a-b).

Os moradores da área afirmaram que o seu modo de vida foi totalmente alterado com a chegada do dendê. Antes, a vida da comunidade se dava em torno do rio Apei, que se constituía em uma fonte essencial de alimentos, de água potável e uma via de circulação. Na configuração espacial da comunidade, as casas eram construídas de frente para o rio.

Fotografia 7a-b -Assoreamento de trechos do rio Apei.



Fonte: Pesquisa de campo Fotos: Vanilda Araújo.

Com a entrada da cultura do dendê na área, a maioria das famílias passou a ter o dendê como principal fonte de renda, a vida passou a se desenvolver em torno dos ramais das estradas. Sob esta nova racionalidade socioespacial, as casas passaram a ser construídas de frente para a estrada, conforme relato de um entrevistado.

O que você está vendo aqui [indicando a sala da casa], era a cozinha de nossa casa, e aqui era a sala [...] a gente já tinha essa vendinha [referindo-se a um pequeno comércio improvisado na sala da casa], os barcos, canoas chegavam até aqui na porta. Depois do ramal, o rio morreu, então resolvemos transformar a cozinha em sala, levamos a venda pra lá, e a sala se transformou em cozinha, você entendeu? (informação verbal)³⁴.

Quanto aos aspectos aumento da temperatura e irregularidade das chuvas na área depois do dendê, a avaliação dos agricultores aponta para uma elevação na ordem de 86% e 62%, respectivamente. Os entrevistados informaram que não tinham certeza se elevações estão associadas ao dendê, no entanto, como moradores, perceberam essas mudanças.

Antes a temperatura já era alta, mas, pelo menos, no inverno melhorava um pouco né. Agora não tem mais diferença entre inverno e verão – é quente sempre e não chove quase. Aqui ninguém aguenta ficar no dendezal depois das dez e meia da manhã, principalmente se a plantação tiver nova, de dois, três anos. (informação verbal)³⁵.

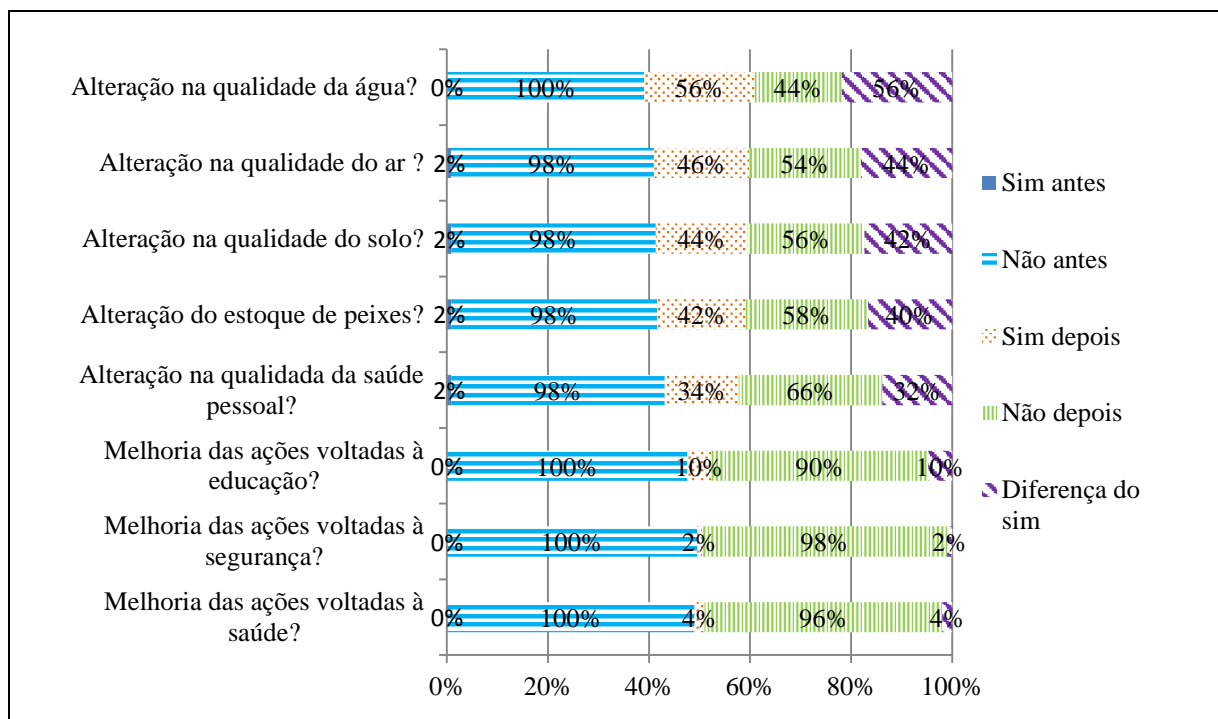
Os agricultores também avaliaram as alterações nos estoques de peixes, na qualidade da água, do ar e do solo, antes e depois do dendê. Em todos os aspectos, a grande maioria afirmou

³⁴Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

³⁵Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Arauaí, em maio de 2015.

não ter percebido qualquer alteração antes da dendeicultura (Gráfico 5). Entretanto, depois da introdução da cultura na área, foi possível constatar alteração acima de 40% em todos os casos.

Gráfico 5 - Aspectos socioambientais observados antes e depois do dendê (continuação).



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

Com relação ao estoque de peixes, os entrevistados relataram não apenas a redução significativa nos rios e igarapés da região, como também o aparecimento de uma espécie de verme na carne do pescado, especialmente na comunidade de Arauaí. Isso os levou a deixar de consumir os peixes daquela área. Os agricultores não sabem a origem desse fenômeno. “De uns tempos pra cá e gente percebeu que começou a aparecer um tipo de verme na carne do peixe, ninguém come mais.” (informação verbal)³⁶.

No que tange à qualidade do solo e do ar, perceberam que ambos ficaram mais secos nos últimos anos. Acreditam que esse fator também contribui para o aparecimento de focos de incêndios na região.

Com relação à qualidade da água, os agricultores perceberam diferenças na cor (mais escura), no sabor (mais ácida) e, principalmente, no contato. Relataram casos frequentes de coceiras, erupções na pele, dores estomacais e doenças em animais que a consomem (Fotografia 8).

³⁶Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Arauaí, em maio de 2015.

Onde o dendê está mais próximo é uma desgraça; a água tá mudada mesmo, meus filhos foram criados aí no igarapé, tomando banho, pagando peixe. Agora não dá mais, a água está escura e muita azeda, nem banho a gente pode tomar aí, porque dá uma coceira horrível, os bichos que tomam água daí estão adoecendo. (informação verbal)³⁷.

Fotografia 8- Aspectos alterados no Rio Turiaçú, Comunidade Água Preta.



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: Vanilda Araújo.

Essas alterações têm levado as comunidades a não utilizar a água dos rios e igarapés para as tarefas cotidianas. É válido ressaltar que as águas da região já foram diagnosticadas com contaminação por agrotóxicos oriundos das plantações de dendê (MPPA, 2014).

Essas mudanças estão estampadas nas paisagens da área. Em campo, foi possível visualizar uma espécie de espuma branca em vários trechos do Rio Turiaçú. Segundo os moradores, esse rio estabelece o limite territorial entre os municípios de Moju e Tailândia (Fotografia 9 a-b). Para os entrevistados, trata-se da tiborna, um resíduo químico oriundo do processo industrial de beneficiamento do dendê.

Esse produto é lançado em grandes buracos escavados no solo e forrados com uma espécie de lona. Entretanto, o aumento do volume de resíduos, associado à ocorrência de chuvas, está fazendo com que esses reservatórios transbordem, contaminando os rios e igarapés. Relataram, ainda, que os cursos d'água localizados atrás da indústria estão em condições piores, mas a empresa não permite que se aproximem do local.

³⁷Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Arauaí, em maio de 2015.

Fotografia 9 a-b - Rio Turiçu, Comunidade de Água Preta, com espuma poluente.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Vanilda Araújo.

Os dados apresentados evidenciaram que o uso da terra pela dendeicultura na Amazônia gerou um elevado custo de oportunidade que, segundo Daly e Farley (2004), consiste na melhor alternativa de que desistimos quando fazemos uma escolha. As externalidades socioambientais negativas geradas nesse processo não são contabilizadas no sistema econômico, não sendo, portanto, pagas por quem as produz, o que impõe um custo à sociedade. Neste sentido, as reflexões de Ronaldo Mota (1997) são esclarecedoras:

[...] Quando os custos da degradação ecológica não são pagos por aqueles que a geram, estes custos são externalidades para o sistema econômico. Ou seja, custos que afetam terceiros sem a devida compensação. Atividades econômicas são, desse modo, planejadas sem levar em conta essas externalidades ambientais e, conseqüentemente, os padrões de consumo das pessoas são forçados sem nenhuma internalização dos custos ambientais. O resultado é um padrão de apropriação do capital natural onde os benefícios são providos para alguns usuários de recursos ambientais sem que estes compensem os custos incorridos por usuários excluídos. Além disso, as gerações futuras serão deixadas com um estoque de capital natural resultante das decisões das gerações atuais, arcando os custos que estas decisões podem implicar. (MOTA, 1997, p. 15).

Ao ser indagado sobre os problemas ambientais relatados pelos agricultores e quanto aos dados do Instituto Evandro Chagas (2014) sobre a contaminação das águas dos rios e igarapés da região, o então secretário de administração do município de Moju, representando as secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, alegou que o governo municipal desconhece qualquer problema ambiental gerado pelo dendê na área. Ficou surpreso, inclusive.

O total desconhecimento do governo municipal sobre os impactos ambientais impostos às paisagens da região fortalece o argumento dos pequenos agricultores de que a ação conjunta para viabilizar o desenvolvimento local com base na “parceria do dendê” limitou-se ao discurso de implantação do projeto. De fato, não há qualquer responsabilidade no acompanhamento do projeto, tampouco dos impactos por ele gerado.

No levantamento sobre as condições de saúde do agricultor, observou-se um aumento de 32% no percentual de agricultores que passaram a apresentar problemas de saúde após a introdução do dendê na área. Entre as causas mencionadas estão a alteração na qualidade do ar e na água, principalmente a ocorrência de problemas respiratórios e dermatológicos.

Entretanto, destacaram que os maiores problemas de saúde advêm da labuta no dendezal e do contato com o “veneno”, termo com que se referem ao agrotóxico. Relataram, inclusive, o caso de uma pessoa que havia falecido na Comunidade de Arauaí, em decorrência de complicações de saúde pelo contato com o agrotóxico. E, ainda, a grande incidência de problemas na coluna, dores nas pernas e na cabeça.

Contudo, verificou-se que o agricultor “parceiro” da Agropalma não recebe qualquer assistência para tratamento de saúde, mesmo que a doença tenha sido adquirida no desempenho do trabalho no cultivo do dendê. Os entrevistados relataram que são atendidos no ambulatório da Agropalma somente em casos de emergência, já que a prioridade de atendimento é para os funcionários da empresa. O tratamento efetivo é realizado através do Sistema Único de Saúde (SUS), nos municípios de Moju e Tailândia.

A análise sobre as ações voltadas à melhoria dos serviços de saúde, segurança e educação, nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, demonstrou um quadro praticamente inalterado antes e depois do dendê, na avaliação da grande maioria dos entrevistados (Gráfico 5). Foi constatado que nenhuma das comunidades pesquisadas conta com posto de saúde para atendimento básico da população local.

Segundo os agricultores, os casos de urgência são atendidos, de forma precária, na Vila dos Palmares, localizada na PA-150, a 50 km do município de Tailândia. Os casos mais graves são encaminhados para os hospitais de Moju ou de Tailândia, por serem mais próximos a essas comunidades.

Verificou-se, igualmente, que não há posto policial nessas comunidades. Na primeira semana do trabalho de campo na comunidade de Água Preta foi possível registrar dois casos de assalto, com agressões às vítimas. Os agricultores afirmaram que se sentem abandonados quando necessitam do serviço, tendo que acionar as delegacias de Moju ou de Tailândia. A polícia, quando comparece, atua somente na apuração dos fatos.

De acordo com a então representante Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Moju, houve um aumento no índice de violência nos últimos anos, devido às inúmeras denúncias de roubo, latrocínio, estupro, homicídio e até suicídio nas comunidades que desenvolvem o projeto do dendê.

Ainda segundo a representante do Conselho, esses indicadores estão, em grande parte, associados ao crescimento da população em outros locais, bem como ao aumento do consumo de drogas nas comunidades. Entretanto, não se tem observado qualquer ação do poder público local ou da Agropalma no enfrentamento desses e de outros problemas vivenciados pelas comunidades que firmaram “parceria” com as empresas do dendê no Baixo Tocantins.

Recebemos inúmeras denúncias de crimes ocorridos nessa Comunidade [referindo-se a Comunidade de Arauaí]. Fui até lá, quando eu chego lá, eu me deparo com um nível de prostituição absurda, crimes contra a mulher, aumento do uso de drogas na comunidade [...] na área de dependência da empresa [referindo-se à Agropalma], e ninguém faz nada. Cadê a responsabilidade dessa empresa com a comunidade? Não dá para entender [...]. (informação verbal)³⁸.

Para o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, a tão propalada “parceria” proposta pelo poder público e empresas do dendê ficou apenas no discurso. Nas reuniões de apresentação do projeto dendê para os agricultores familiares havia o discurso do desenvolvimento local por meio da parceria, na qual as empresas do dendê se comprometeriam com uma contrapartida social nas comunidades, o que não ocorreu.

Questionados sobre a atuação social da Agropalma nas comunidades “parceiras”, os representantes da empresa apresentaram um discurso articulado. Asseguraram que a grande contribuição social da empresa reside na “parceria”, que garantiu a inclusão das famílias agricultoras à cadeia produtiva do dendê, contribuindo para a geração de emprego e renda nessas comunidades, pois o dendê tem mercado garantido. E outros serviços como saúde, educação, segurança, transporte, saneamento devem ser a contrapartida do poder público.

Em entrevista, o então secretário de Administração do município de Moju, explicou que na avaliação do governo municipal a introdução do dendê, embora tenha contribuído para alavancar a economia do município, está deixando a desejar no aspecto social, sobretudo nas comunidades em que o projeto foi implantado. Alegou que a parceria da empresa limitou-se ao discurso de implantação do projeto nas comunidades.

O projeto de dendê, apesar de alavancar a economia em si, ele nos traz um desconforto social muito grande, devido à falta de infraestrutura nas comunidades onde são implantados [...]. O município de Moju não tem recurso para preparar essa infraestrutura no tempo que as indústrias se instalam e começam a dar esses problemas; começam a desencadear uma anormalidade total para todo lado nas comunidades [...] então aí vem a falta de segurança, problemas de assistência à educação, saúde, transporte, estradas vicinais [...] esses projetos não podem só dizer

³⁸ Informação fornecida pela representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Moju, em entrevista na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em maio de 2015.

que é responsabilidade do Estado, porque eles criaram uma situação adversa, e nossos nativos não estão acostumados com isso. (informação verbal)³⁹.

O mesmo cenário de abandono foi verificado na área da educação. Constatou-se que há somente uma instituição de ensino em cada comunidade pesquisada. Essas unidades ofertam apenas as séries iniciais do ensino fundamental. Todas apresentam estruturas inadequadas, carência de salas de aula, ausência de quadras para educação física e prática de esportes, de bibliotecas, de recursos didáticos, corte ou interrupção da oferta de merenda escolar e precariedade do sistema de transporte.

Verificou-se, ainda, que as comunidades não dispõem de creches para atender os filhos de agricultores. Os entrevistados relataram que são obrigados a deixar as crianças maiores cuidando das menores enquanto trabalham no dendezal.

Na comunidade de Apei, o único ônibus destinado ao transporte escolar encontra-se abandonado na margem do ramal. Os entrevistados informaram que o ônibus já estava ali há duas semanas, o que impedia as crianças de frequentar a escola nesse período.

Os alunos que pretendem concluir o ensino fundamental ou cursar o ensino médio têm que se deslocar diariamente para a Vila de Palmares, no caso dos que residem na comunidade de Água Preta; ou para a Vila da Soledade, no caso dos oriundos de Arauaí e Apei.

É importante registrar que existe uma unidade escolar de educação básica nas dependências da Agropalma. Porém, atende exclusivamente os filhos de funcionários da empresa e, portanto, não contempla os filhos de agricultores e/ou alunos da comunidade.

O cenário de precariedade no sistema de educação nessas comunidades tem contribuído para o elevado índice de evasão escolar entre os jovens. Os agricultores relataram que seus filhos perdem o interesse pelos estudos desde a infância, pois preferem trabalhar com carteira assinada nas empresas do dendê ou tentar a sorte na cidade.

Além dos aspectos mencionados, os agricultores ressaltaram, ainda, problemas como a ausência de saneamento básico, deficiência nas redes de comunicação e precariedade nas vias e nos meios de transporte que dão acesso às comunidades.

Espia a nossa estrada como está; é horrível, pra gente sair daqui é muito difícil, a gente vive aqui abandonado, a gente não tem um posto de saúde, não tem um posto policial. Nós compramos um telefone, mas não pega, não tem uma antena próxima, a gente compra não é pra luxo, é que de repente adoce alguém, a gente não tem pra quem pedir ajuda [...] mana não é fácil nossa vida não aqui. (informação verbal)⁴⁰.

³⁹ Informação fornecida pelo então secretário de Administração do Município de Moju, em entrevista na prefeitura de Moju, em junho de 2015.

⁴⁰ Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Arauaí, em maio de 2015.

De fato, durante o trabalho de campo foi possível constatar que as vias de acesso às comunidades estão em péssimas condições, esburacadas e com trechos quase que intrafegáveis. Quando chove, a situação piora, formando um verdadeiro lamaçal (Fotografia 10 a-b). O sistema de comunicação telefônica também é precário, e as comunidades ficam praticamente isoladas.

Fotografia 10 a-b- Estradas de acesso às Comunidades de Arauaí e Apei.



Fonte: Pesquisa de campo. Fotos: Vanilda Araújo.

Os agricultores se queixaram, ainda, da ausência dos serviços de coleta de lixo, controle de mosquitos, cobras e ratos nas respectivas comunidades. Segundo informações, esses estão proliferando na área, trazendo riscos e vetores de doenças. Acredita-se que esse desequilíbrio ecológico pode estar relacionado ao uso intensivo de agrotóxicos nas plantações de dendê.

Diante das evidências de que o projeto dendê gerou uma gama de efeitos socioeconômicos e ambientais negativos para as comunidades, o então secretário de administração do município de Moju reconheceu que o “desenvolvimento” gerado pelo projeto do dendê na região excluiu exatamente as pessoas a quem foi vendido o discurso de desenvolvimento local com base na integração à atividade do dendê – os agricultores familiares.

Eles formam agrovilas, mas nas agrovilas só fica o administrativo da empresa [...] o problema maior está nas pessoas que estão ligadas ao projeto produtivo, onde está a plantação, que é agricultura familiar, principalmente. No Arauaí, no Apei [...] essas pessoas é que estão vivendo à margem desse desenvolvimento, estão enfrentando grandes problemas sociais, o que acaba recaindo sobre a prefeitura. (informação verbal)⁴¹.

⁴¹ Informação fornecida pelo então secretário municipal de administração do município de Moju, em entrevista na prefeitura municipal de Moju, em junho de 2015.

O então secretário destacou, ainda, a necessidade urgente de se repensar os projetos de dendê na região, por meio da promoção de debates e de ação conjunta entre empresas, poder público, sociedade civil e as universidades locais.

Eu concordo que a universidade não só tome conhecimento do que está ocorrendo nessas comunidades, mas que ela nos ajude, promova uma espécie de um congresso, algo assim para se discutir isso na base, nos polos onde estão implantados esses projetos[...]. Que se fizesse um debate com a sociedade como um todo, onde deveriam participar as nossas secretarias, empresas, produtores e a universidade. (informação verbal)⁴².

Em suma, nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei evidenciam-se os graves impactos gerados pela inserção da cultura do dendê, que afetam tanto as paisagens quanto a vida das populações locais no Baixo Tocantins. Este processo ocorre em total desacordo com o desenvolvimento inclusivo e sustentável previsto no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (BRASIL, 2004), bem como nas diretrizes do Protocolo Socioambiental de Óleo de Palma no Estado do Pará (PROTOCOLO..., 2014).

A monocultura está orientada fortemente pela lógica neoclássica de crescimento econômico, sem o devido cuidado com os aspectos socioeconômicos e ambientais que consubstanciam os imperativos éticos. O seu funcionamento é garantido por um sistema econômico de fluxo circular ou mercado de concorrência perfeita, autor regenerador e autoalimentado, não gerando externalidades ou custos ao bem-estar da sociedade (DALY; FARLEY, 2004). Os resultados mostram que esta perspectiva está equivocada para o desenvolvimento local da área pesquisada.

Esses efeitos indicam que a monocultura do dendê tem orientado um padrão de uso da terra com o objetivo de obter a maximização da produtividade, sem levar em consideração as dimensões dos impactos gerados, que se transformaram em externalidades negativas.

A promessa de se desenvolver no Brasil uma cultura inclusiva e sustentável capaz de contribuir significativamente para o fomento do desenvolvimento local (BRASIL, 2010), não passa de um mecanismo discursivo de viabilização dos interesses do capital globalizado na Amazônia paraense.

A persistência do quadro de influências socioambientais negativas na realidade local evidencia a ausência de fiscalização e acompanhamento do projeto dendê por parte dos órgãos governamentais competentes, em todas as esferas administrativas. O que fortalece o

⁴²Informação fornecida pelo então secretário municipal de administração do município de Moju, em entrevista na prefeitura municipal de Moju, em junho de 2015.

entendimento de que o discurso de sustentabilidade da monocultura do dendê é eficiente e provocou uma espécie de apatia nas ações institucionais neste aspecto.

Aliás, esse é o dado novo, quando se analisa o histórico padrão devastador das atividades de fomento desenvolvimentista na Amazônia, que geraram igualmente expropriação das populações locais, desmatamentos, contaminação dos cursos d'água, conflitos e outros. Desse modo, a monocultura do dendê tem atravessado o debate público praticamente sem questionamentos, pois parece estar blindada com título de “atividade inclusiva e sustentável”.

No Baixo Tocantins, a produção do dendê com base na integração da agricultura familiar não ocorre de forma sustentável, tampouco inclusiva. Portanto, não possibilita a interiorização e a fixação do homem no campo, como também não incentiva outras culturais que garantam a segurança alimentar e a diversificação da renda dos agricultores familiares, e muito menos desenvolve-se com baixo impacto ao meio ambiente.

No campo social, essa integração não conseguiu promover um processo de expansão das liberdades substantivas de que as pessoas desfrutam, como o acesso à educação básica, boa saúde, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas, dentre outras, imprescindíveis em um processo de desenvolvimento com base na liberdade, conforme exposto por Sen (2010).

O Art. 6º da Constituição Federal enfoca a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social como direitos sociais fundamentais, considerando que a inclusão social é a oportunidade de acesso aos benefícios e direitos a todos, sem que isso caracterize favorecimento de qualquer espécie (DROUVOT et al., 2012). Então, pode-se afirmar que a integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do dendê não promoveu inclusão social.

A “parceria” com a agroindústria, apresentada aos pequenos agricultores como política de incentivo à melhoria na qualidade de vida das famílias não garantiu, se quer, o mínimo existencial em sentido convencional, conforme exposto por Rawls (2001), qual seja, o da garantia das condições materiais básicas (mínimo social) para que o ser humano tenha condições de vida minimamente digna, por meio do acesso aos direitos fundamentais sociais, conforme se verificou.

A negação às condições materiais mínimas para suprir as necessidades básicas do cidadão, inviabiliza o desenvolvimento da pessoa como cidadã (RAWLS, 2001). Isto porque o atendimento às necessidades básicas do cidadão é o pressuposto, o ponto de partida, para seu desenvolvimento como cidadãos livres e iguais, membros plenamente cooperativos da sociedade. Atendidas as necessidades básicas como ser humano, as pessoas têm maiores

chances de acessar os “bens primários”, que são as condições necessárias e exigidas por pessoas vistas à luz da concepção política de pessoa (RAWLS,2001).

Nestas condições, torna-se, mais distante a possibilidade dos agricultores familiares acessarem as “condições institucionais essenciais” para o desenvolvimento de suas qualidades morais, como cidadãos livres, iguais e cooperativos da sociedade democrática. Como cidadãos as pessoas precisam de direitos e liberdades fundamentais, liberdade de pensamento, da consciência, de associação, de expressão, de participação política e de propriedade (RAWLS, 2005).

Os dados revelaram a natureza utilitarista que permeia as políticas de incentivo à expansão da cadeia produtiva do dendê com base na integração da agricultura familiar à atividade, na Amazônia paraense. A teoria utilitarista defende a tese do maior bem para o maior número de pessoas (o dendê teria essa finalidade), ignorando que num campo de forças sociais desigual, via de regra, os menos favorecidos, poderão não ser beneficiados. Os menos favorecidos são os que mais precisam de atenção do Estado, pois não têm a sua dignidade valorizada, protegida e promovida (RAWLS, 2005).

O cenário de abandono e descaso com as demandas das comunidades pesquisadas evidencia que a “parceria” da Agropalma com os agricultores familiares vem se tornando um mecanismo meramente discursivo, utilizado pela empresa para legitimar um processo de expropriação assistido na acumulação primitiva, conforme mencionado por Sousa (2015).

O termo “parceria” funciona como um eficiente instrumento estratégico de um projeto de fidelização por meio de estruturas e racionalidades próprias do campesinato, que tem sua lógica de ação muito ligada a práticas de reciprocidade positiva, que a empresa tenta utilizar a seu favor. É preciso convencer o agricultor de que aquela relação é entre parceiros e não meramente comercial (SOUSA, 2015).

David Harvey (1993) alerta que, nas condições de produção capitalista, a socialização do trabalho envolve o controle amplo das suas capacidades físicas e mentais. Envolve elementos organizados não somente no local, como também fora dele, estimulando a familiarização do trabalhador com os objetivos da empresa, e convencendo-o a participar e a cooperar com o processo produtivo.

Fica evidente que o agricultor vem sendo submetido a um intenso processo de alienação, na medida em que é desapropriado do controle sobre seu meio de produção e sobre os resultados de seu trabalho. Segundo Marx (2004), esse processo se dá como estranhamento na relação do trabalhador com a produção, onde ocorre a exteriorização do trabalhador dos

produtos do seu trabalho. Assim, quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir. Essa contradição é da própria natureza do sistema capitalista.

Nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, o caráter contraditório das relações capitalistas de produção está exatamente no fato de que a intensificação do trabalho nos dendezais, com o conseqüente aumento da produtividade da empresa, não está melhorando a qualidade de vida dos agricultores; ao contrário, o que ocorre é um processo de precarização das condições de vida desses atores sociais.

4.3 A Estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê e seus rebatimentos na dinâmica de desenvolvimento local

A análise sobre como se estabelecem as relações de poder na estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei demonstrou um ambiente de total subordinação do agricultor familiar aos ditames da Agropalma.

Esse processo está associado, entre outros fatores, ao baixo nível de conscientização dos agricultores sobre a importância da organização social como ferramenta para o empoderamento desses sujeitos sociais, bem como pela falta de credibilidade nas associações locais. Como consequência, observou-se a fragilidade da organização social desses trabalhadores nas comunidades pesquisadas.

A incapacidade de gerenciamento das Associações dos Produtores nas três comunidades estudadas é traduzida pela inércia diante dos desmandos da empresa e dos desafios de ordem técnica e organizacional apresentados pela integração. Fato que tem contribuído negativamente para a criação de estratégias de empoderamento dos produtores na estrutura de governança da cadeia.

De forma geral, constatou-se que o ambiente de subordinação a que o pequeno agricultor familiar foi submetido na estrutura de governança da cadeia, é resultado de todo um arranjo político de caráter utilitarista montado para dar suporte à expansão agronegócio na Amazônia paraense.

De acordo com a teoria utilitarista, os resultados no julgamento de políticas são considerados integralmente segundo sua utilidade em gerar prazer, felicidade ou satisfação a todos, considerados em conjunto. As utilidades são concretizadas a partir de adaptações e condicionamentos mentais. A soma das utilidades deve ser maximizada sem levar em consideração o grau de desigualdade na distribuição das utilidades. Nesse processo, os desejos e habilidades das pessoas para sentirem prazer, felicidade ou satisfação, são

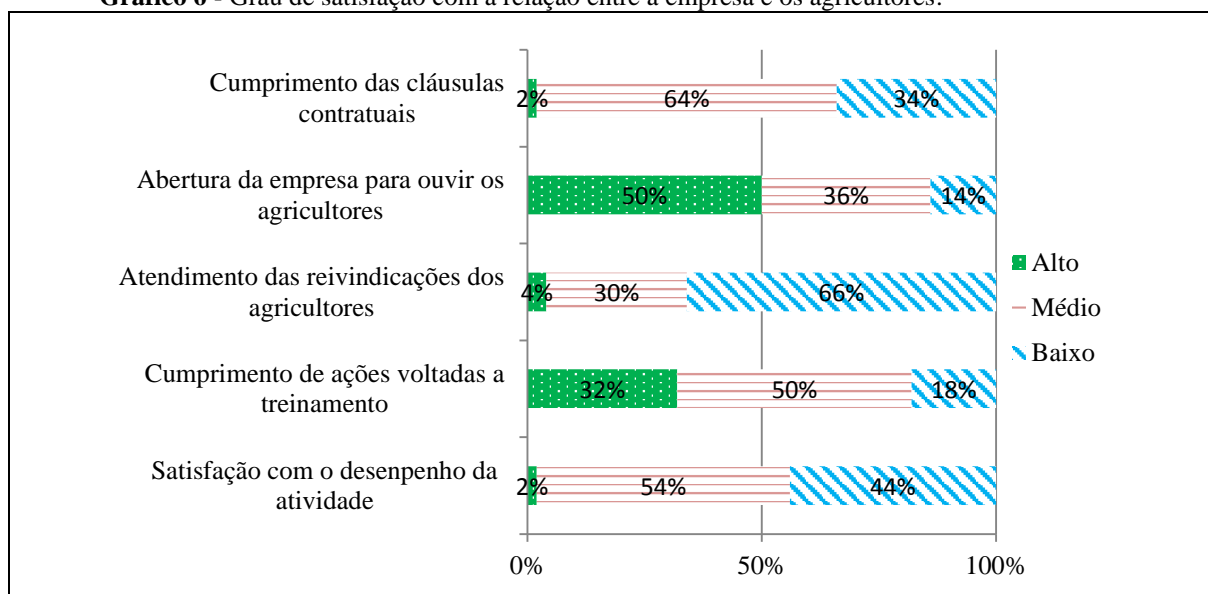
ajustados às circunstâncias, sobretudo para tornar a vida suportável em situações adversas (SEN, 2010).

Sob estas condições, o cálculo utilitarista torna-se demasiado injusto com aqueles que são persistentemente destituídos de direitos e liberdades substantivas, pois na escala de utilidades, a privação dos persistentemente destituídos tende a ser abafada e silenciada. Por outro lado, a vivência dessa privação, pode favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar (SEN, 2010).

A avaliação feita pelos agricultores sobre as relações Empresa/Agricultor (Gráfico 6), Associação/Atividade (Gráfico 7) e Agricultor/Associação (Gráfico 8) apresentou uma ideia de como a organização social dos agricultores apresenta-se profundamente fragilizada diante do abuso do poder econômico da Agropalma na região. Esse processo tem forte rebatimento na dinâmica de desenvolvimento local.

Com relação ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte da empresa, o nível de satisfação da maioria dos agricultores (64%) foi considerado médio. Expressivos 34% avaliaram esta variável com nível baixo de satisfação, e somente para 2% esse nível é considerado alto (Gráfico 6).

É importante ressaltar que, para todas as perguntas relacionadas à atual situação da agricultura familiar, grande parte dos agricultores tomou como ponto de referência o histórico ambiente de abandono no qual viveram nessas comunidades e a esperança de futuramente poder desfrutar dos benefícios de uma melhor qualidade de vida, advinda de todo esforço e investimento depositados no dendê. Embora reconheçam que, nos últimos anos, a situação só vem se agravando.

Gráfico 6 - Grau de satisfação com a relação entre a empresa e os agricultores.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

Entre os pontos negativos da avaliação, destacaram-se o descumprimento dos prazos estabelecidos no contrato para a realização do pagamento pela produção; o atraso na entrega do adubo, o que contribui para uma boa produtividade; e a total falta de transparência na pesagem dos frutos, pois, como visto anteriormente, não é permitido ao agricultor acompanhar a passagem de sua produção, embora conste do contrato a permissão para isso.

Os agricultores afirmaram que, mesmo estando previsto no contrato que o pagamento dos frutos entregues à empresa seja efetuado até o dia cinco do mês subsequente ao mês da entrega, a empresa só deposita os valores entre os dias nove e 12 de cada mês. Estas informações puderam ser confirmadas a partir da análise comparativa realizada entre o contrato a que se teve acesso (CONTRATO..., 2005) e os dados da remessa de pagamento feito pela Agropalma ao banco de um dos entrevistados.

De acordo com o contrato, o PARÁGRAFO TERCEIRO- CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES DE VENDA DOS FRUTOS:

Os frutos entregues mensalmente serão pagos pela COMPRADORA, mediante depósito em conta bancária do PRODUTOR/VENDEDOR no BANCO DA AMAZÔNIA, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da entrega [...].” (CONTRATO ..., 2005, p. 4).

Contudo, os dados da remessa do pagamento ao Banco da Amazônia pela Agropalma evidenciam a data de pagamento para o dia nove do mês de referência (ver Figura 1).

Na avaliação do atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, além do problema de descumprimento de cláusulas contratuais, outras questões precisam ser revistas em relação aos contratos. Destacou a inexistência de cláusula que assegure o agricultor caso ocorra qualquer dano às plantações.

É preocupante para nós saber que o agricultor, na maioria analfabeto, assinou um contrato com a empresa que lhe endivida por pelo menos vinte e cinco anos, e não tem nenhuma cláusula no contrato que lhe assegure, caso ocorra a perda da plantação [...]. Fizemos um levantamento nessas áreas e detectamos que está dando praga em algumas plantações. (informação verbal)⁴³.

No que tange à abertura da empresa para ouvir as reclamações, críticas, sugestões e solicitações dos agricultores, 50% apresentaram nível de satisfação alto, 36% nível médio de satisfação e 14% nível baixo. Os agricultores relataram que a empresa até tem “boa disposição” para ouvi-los, porém, dificilmente acata as sugestões ou atende as demandas apresentadas.

O descontentamento com essa situação ficou evidente na avaliação sobre o nível de satisfação do agricultor com relação ao atendimento das reivindicações feitas à empresa. Assim, para 66% dos entrevistados, esse nível de satisfação foi considerado baixo, 30% avaliaram como médio e apenas 4% avaliaram como alto.

O contraste na avaliação dessas duas variáveis permitiu constatar que a “boa vontade da empresa” em ouvir os agricultores faz parte de uma estratégia de dominação e subordinação. O fato de ouvir os agricultores fortalece a ideia de que existe diálogo entre as partes, que há uma parceira. Entretanto, isto não significa que as demandas serão atendidas.

Para a avaliação do cumprimento de ações voltadas ao treinamento dos agricultores, 50% dos entrevistados declararam nível de satisfação médio, 32% avaliaram como alto e 18% como baixo. Neste aspecto, observou-se que os agricultores apresentaram como base para a avaliação, o treinamento ofertado pela empresa nos anos iniciais da implantação do projeto.

Contudo, reconheceram que esses treinamentos se tornaram mais escassos nos últimos anos. Este foi mais um ponto muito criticado pelo atual presidente do sindicato, para quem a falta de compromisso da empresa com uma ação direta e contínua de capacitação dos agricultores ou dos filhos dos agricultores para melhorar o gerenciamento do projeto é inaceitável. Explicou que é necessário investir minimamente nos filhos, já que os pais são semianalfabetos.

⁴³Informação fornecida pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista na sede do sindicato no município de Moju, em dezembro de 2016.

Por fim, a variável destinada a apreender o grau de satisfação do agricultor familiar com o desempenho da atividade do dendê demonstrou que a grande maioria dos pequenos agricultores não está totalmente satisfeito com o desempenho da cultura. Na percepção de 54% dos entrevistados o grau de satisfação foi considerado médio. Consideráveis 44% avaliaram como baixo e somente para de 2% a satisfação é alta. Essa insatisfação ficou bem expressa nas palavras de um agricultor familiar de Água Preta:

Olhe moça, se eu soubesse, ou pelo menos sonhasse que ia acontecer tudo isso com a agente [referindo-se aos problemas enfrentados, oriundos do dendê], eu não teria plantado dendê de jeito nenhum. Se fosse para plantar hoje, eu não queria de jeito nenhum, podiam vim com um saco de dinheiro aqui [...] (informação verbal)⁴⁴.

Entretanto, foi possível constatar que o quadro de insatisfação apresentado pelos agricultores familiares diante dos graves problemas enfrentados não tem sido acompanhado de uma atuação firme e reativa nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, embora haja associações de produtores rurais em todas as comunidades pesquisadas.

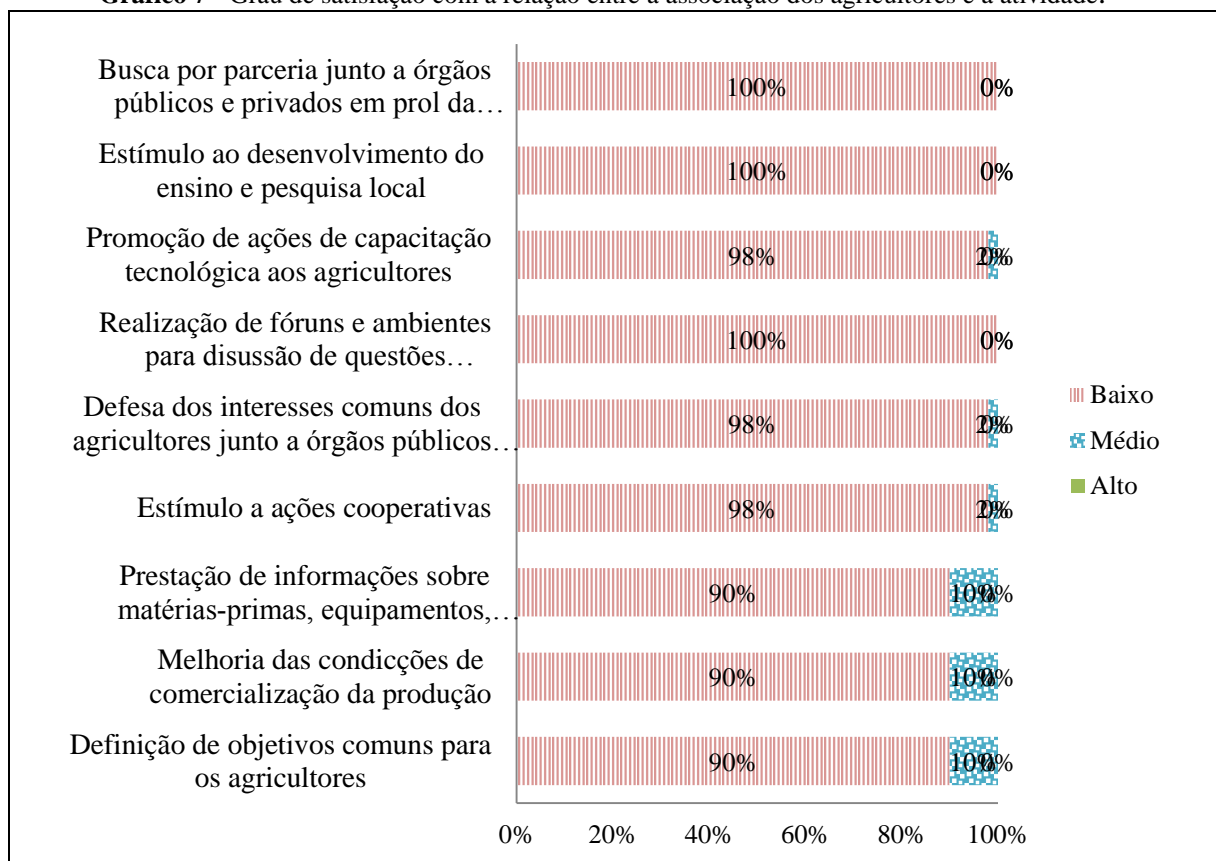
Houve muitos relatos de que a Agropalma exerce um forte poder sobre essas associações, interferindo, inclusive, na quantidade de reuniões a serem realizadas, bem como no estabelecimento das pautas a serem discutidas.

Se depender dessa associação agente morre de fome. Quando eles fazem reunião aí, eles mesmos da associação é que decidem quem vai falar [...] um dia veio o pessoal da Rede Globo, do Globo Rural, você pensa que agente soube, ninguém foi avisado, só a Benedita [referindo-se a presidente da associação local] foi avisada, que é pra fazer um bonito é inventar coisa que não existe aqui. Enquanto essa mulher existir à frente dessa associação agente não vai pra frente nunca. (informação verbal)⁴⁵.

Os agricultores avaliaram de forma extremamente negativa (percentuais a partir de 90%) todas as variáveis destinadas a obter o grau de contribuição das associações locais ao desempenho da atividade do dendê, das atividades da agricultura familiar e dos interesses dos associados (Gráfico7).

⁴⁴ Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Agua Preta, em maio de 2015.

⁴⁵ Informação fornecida por uma agricultora familiar, em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

Gráfico 7 - Grau de satisfação com a relação entre a associação dos agricultores e a atividade.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

Os agricultores afirmaram ainda, que não confiam nas ações das associações, por perceberem que elas estão fortemente atreladas aos interesses da empresa. Um agricultor de Água Preta, chegou a relatar que está gastando o que não têm com advogado particular de Abaetetuba para processar a Agropalma por quebra de contrato, pois já relatou o caso à associação local e nada foi feito.

Para um dos entrevistados, essa fragilidade na organização social dos agricultores é benéfica para a empresa, pois assim é mais fácil manter o controle sobre os agricultores, negociar questões estratégicas com cada produtor individualmente. “[...] Percebemos que não foi trabalhada a organização social dos agricultores no processo de integração [...] para a empresa é melhor assim, quanto mais solto melhor.” (informação verbal)⁴⁶.

Reforça a ideia de que não há interesse por parte da empresa em estimular a organização social, pelo fato de as primeiras comunidades integradas à cadeia do dendê, como Apei e Arauaí (integrados há 12 e 10 anos, respectivamente) não terem evoluído a forma de

⁴⁶Informação fornecida pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju em entrevista, na sede do sindicato no município de Moju, em dezembro de 2016.

organização social, de natureza associativa para a natureza cooperativa, como seria de se esperar num processo evolutivo de desenvolvimento da organização social.

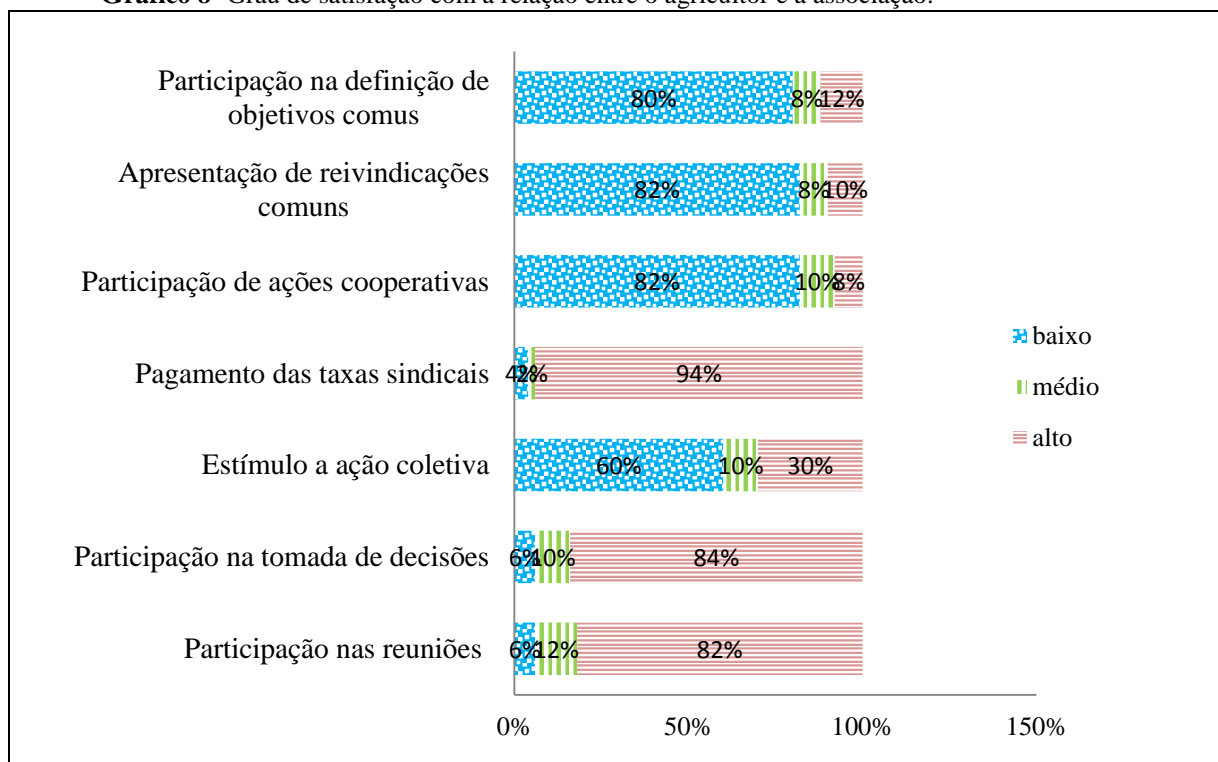
Os agricultores asseguraram que já foi apresentada em assembleia a proposta de criação de uma cooperativa, tanto para a associação quanto para a empresa. Porém a proposta não foi bem recebida pela empresa, e ficou de ser discutida “futuramente”. E a associação acatou.

De acordo com o atual presidente do sindicato, a falta de um trabalho de conscientização sobre a importância da organização dos agricultores é o grande desafio nessas comunidades. Explicou que o sindicato vem enfrentando muitas dificuldades para orientar os agricultores, pois observaram que muitos foram levados a acreditar que os problemas enfrentados é parte do processo, e com o tempo as coisas vão melhorar. Assim, acabam não procurando o sindicato para discutir esses problemas.

Tais declarações evidenciaram o caráter utilitarista da política de incentivo à integração dos pequenos agricultores familiares à cadeia produtiva do dendê na região. Esses agricultores foram levados, pelo discurso, a um processo de adaptação e condicionamento mental. Acreditam que a felicidade e o bem-estar vinculados ao cultivo do dendê chegarão com o tempo. Para Amartya Sen (2010), a adaptação e condicionamento mental como uma das características da concepção utilitarista de justiça, pode ser demasiado injusto com aqueles que são persistentemente destituídos.

Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em consequência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível (SEN, 2010, p. 89).

A fragilidade na organização social dos pequenos produtores também se reflete nos percentuais de avaliação sobre o nível de contribuição dos agricultores junto às associações locais (Gráfico 8). O diálogo com os agricultores permitiu constatar que, além da falta de conscientização, a baixa credibilidade das associações é um fator agravante nesse processo.

Gráfico 8- Grau de satisfação com a relação entre o agricultor e a associação.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

Com relação aos aspectos participação na definição de objetivos comuns, apresentação de reivindicações comuns, participação em ações cooperativas e estímulo à ação coletiva, a maioria dos agricultores se avaliou como nível de contribuição baixo. Observou-se que o baixo grau de instrução da maioria é um fator que inibe a participação e a formulação de propostas nas reuniões. Em geral, transferem essas ações para os agricultores considerados mais instruídos.

O baixo grau de instrução de grande parte dos agricultores familiares evidencia a negação de oportunidade de qualificação, que segundo Rawls (2005), é um bem primário de extrema necessidade para favorecer a igualdade equitativa de oportunidades entre os cidadãos no interior de uma sociedade democrática. O acesso à educação é o que o autor denomina “mínimo social” necessário, reconhecidas as variações pessoais referentes às capacidades e habilidades morais, intelectuais, físicas, de gostos e preferências.

A negação ao direito fundamental de acesso à educação básica a que a maioria dos agricultores familiares foi historicamente submetida tem afetado diretamente as bases sociais do auto respeito ou da autoestima dessas pessoas, que via de regra, se envergonham de falar ou aparecer em público.

O sentimento de autoestima inclui o senso que a pessoa tem de seu próprio valor e a convicção de que é capaz de realizar seu próprio plano de vida o que implica na confiança em suas habilidades. Entretanto, o sentimento de autoestima depende das necessidades do cidadão (direitos, liberdades, oportunidades e recursos materiais) serem plenamente satisfeitas (RAWLS, 2001).

Este fato atua negativamente sobre a ideia de pertença igual a uma comunidade política, prejudicando profundamente o exercício efetivo da cidadania, pois como pode a pessoa ser membro plenamente cooperativo da sociedade sem ter satisfeitas as mínimas condições de educação? Se a liberdade de expressão é um direito fundamental, como pode alguém exercê-lo se não souber ler nem escrever? (RAWLS, 2001).

Para as ações de pagamento das taxas sindicais, participação nas reuniões e participação na tomada de decisão, a maioria dos agricultores se avaliou com grau de participação alto. Contudo, a análise sobre as formas de participação mostrou que esta, se limita a um processo meramente consultivo e não participativo e deliberativo, pois as propostas, fortemente influenciadas pela Agropalma, são previamente estabelecidas, cabendo aos agricultores apenas votar.

As incursões a campo permitiram constatar o grau de dominação que a empresa exerce sobre a vida dos agricultores. No Arauaí, o receio é tamanho, que foi difícil estabelecer uma relação de confiança com os agricultores para que concedessem as entrevistas. Essa situação também foi relatada pelo atual presidente do sindicato, por ocasião do levantamento socioeconômico realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju nas comunidades inseridas na cadeia produtiva do dendê.

O Arauaí é uma extensão de domínio da Agropalma [...] há uma certa intimidação por parte da empresa para os agricultores não falarem a realidade. O Arauaí é uma senzala disfarçada de paraíso. A mídia vende uma realidade que não existe aqui [...]. (Informação verbal)⁴⁷.

Aos poucos, após muitas conversas e explicações sobre a importância de participarem da pesquisa, a confiança foi sendo estabelecida. Ficou claro que há um ambiente de descontentamento entre os agricultores com relação à forma de subordinação a que estão submetidos na “parceria” com a empresa. O agricultor familiar tornou-se uma espécie de empregado da Agropalma, por meio de uma relação contratual.

⁴⁷Informação fornecida pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista na sede do sindicato no município de Moju, em dezembro de 2016.

Observou-se que o enquadramento da agricultura familiar à lógica de mercado impôs aos agricultores familiares uma relação de dependência e submissão à agroindústria. A Agropalma impôs a sua tecnologia e as normas de produção como condição para a inserção da agricultura familiar à cadeia produtiva do dendê, submetendo os pequenos agricultores à dependência das *commodities* e aos solavancos do mercado.

Por meio de uma relação contratual, a empresa garantiu a disponibilidade de terras, criando condições para que venha a recair sobre os pequenos agricultores toda a responsabilidade com os custos a ela inerentes, bem como os custos da produção, das questões ambientais e das questões trabalhistas, conforme mencionado em estudo anterior por Backhouse (2013).

A integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do dendê trouxe, ainda, como benefício à Agropalma, a obtenção de incentivos fiscais e do Selo Combustível Social, condicionados, no Brasil, à obrigatoriedade de parcerias com agricultores familiares (BRASIL, 2004).

Estes aspectos tornam evidente que o Projeto de Agricultura Familiar com Cultura de Palma (Dendê) não foi concebido a partir das necessidades e interesses dos produtores familiares locais e das comunidades tradicionais, e sim com base nas necessidades do avanço do agronegócio na Amazônia, ancorado na cadeia de suprimento da palma de óleo.

Observou-se que os agricultores entendem a necessidade de se rever muitos aspectos da relação com a empresa, especialmente no que tange a questão contratual, mas por falta de orientação, têm certo receio do que possa acontecer “[...] não é fácil pra nós, pequeno produtor, bater de frente com uma empresa dessas [referindo-se ao poder econômico da Agropalma], [...] assinamos um contrato, temos uma dívida, você entende?” (informação verbal)⁴⁸.

O descrédito na associação e a ausência de ações do poder público para acompanhar o desempenho da parceria têm criado um sentimento de abandono entre os pequenos produtores. Na saída de uma das residências em Água Preta, um entrevistado resumiu em poucas palavras a situação de angústia vivenciada pela maioria dos agricultores “parceiros” da Agropalma: “Moça, nos ajude! veja o que você pode fazer lá pela gente.” (informação verbal)⁴⁹.

Este cenário evidencia que a tomada de decisão por parte dos agricultores familiares na estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê se dá por meio de mecanismos decisórios essencialmente consultivos e com filtragem representativa. As deliberações sobre aspectos como os fluxos de produtos, monetários, de informação e estratégias de

⁴⁸ Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Apei, em maio de 2015.

⁴⁹ Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em junho de 2015.

competitividade da cadeia, são controlados exclusivamente pela empresa. Na verdade, quem controla a estrutura governança da cadeia produtiva do dendê de forma unilateral é a Agropalma.

Numa perspectiva muito distante do que pressopõe a governança de atividades em parceria, na qual atores e instituições ganham uma capacidade de ação compartilhando seus recursos, habilidades e efeitos em uma coalizão de longo prazo, conforme apresentada por Stoker (1998).

Aos agricultores familiares, como atores envolvidos na produção, tem sido negado o direito à participação operacional nas decisões sobre a adoção de estratégias competitivas, e nas ações de estímulo das potencialidades da integração em melhorar a qualidade de vida nas comunidades locais.

O compromisso da Agropalma no Baixo Tocantins é, sobretudo, com o projeto do dendê, com a garantia da empresa em reduzir os custos de produção e não com as pessoas. A parceria estabelecida entre a empresa e os agricultores familiares é de caráter puramente econômico, associada a estratégia de criar vantagens competitivas sustentáveis (SANTANA, 2011).

Em tese, as empresas promovem a formação de alianças verticais ou parcerias entre os agentes participantes direta e indiretamente do agronegócio com o objetivo de diminuir os custos de transação e de gestão dos negócios. Visando criar vantagens competitivas e benefícios mútuos para toda a cadeia, gerar maior valor agregado e obter uma distribuição mais equitativa dos custos, benefícios e riscos (WILLIAMSON, 1985; SANTANA, 2011).

Porém, o abuso do poder econômico na estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê no Baixo Tocantins, não permitiu a distribuição equânime de seus efeitos entre os participantes. Os benefícios foram concentrados pela Agropalma e os custos e riscos couberam aos agricultores familiares e, indiretamente, à sociedade local.

4.4 Análise fatorial

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi utilizada fundamentalmente para incorporar o rigor científico necessário à definição dos graus de significância dos fatores socioeconômicos e ambientais gerados pela cadeia produtiva do dendê que influenciam a dinâmica de desenvolvimento local (SANTANA et al., 2014).

A matriz de correlação apresentou determinante diferente de zero, logo, admite inversa, e a solução resultante é única e teoricamente representativa do fenômeno. A

adequação da amostra ao modelo de análise fatorial aferida pela estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de Bartlett (Tabela 7). O KMO foi de 0,528, superior ao limite aceitável de 0,50. O teste de esfericidade de Bartlett foi significativo a 1%, indicando que a amostra é adequada à análise fatorial.

Os resultados gerados pela AFE permitiram fazer a compatibilização das dimensões sociais, econômicas e ambientais geradas pela cadeia produtiva do dendê, identificar as variáveis associadas a cada dimensão e, a partir dos resultados, construir um Índice de Desenvolvimento Local representativo da participação dos sujeitos sociais locais.

Tabela 7 - Matriz de cargas fatoriais do modelo de sustentabilidade da integração ao dendê após a rotação ortogonal pelo método Varimax, Pará, 2015.

Variáveis	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Comunalidade
Cláusula Contratual	0,730	-0,042	-0,169	-0,182	0,284	0,677
Atende à Reivindicação	0,800	0,109	0,223	0,132	-0,072	0,724
Qualidade Vida Fam.	0,628	-0,288	-0,080	0,309	-0,279	0,657
Benefício Social	-0,099	-0,840	0,123	-0,054	-0,140	0,753
Renda Fam. Dendê	0,071	0,536	0,379	-0,500	0,047	0,688
Tamanho da Família	-0,262	0,711	-0,062	0,113	-0,261	0,659
Satisfação com Dendê	-0,433	0,103	0,605	-0,216	-0,374	0,751
Temperatura	-0,058	0,137	0,650	0,589	0,188	0,826
Nível Água dos Rios	0,126	-0,210	0,764	0,069	0,038	0,650
Regularidade de Chuvas	0,141	0,089	0,081	0,853	0,039	0,764
Nível de Escolaridade	-0,008	-0,015	0,026	0,064	0,913	0,838
Soma de cargas ao quadrado	1,877	1,677	1,627	1,542	1,265	7,988
Percentual do traço (%)	17,068	15,242	14,789	14,016	11,503	72,618
Adequação da amostra: Teste KMO = 0,528; Teste de Bartlett (χ^2_{255gl}) = 100,247 (p-valor = 0,0000)						

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

As cargas fatoriais estimadas apresentaram significância a 1%. Todas as comunalidades situaram-se acima de 0,50, o que atesta a importância das variáveis na definição das dimensões latentes. Por fim, os fatores extraídos explicaram 72,62% da variância total dos dados. Dessa forma, considera-se que o modelo AFE foi bem especificado e os resultados representam o fenômeno estudado.

Conforme esperado, após a rotação ortogonal pelo método *varimax*, a solução fatorial apresentou cinco fatores. Dessa forma, o fator 1 explicou a maior parcela da variância total (17,06%) e contempla as variáveis X1, X2, X3. O fator 2, explicando 15,24% da variância, está representando a associação das variáveis X4, X5, X6. O fator 3, explicando 14,78%, apresenta integra as variáveis X7, X8, X9. Já o fator 4, explicando 14,01% da variância, está

associado à variável X10. Por fim, o fator 5, explicando 11,50%, foi definido pela variável X11.

4.4.1 Fatores de Impacto Socioeconômicos e Ambientais

Com base na percepção do agricultor sobre a importância dos fatores social, econômico e ambiental que influencia a dinâmica de desenvolvimento local no Baixo Tocantins, foi possível identificar os cinco fatores mais importantes. Os resultados revelaram que a introdução do projeto dendê no Baixo Tocantins, com base na integração da agricultura familiar à atividade, desencadeou forte impacto negativo sobre a organização do espaço socioeconômico e ambiental, afetando profundamente a qualidade de vida das famílias agricultoras.

O **primeiro fator** representa a interação das variáveis: cumprimento das cláusulas contratuais, atendimento às reivindicações dos agricultores e melhoria qualidade de vida das famílias, todos com sinais positivos altos.

O descumprimento das cláusulas contratuais e o não atendimento às demandas dos agricultores estão repercutindo negativamente na qualidade de vida das famílias integradas, marcada por uma relação de subordinação do agricultor em relação à empresa. Este cenário evidencia, portanto, que a estrutura de poder e as forças que determinam a governança da cadeia produtiva do dendê são controladas de forma unilateral pela Agropalma. Portanto, o fator pode ser denominado de **governança da cadeia**.

O **segundo fator** foi definido pelas variáveis: benefício social, com carga negativa; renda da família após o dendê e tamanho da família, com sinais positivos, demonstrando mais um entrave para o desenvolvimento local, contrariando a finalidade social da integração dos pequenos agricultores à produção de óleo de palma pela empresa: gerar renda para as comunidades de agricultores (DROUVOT, 2012).

O benefício social recebido pela maioria das famílias integradas atua como força contrária ao nível de renda advindo exclusivamente da dendeicultura. A relação entre as variáveis renda da família após o dendê e tamanho da família repercutem negativamente na qualidade de vida, dado que não é suficiente para prover as necessidades básicas das famílias, compostas, em média, por 4 a 6 pessoas. Isto ocorre devido à discrepância existente entre o baixo valor recebido e o tamanho relativamente grande das famílias. Este fator pode ser denominado **sustentabilidade social**.

No **terceiro fator** inclui o efeito das variáveis: satisfação com o dendê, temperatura e nível das águas dos rios, todos com sinais positivos altos. Este cenário indica que o atual quadro de insatisfação com a atividade do dendê entre os agricultores não está associado apenas ao desempenho econômico da atividade.

Há uma preocupação real das famílias com a manutenção de condições socioambientais adequadas para garantir melhor qualidade de vida na região. A elevação da temperatura na área e a redução do nível da água dos rios e igarapés da região nos últimos anos foram apontadas pela maioria dos agricultores como impactos diretamente relacionados à cultura do dendê na localidade.

É uma planta que pede muita água, a raiz é profunda. Quando ela já está grande, não fica tão quente o dendezal, mas quando a plantação ainda está nova, com dois ou mesmo três anos, não tem quem a gente ficar no dendezal depois das dez da manhã. (informação verbal)⁵⁰.

Este fator demonstra que, na Amazônia, o uso da terra pela monocultura do dendê está em consonância com os princípios da sustentabilidade fraca. Sob a ótica da economia neoclássica, a questão da sustentabilidade é considerada a partir dos modelos de crescimento sustentável, traduzidos pela manutenção ou crescimento de um potencial de bem-estar, garantido pelo não decréscimo, a longo prazo, da utilidade, do rendimento por habitante ou do consumo, não alia a preservação do capital natural a imperativos éticos. Está orientada pela lógica neoclássica do crescimento econômico, cujo funcionamento é garantido por um sistema econômico de fluxo circular ou mercado de concorrência perfeita, autorregenerador e autoalimentado, não gerando externalidades ou custo ao bem-estar da sociedade, sustentando, portanto, uma versão fraca da sustentabilidade. (FAUCHEUX; NOEL, 1995).

Por se tratar de um fator que reflete claramente os elevados danos socioambientais causados pela utilização do ativo terra pela cadeia produtiva do dendê nas comunidades agricultoras, pode ser denominado **sustentabilidade ambiental**.

O **quarto fator** constituiu-se da variável regularidade de chuvas, com carga positiva e elevada. Os agricultores identificaram, recentemente, uma sensível redução na regularidade das chuvas na área. Esta variável pode estar fortemente relacionada com os percentuais consideráveis de desmatamento na região, decorrentes da abertura de ramais para o escoamento da produção, a retirada ilegal de madeira das áreas de reserva no interior das

⁵⁰ Informação fornecida por um agricultor familiar, em entrevista, na Comunidade de Água Preta, em junho de 2015.

pequenas propriedades ou do entorno da empresa, e até mesmo da manutenção da técnica tradicional de corte e queima na lavoura branca para complementar a renda do agricultor.

Este argumento se fortalece quando é considerada a importância do serviço ecossistêmico do recuso floresta, especialmente o serviço de regulação ambiental, contribuindo para a manutenção da vida no planeta. Este serviço está relacionado às características regulatórias dos processos ecossistêmicos, como a manutenção da qualidade do ar e das águas, regulação da temperatura, precipitação e outros aspectos climáticos que incidem nas mudanças em níveis globais ou locais (COSTANZA, 2007).

Por se tratar de um fator que enseja uma preocupação com a preservação do capital natural e da sua capacidade de provisão de serviços através de uma gestão sustentável pelo sistema econômico, pode ser chamado de **mudança climática**.

O **quinto fator** representa o nível de escolaridade e pode ser denominado **qualificação técnica**. A deficiência na educação básica dos agricultores ou a falta dela dificulta a participação ativa no programa de integração, em função da ausência de conhecimento sobre temas como gestão, relações contratuais, bem como de capacitação técnica para assimilar as inovações tecnológicas exigidas pelo agronegócio.

Constituídos, em sua maioria, por analfabetos e analfabetos funcionais, os agricultores encontram dificuldades para encaminhar suas demandas e exigir a garantia de seus direitos.

Conforme se observa, a falta de informação sobre a eficiência da governança na base das estruturas da agricultora familiar atua como força contrária à capacidade dos agricultores em operar mecanismos estratégicos para fazer frente às determinações hierárquicas superiores. Ciente deste cenário, a empresa utiliza como estratégia o diálogo direto com cada agricultor.

Sozinho, a gente não tem força para lutar contra uma empresa dessa. Um dia fui lá, para pedir explicação sobre o peso do meu coco. Cheguei lá diante da responsável pela parceria com os agricultores. Ela me tratou tão bem, me mandou sentar, serviu suco, conversou comigo sobre outras coisas, e no final, eu até esqueci o que eu fui fazer lá. Na empresa, são todos muito bem instruído, e eu, que nem sei ler [...] é difícil. (informação verbal)⁵¹.

Esses fatores fulcrais de impactos causados indicam que a expansão da lavoura do dendê na área pesquisada, tida como uma das possibilidades de recuperar áreas desflorestadas e promover o desenvolvimento local, não está atendendo às dimensões social e ambiental.

⁵¹Informação fornecida por um agricultor familiar da Comunidade de Água Preta, em entrevista concedida em maio de 2015.

A monocultura do dendê não está conseguindo operar mecanismos viabilizadores de mudanças estruturais nas comunidades pesquisadas. A constatação da ocorrência de impactos e externalidades socioambientais negativos produzidos pelo dendê indica que a atividade, em franca expansão no nordeste paraense, está longe de promover o desenvolvimento regional em bases socioeconômicas e ambientais sustentáveis, conforme foi proposto aos agricultores familiares (BRASIL, 2010).

Dessa forma, não foi possível identificar nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei, integradas ao projeto do dendê, um cenário propício à autonomia local, condição essencial para um processo de desenvolvimento local, conforme as proposições de Harvey (1996), Vasconcelos et al. (2007), Barquero (2001) e Santana (2012).

Tampouco foram identificadas nessas comunidades ações de estímulo para o alcance de liberdades substantivas, traduzidas empiricamente por oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Direitos sociais, considerados essenciais em um processo de desenvolvimento baseado na liberdade (SEN, 2010).

O que se verificou na região do “agronegócio” do dendê foi a formação de um espaço exposto às variáveis da economia globalizada, submetendo os indivíduos e os lugares aos nexos das dinâmicas externas e, de certa maneira, retirando-lhes o comando de suas decisões. Num processo semelhante ao que vem se processando no sul do estado de Rondônia, com a inserção do “agronegócio” da soja, conforme analisado por Siva (2015).

Portanto, não se pode falar em desenvolvimento local com base na integração da agricultura familiar ao projeto dendê, se não foi possível evidenciar ações viabilizando as potencialidades locais, com vistas a alcançar os objetivos de melhoria na distribuição da renda e de conservação dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural no processo de integração das comunidades locais, tampouco ao grau de organização das comunidades em prol de um projeto de emancipação que articule o local com o global.

Desse modo, diante da questão posta, de escolha das atividades mais compatíveis com a realidade regional, constatou-se que o projeto dendê com base na integração da agricultura familiar não está apresentando resultados sustentáveis, diante da incapacidade de superar o histórico “padrão de desenvolvimento” cujos reflexos marcam a realidade regional com alta concentração fundiária, expropriação das populações tradicionais e graves problemas socioeconômicos e ambientais.

4.4.2 Índice de Sustentabilidade do Desenvolvimento Local com base no Dendê

Com o intuito de avançar na interpretação dos fatores identificados, procedeu-se a análise da Tabela 8.

Tabela 8 - Índice de Sustentabilidade do Desenvolvimento Local, Pará, 2015.

ISDL = Índice de Sustentabilidade do Desenvolvimento Local			
Estrato	Nº Agricultor	(%)	Qualificação
IS > 0,7	2	4%	Alto
0,5 <IS ≤ 0,7	21	42%	Médio
0,3 <IS ≤ 0,5	26	52%	Baixo
IS ≤ 0,3	1	2%	Muito Baixo
Total	50	100%	-

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora.

Os resultados demonstraram que, na percepção de 4% dos entrevistados, o índice de sustentabilidade do desenvolvimento local a partir do dendê foi considerado alto. Este resultado é constituído de uma pequena parcela dos agricultores diferenciados pelo maior poder aquisitivo e renda diversificada, obtida de outras atividades incluindo a pecuária e, pela maior visão de mercado, conseguiram apresentar bons níveis de produtividade. Além disso, estão realizando a compra de terras contíguas às suas de agricultores em condições financeiras mais precárias.

Na percepção de 42% dos entrevistados, o índice foi considerado médio. Esses agricultores configuraram o ambiente operacional em que viviam antes do projeto dendê como de total abandono. Portanto este enquadramento pode ser considerado um progresso. Com relação às políticas de crédito, assistência técnica, treinamento, garantia de compra, enfim, o apoio destes órgãos nunca antes visto no campo, foram aspectos revelados como positivos.

Comparando a forma como a gente vivia aqui antes do dendê [referindo-se ao ambiente de abandono], nesses pontos melhorou bastante. A gente teve crédito no banco e isso nunca aconteceu aqui pra nós. Mas como lhe disse, tem muitos problemas também. (informação verbal)⁵².

Sobre este assunto, a então representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, fez a seguinte avaliação:

[...] Olha esses PRONAFS são iniciativas muito boas, agora liberaram o PRONAF VERDE, além do PRONAF MULHER e o PRONAF JOVEM, mas aí eu pergunto:

⁵²Informação fornecida por um agricultor familiar, na Comunidade de Água Preta, em entrevista concedida em maio de 2015.

cadê o acesso? Infelizmente o Brasil é um país burocrático por demais. Agente manda a demanda e, agora, cadê a aprovação[...], aí chega um projeto desse como o dendê, que tem aprovação imediata, o pequeno agricultor vai de cabeça, sem considerar as consequências [...]. Se fosse investir na agricultura familiar da forma como deve ser, incluindo assistência técnica, acesso a crédito e tudo [...], nosso agricultor ia ter outro entendimento da coisa. (informação verbal)⁵³.

A avaliação foi extremamente negativa em função dos problemas relacionados à falta de transparência na pesagem e no valor da produção entregue para a agroindústria, no valor cobrado pelos materiais de trabalho adquiridos junto à empresa e que são integralmente descontados dos valores devidos aos agricultores. Quanto aos pagamentos dos frutos entregues, os insumos como foices, sachos, machados, luvas e defensivos agrícolas, conforme consta no contrato, são todos descontados do valor da produção paga ao produtor. Destacaram, ainda, a penosidade nas frentes de trabalho e o aumento no custo da produção, com a consequente diminuição da renda. Além disso, tem-se uma relação de total subordinação e dependência dos agricultores aos ditames da empresa.

Outro ponto criticado pelos agricultores diz respeito a problemas socioambientais, que foram agravados nos últimos anos, e que afetam diretamente a vida das comunidades. Estes problemas são totalmente negligenciados pela empresa, que os considera de competência exclusiva do poder público. Dentre estes, destacam-se a precariedade das vias de transporte locais, os serviços de saúde, educação, segurança, saneamento básico e o aumento da violência. E, ainda, outros problemas que, embora sejam gerados diretamente pelo desenvolvimento da monocultura do dendê, são igualmente desconsiderados pela empresa, como a utilização de agrotóxicos nos dendezaís, que contaminam os solos, as águas dos rios e igarapés que recortam a região, afetando a saúde das populações locais (MPPA, 2014).

Estas informações constam do relatório elaborado em 2014 pelo Instituto Observatório Social, quando da realização do levantamento sobre o comportamento sociotrabalhista na produção de óleo de palma do dendê no estado do Pará.

No relatório foram apontados, além do desmatamento em função da expansão do cultivo do dendê na região, a contaminação por agrotóxicos dos igarapés que alimentam os rios da região. Outros fatores relevantes dizem respeito às condições de trabalho nos dendezaís. De acordo com o relatório, o cultivo da palma foi oficialmente incluído na relação de atividades flagradas como trabalho escravo; e a penosidade das jornadas tem estimulado o consumo de drogas pesadas nas frentes de trabalho (IOS, 2014).

⁵³Informação fornecida pela então representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, em entrevista na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, no município de Moju, concedida em maio de 2015.

Por fim, na percepção da maioria dos entrevistados (52%) o índice de sustentabilidade do desenvolvimento local foi classificado como baixo. Os entrevistados destacaram para esta avaliação os mesmos aspectos mencionados pelos 42% que classificaram o nível de sustentabilidade como médio, acrescentando que há um processo contínuo de agravamento e piora em diversos aspectos. Explicaram que nas condições em que se encontram, estão totalmente expostos aos possíveis riscos relacionados com caso de perda da produção, pelo aparecimento de pragas ou doenças, pois não há quaisquer cláusulas contratuais que os assegurem nesse sentido.

Outras queixas referem-se à incapacidade de gerenciamento do projeto diante do baixo grau de instrução da maioria dos agricultores e da ausência de uma ação direta de capacitação de seus filhos, bem como a elevação dos custos inerentes ao cuidado com a área de terra da propriedade e utilização da mão de obra da família, visando cumprir as legislações ambiental e trabalhista. Além disso, depara-se com a oscilação do preço da *commodity* no mercado internacional. Somado a este cenário, indicaram a negligência no cumprimento das cláusulas contratuais existentes ou mesmo a quebra contratual por parte da empresa, dado seu poder de tomada de decisão unilateral.

Para este grupo, os direitos do agricultor resumiram-se à obrigação de cumprir na íntegra o que está previsto no contrato, bem como as determinações adicionais que venham a ser impostas. Esses aspectos têm respondido pela elevação do nível de insatisfação dos agricultores familiares com a integração. Observa-se que o ambiente de conflito foi estabelecido, o que pode levar à ineficiência do processo de integração.

Os agricultores argumentaram que esse processo é agravado pela ausência de fiscalização e acompanhamento do programa por parte dos órgãos governamentais competentes, e ainda pela inércia das associações locais diante dos desmandos da empresa. Comungam desta opinião os 2% restantes que avaliaram o índice como muito baixo e que se consideram como excluídos do processo de desenvolvimento local atrelado ao projeto dendê.

[...] aqui a gente se sente abandonado. A relação com a empresa só piora. Quando a gente vai lá, eles até recebem a gente, mas é o mesmo que nada [...] a gente só é informado que tem mudança e que tem que cumprir porque a gente tem contrato com a empresa. Essa associação não nos serve de nada, só vem repassar pra nós o que a empresa manda. (informação verbal)⁵⁴.

⁵⁴Informação fornecida por um agricultor familiar, na comunidade de Apei, em entrevista concedida em maio de 2015.

De modo geral, o índice de sustentabilidade do desenvolvimento local, que reflete a percepção dos agricultores sobre a situação após o projeto dendê foi considerado como insuficiente para alavancar o desenvolvimento local e sustentável.

A forma como a agricultura familiar foi integrada à monocultura do dendê na região gerou um choque de racionalidades completamente distintas, no que tange ao uso da terra, das relações de trabalho, das relações culturais com o território: a racionalidade do grande capital e a da reprodução camponesa, conforme menciona Sousa (2015). Os resultados do trabalho confirmam isto, uma vez que os que mais necessitam de apoio para alcançar o diferencial exigido pela integração como assistência técnica, formação de capital social e capital humano, acesso a informação e decisões compartilhadas não está ocorrendo. Além disso, a quebra de contrato de forte alcance está nas instituições públicas envolvidas que não estão honrando seus compromissos.

A avaliação negativa feita pelos agricultores demonstra que, embora tenham pouca instrução, o pequeno produtor familiar tem o próprio entendimento sobre desenvolvimento, que não está circunscrito apenas aos mecanismos de mercado para promover crescimento econômico, mas envolve também o acesso a direitos básicos de cidadania e a liberdade para participar do mercado de forma mais equitativa.

O conjunto de aspectos socioeconômicos e ambientais avaliados pelos agricultores como negativos para a sustentabilidade do desenvolvimento local constitui o que Sen (2010) classifica como privações das liberdades substantivas dos indivíduos. A persistência de tais privações dificulta a formação do agente livre e sustentável, que é motor fundamental do desenvolvimento.

[...] Com oportunidades adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 26).

Ficou evidente a incapacidade da agroindústria do dendê para formar a estrutura da cadeia produtiva como alternativa econômica sustentável, dando novas oportunidades de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais. Isto se explica porque a sustentabilidade do desenvolvimento viabilizada pela monocultura do dendê está orientada pela lógica da economia neoclássica de maximização do lucro. Nesta lógica, a utilização dos recursos naturais e dos serviços ambientais está voltada para a reprodução ampliada do capital sem levar em conta a capacidade de suporte dos recursos e a equidade social na distribuição dos resultados.

Na prática, ao lado das iniciativas políticas de incentivo à expansão do empreendimento do dendê na região, não foi observado um correspondente conjunto de ações de cooperação entre os agentes participantes da cadeia, no sentido de promover medidas efetivas e condizentes com a preocupação de assegurar o acompanhamento e avaliação dos impactos gerados pela atividade da dendeicultura sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, dentro e no entorno das áreas nas quais se desenvolvem.

Percebeu-se que as comunidades pesquisadas sofreram um choque com a decorrente “modernização do espaço agrícola”, envolvendo a inserção das commodities naqueles espaços e condições desconhecidas que atuam como coerção por meio das obrigações contratuais. O padrão econômico e de subsistência dos agricultores familiares está passando por uma reordenação socioeconômica, agora regida essencialmente pela lógica da economia de mercado, com amplos reflexos na base produtiva, nas relações de trabalho, no modo e na qualidade de vida das populações locais.

Trata-se da substituição da solidariedade orgânica pela solidariedade organizacional do capital, que ocorre nos espaços ainda sem grandes transformações, mas que invariavelmente experimentam os impactos do mercado global, como apontaram Santos e Silveira (2005).

Portanto, não foi possível associar o desenvolvimento sustentável com a componente inclusão social, se as comunidades estão sendo diretamente impactadas no seu modo de vida e silenciosamente levadas a um processo de dependência excessiva da atividade de cultivo do dendê.

O que se constatou no Baixo Tocantins foi configuração deste cenário, com agravamento de privações de oportunidades sociais, políticas e econômicas das populações locais, que permanecem excluídas dos benefícios de uma vida mais digna.

4.4.3 Influências Socioeconômicas e Ambientais do Projeto Dendê

A identificação dos cinco fatores com impactos negativos apresentados na (Tabela 7) contribuiu para a formulação de um cenário inédito sobre os rebatimentos socioeconômicos e ambientais do projeto dendê no processo de desenvolvimento local. Constituiu-se de pontos estratégicos para o planejamento de ações políticas, especialmente as de caráter coletivo, para o enfrentamento das ameaças em curso no Baixo Tocantins.

A visão macro, configurada pelas dimensões **sustentabilidade ambiental e mudança climática**, revela um ambiente de ameaça extremamente desfavorável para as comunidades locais e envolve desafios que influenciam as escalas local, regional, nacional e global.

É preciso encarar com maior seriedade a busca por formas possíveis de coexistência de sistemas de utilização dos recursos naturais, com vistas a aliar a preservação do capital natural com os imperativos éticos.

Isto pressupõe práticas mais eficientes de mitigação de impactos ambientais e de conflitos existentes nas relações entre o elo de produção e de industrialização da cadeia produtiva do dendê, das externalidades socioeconômicas e ambientais geradas e que repercutem negativamente na dinâmica do desenvolvimento local do Baixo Tocantins.

Dessa forma, torna-se imprescindível o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para atender aos desafios da sustentabilidade da agricultura familiar, considerando a realidade de carência em que as famílias estão inseridas e a formulação de políticas voltadas à qualificação, apoio técnico e financeiro com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar diversificada. Até o momento não se buscou garantir as condições necessárias para induzir a diversificação da agricultura, e assim reduzir a dependência excessiva das famílias da produção do óleo de palma.

Essa constatação evidencia que o foco da atividade do dendê está no caráter utilitarista do produto (dendê), como provedor de bem-estar a todos, e não na geração de liberdades substantivas. Ao utilitarismo não interessa a efetiva distribuição das utilidades, pois estas só podem ser consideradas em conjunto. Daí o descaso com as reivindicações por direitos, liberdades e outras considerações sociais, que são totalmente devinculadas da utilidade. É sensato levar em consideração a felicidade advinda da utilidade, porém não necessariamente deseja-se pessoas felizes (SEN, 2010).

Hurtienne, (2005) observou que o desenvolvimento sustentável rural passa pelo desenvolvimento de sistemas de uso da terra, sistemas de produção sustentáveis adaptados às condições de produção da agricultura familiar, voltada à estabilização dos camponeses com base na complexificação dos sistemas de produção.

Neste aspecto, a atuação das universidades locais é fundamental para a formação de especialistas e o desenvolvimento de tecnologia para gerar resultados sustentáveis no local. No campo científico, há uma demanda elevada por pesquisas a serem desenvolvidas em várias áreas, inclusive sobre o ciclo da palma, na perspectiva de não apenas explorar as vantagens comparativas do lugar, mas sim de construí-las (BECKER; LÉNA, 2002).

No ambiente microanalítico, situam-se as dimensões **governança da cadeia, sustentabilidade social e qualificação técnica**. Este ambiente contempla forças sobre as quais os sujeitos participantes da cadeia exercem controle direto e, portanto, podem adotar ações imediatas para determinar os rumos da cadeia do dendê na região e, conseqüentemente, os seus rebatimentos no desenvolvimento local.

A pesquisa constatou que a estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê constitui a dimensão mais problemática a ser enfrentada, pois é nela que estão concentrados os principais pontos de conflitos entre os agricultores familiares e a empresa. Esta dimensão estabelece, com as duas outras dimensões, uma relação desigual, porém, combinada.

É desigual, à medida que a governança da cadeia é controlada de forma unilateral pela Agropalma, que impõe ao agricultor a lógica do comando e controle, reduzindo a sustentabilidade social ao cumprimento precário das cláusulas contratuais. E combinada, porque esta lógica é necessária para se garantir a acumulação de capitais pela agroindústria monocultora. O baixo nível de qualificação do produtor atua como força complementar nesse processo.

Foi possível observar que não há interesse da Agropalma em estimular a ampliação das organizações sociais no local. Na verdade este é um requisito de defesa da empresa integradora para não fortalecer seu poder de decisão de enfrentar as demandas dos fornecedores de matéria-prima. As existentes são identificadas pelos agricultores como fortemente atreladas aos interesses da empresa. Ficou evidente que a estratégia utilizada privilegia o diálogo direto com cada produtor, priorizando as relações contratuais e unilaterais com os agricultores.

[...] Um dia nós nos organizamos, fizemos uma greve para melhorar o preço do nosso coco, eles [referindo-se aos dirigentes da Agropalma] fizeram foi não receber nenhum de nós lá. Essa associação não serve pra nada, foi preciso o prefeito [referindo-se ao prefeito do município de Moju] ir lá conversar com eles, mas não adiantou muito não [...]. (informação verbal)⁵⁵.

Os agricultores relataram que se sentem abandonados pelos governos municipal, estadual e federal, pois não houve acompanhamento do processo de desenvolvimento do programa. Identificou-se uma espécie de esquisofrenia institucional, pois o propósito inicial vem sendo desconsiderado, visto que os processos no âmbito da cadeia funcionam dentro de uma lógica rídida de comando e controle.

⁵⁵Informação fornecida por uma agricultora familiar na comunidade de Apei, em entrevista concedida em maio de 2015.

No que tange à sustentabilidade social, verificou-se que as ações de compensação social da Agropalma não alcançam, a contento, o cumprimento dos termos estabelecidos nos contratos com os agricultores. Há uma transferência das demandas sociais para as esferas do Estado, como provedor do bem-estar social.

Diante do impasse sobre a quem compete, no âmbito da “parceria”, garantir o atendimento das demandas sociais, as famílias agricultores permanecem desassistidas ou assistidas de forma precária pelos serviços públicos básicos e alijados de exercer plenamente sua cidadania.

Assim, a promoção de políticas significativas em setores estratégicos para a melhoria da qualidade de vida da população local, como: serviços de educação, saúde, segurança, comunicação, energia elétrica, transporte e saneamento básico, tornam-se cada vez mais difíceis de serem acessadas pelas comunidades locais.

Superar estes níveis de privações, bem como de outras privações de ordem econômica e política, deve ser o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, conforme Sen (2010). Para o autor: “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (SEN, 2010, p. 10).

Então, a eliminação de privações de liberdades substantivas é uma condição essencial para o desenvolvimento. A superação dessas dificuldades reside na condição de agente dos indivíduos, considerando a liberdade individual um comprometimento social.

Dessa forma, é importante considerar que a cadeia produtiva do dendê tem alcance global e está vinculada a um conjunto de instituições e atores governamentais na esfera local, regional, nacional e supranacional, mas também para além do governo, conformando uma estrutura complexa para o sistema de governança, pois integra vários atores na sua composição.

Em Stoker (2002), este cenário evidencia um processo de cidadania que enfatiza direitos e responsabilidades como componentes de um consenso emergente na estrutura da governança, que, em tese, está ligada a uma preocupação com o capital social e as bases sociais necessárias para o desempenho político e econômico efetivo, fundamentado na ação coletiva. Isto porque não há um único agente, público ou privado, que tenha o conhecimento, capacidade nem recursos suficientes para resolver os problemas unilateralmente.

Contudo, o objetivo de promover mudanças de paradigma no desenvolvimento local por meio da cooperação entre Estado, iniciativa privada e pequenos agricultores, não tem se mostrado exitosa com relação à “parceria” estabelecida entre a Agropalma e os agricultores familiares no Baixo Tocantins.

4.4.4 Sugestões à Sustentabilidade da Agricultura Familiar

A partir dos resultados gerados neste estudo é possível apresentar algumas sugestões a título de contribuição em favor de um redirecionamento de políticas públicas mais coerentes com um desenvolvimento rural sustentável.

No âmbito da parceria já em curso entre agricultores e empresa integradora, é necessário garantir o envolvimento adequado dos agricultores na tomada de decisões, por meio de mecanismos decisórios participativos e não meramente consultivos e com filtragem representativa, como tem ocorrido no Baixo Tocantins. Como observou Backhouse (2013), o papel dos atores locais em firmar alianças, estratégias e ações é uma forma de resistência para evitar que agronegócio venha a se impor às práticas produtivas e modos de vida tradicionais, como já mencionado neste trabalho.

Acredita-se que uma mudança de atitude por parte dos agricultores, dentro de uma perspectiva organizacional, poderá levá-los ao alcance de seus anseios e aspirações no espaço de conflito em que estão inseridos. A tomada de consciência de que são atores nesse processo e estão na arena providos de recursos e em igualdade de poder, deve fazer parte das estratégias para o empoderamento dos pequenos agricultores vinculadas à cadeia do dendê.

Neste aspecto, o papel dos movimentos sociais é determinante para conscientizar e contribuir para o engajamento e a articulação dos agricultores com vistas ao fortalecimento das associações locais ou a criação de cooperativas, conforme destacou Drouvot (2012).

A compreensão mais diferenciada das diversas formas da agricultura familiar na Amazônia e o reconhecimento da possibilidade dessas formas de uso da terra serem bem mais sustentáveis econômica, ecológica e socialmente do que historicamente foi pensado, bem pode inspirar políticas agrícolas favoráveis à agricultura familiar. Configuradas no fortalecimento da agricultura familiar diversificada (HURTIENNE, 2005).

Da mesma forma, deve-se priorizar o desenvolvimento a tecnologia destinada ao manejo dos recursos naturais, para a prevenção e controle do desmatamento e o tratamento dos resíduos agroindustriais que vêm contaminando rios e igarapés da região. Isto prescinde de um eficiente sistema de regulação, que preveja a intensificação da fiscalização na área, a adoção de valoração dos recursos naturais, e estimação das compensações por danos ambientais e as externalidades socioeconômicas negativas geradas pelo projeto dendê na região.

Entende-se, ainda, que tão importante quanto adotar medidas mitigadoras das externalidades socioeconômicas e ambientais negativas geradas pelo projeto dendê, é o

acompanhamento contínuo pelos diversos atores envolvidos no processo, afim de que se possa avaliar a pertinência ou não dos caminhos adotados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que a expansão da monocultura do dendê no Baixo Tocantins, com a incorporação da agricultura familiar à cadeia produtiva, constitui atividade que se desenvolve a elevados custos sociais, econômicos e ambientais para as Comunidades de Água Preta, Arauaí, Apei e entorno.

Evidenciou que ambiente de abandono e de carência em que historicamente as comunidades pesquisadas viveram na região, induziu o pequeno agricultor a aceitar os benefícios anunciados pela proposta de integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do dendê, como esperança de alcançar uma vida mais digna.

A integração entre as duas lógicas de produção sustentadas por significados e códigos de sociabilidade completamente diferentes, gerou um choque entre a solidariedade orgânica própria da agricultura familiar e a solidariedade organizacional do agronegócio. Houve uma redefinição do uso da terra, das relações de trabalho e das relações culturais com o território nas comunidades pesquisadas.

Constatou-se que a “parceira” estabelecida entre o pequeno produtor e a Agropalma foi motivada pelos benefícios fiscais advindos do Selo Combustível Social, dos quais a empresa passou a ser beneficiária pelo estabelecimento desse tipo de parceria. Consistiu apenas em mecanismo discursivo de viabilização dos interesses do capital globalizado na Amazônia paraense.

A “parceria” está configurada por uma relação de extrema subordinação do pequeno agricultor à lógica essencialmente econômica da Agropalma, que o transformou em uma espécie de “funcionário terceirizado”. As cláusulas contratuais que regem a “parceria” resguardam, notoriamente os interesses da empresa. Houve o controle unilateral da estrutura de governança da cadeia produtiva do dendê pela Agropalma. O agricultor familiar foi integrado à cadeia do dendê em condições totalmente desfavoráveis para a racionalidade orgânica da agricultura familiar.

Constatou-se também, aumento no grau de dependência do pequeno agricultor com relação à atividade do dendê, em função da incompatibilidade de cultivo conjugado com as culturas de subsistência típicas da agricultura familiar. Não ocorreu, portanto, a diversificação na base produtiva e na fonte de renda familiar, conforme se esperava. Para muitas famílias, o dendê não é a principal atividade; é a única. Esse processo tem se mostrado um perigo para a segurança alimentar nas Comunidades de Água Preta, Arauaí e Apei.

O estudo indica ainda, insustentabilidade econômica da atividade. A renda oriunda do dendê não se mostrou satisfatória para garantir a reprodução do modo de vida das famílias agricultoras. A renda real atualmente usufruída pela grande maioria das famílias produtores do dendê sofreu incremento positivo de algum benefício social.

A contrapartida social da Agropalma com as comunidades “parceiras” limitou-se ao precário cumprimento dos termos estabelecidos nos contratos com os agricultores familiares. Houve um redirecionamento das demandas sociais para as esferas do Estado, como provedor do bem-estar social. Isto denota o descompromisso da empresa com a realidade local, com a qualidade de vida das populações locais.

Contatou-se que não há ação de cooperação entre os agentes públicos e privados participantes da cadeia, no sentido de promover medidas efetivas e condizentes com uma preocupação acerca do acompanhamento e avaliação dos impactos gerados pela atividade da dendeicultura sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, dentro e no entorno das áreas nas quais o cultivo do dendê se desenvolve.

Outro aspecto relevante, diz respeito qualificação técnica dos produtores. Evidenciou-se que o baixo grau de instrução da maioria dos agricultores e a ausência de uma ação direta de capacitação de seus filhos atuam como força contrária à capacidade dos agricultores em gerenciar o projeto e operar mecanismos estratégicos para fazer frente às determinações hierárquicas superiores.

A configuração dos aspectos socioambientais observados pelos agricultores antes e depois do dendê, revelou um ambiente de ameaça para manutenção de condições socioambientais adequadas à qualidade vida na região. Desenvolvem-se em sentido contrário à perspectiva do desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade ambiental, que promova a dignidade humana. Indicando que as práticas produtivas nas plantações de dendê com a Agropalma ocorrem fora de preceitos éticos e legais.

Por fim, o índice de sustentabilidade do desenvolvimento local permitiu ratificar a incapacidade do dendê de tornar-se uma alternativa socioeconômica e ambiental sustentável, criando oportunidades de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida das populações locais.

Os fatores fulcrais de impactos identificados indicam que a expansão da lavoura do dendê na área pesquisada, tida como uma das possibilidades de recuperar áreas desflorestadas e promover o desenvolvimento local, não está atendendo às dimensões social e ambiental das comunidades locais.

Considerando que a escolha das atividades mais compatíveis com a realidade regional deve ser considerada a partir de uma relação de custo-benefício, em que os valores de bens e serviços naturais são ponderados de forma a refletir variações de bem-estar e qualidade de vida e não somente seus respectivos valores de mercado, é possível concluir que os custos socioeconômicos e ambientais gerados a partir do uso da terra pela monocultura dendê no Baixo Tocantins estão mais elevados que os benefícios para as comunidades locais.

Os resultados deste estudo demonstraram que a monocultura do dendê não tem sido capaz de superar a histórica visão desenvolvimentista que orientou a implementação de políticas públicas no meio rural, subordinadas a visões globalizantes e cujos reflexos marcam a realidade regional, como alta concentração fundiária, expropriação das populações tradicionais, graves problemas socioambientais e outros.

Sob estas condições, argumenta-se a necessária cautela antes de referendar este tipo de investimento no meio rural amazônico, sobretudo na forma de integração vertical entre agroindústria e pequeno agricultor familiar, como atividade inclusiva e sustentável capaz de contribuir significativamente para o fomento do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R. E. Territórios quilombolas face à expansão do dendê no Pará. In: BUENAFUENTE, S. M. F. (Org.). **Amazônia: dinâmica do carbono e impactos socioeconômicos e ambientais**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2010.

AGROPALMA. Disponível em: <<http://www.agropalma.com.br/historia.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ÁGUA foi contaminada. **Amazônia Jornal**, Belém, p. 6, 19, abr. 2014.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso de investimentos em dendê no Pará**. Berlin: Working Paper, 6, 2013.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/agricultura_familiar>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BECKER, B. et al. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: CGEE, 2009.

BECKER, B. **Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo?** N10. França, 2010. Confins. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6609>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

BECKER, B.; LÉNA, P. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia**. Rio de Janeiro: UFRJ; Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Bertha-Philippe.PDF>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

BERNARDES, J. A.; ARACRI, L. A. (Org.). **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carnes/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010. 120 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.172**, de 07 de maio de 2010. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura de palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações financiamento do segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. Brasília, DF, maio, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm>. Acesso em: 3 ago. 2014.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, jul. 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Medida Provisória nº 647**, de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências. Brasília, DF, maio, 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa de Produção Sustentável de óleo de Palma no Brasil**. Brasília, DF: MAPA, 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/1_reuni_ao/Programa.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Biodiesel: o novo combustível do Brasil/ Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/programa/biodiesel/menu/programa/objetivos-diretrizes.html>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria N° 337, DE 18 de SETEMBRO DE 2015. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. **Diário Oficial da União**, n. 181, Seção 1, p. 65, 22 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Territórios da Cidadania: Matriz de Ações do Governo Federal**. Baixo Tocantins - PA. Brasília, DF: MMA, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Baixo Tocantins**. Brasília, DF: MMA, SOMECA, Caritas, APACC, 2010.

_____. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012a. **Novo código florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm>. Acesso em: 13 out. 2014.

CONTRATO de implantação da Cultura de Palma (Dendê) e de Exclusividade de Fornecimento de Fruto de Dendê (*Elaeis guineenses*, Jacq.) e outras Avenças, firmado entre a Companhia Refinadora da Amazônia, CRAI Agroindustrial S.A. e o Agricultor Familiar..., com a interveniência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI-PA. 2005.

CORRÊA, R. L. Corporação e espaço: uma nota. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 53 (1), jan./mar. 1991.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 1992.

CRUZ, B. E. V.da. **Territorialização e organização espacial do grupo Agropalma**. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DALY, H.; FARLEY, J. **Economia ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. 530p.

DROUVOT, C. M.; DROUVOT, H.O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a questão da participação dos atores locais em favor do desenvolvimento territorial. In: CONGRÈSTRANSFORMARE, 2. SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 2012, Paris. **Anais...** Paris, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Agronegócio do Dendê: uma Alternativa Social, Econômica e Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

da Amazônia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2000, Belém. **Resumos...** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2000. 89p.

_____. **Dendê: uma nova opção agrícola.** Brasília, DF, 1986.

_____. **Oleaginosas e seus óleos: vantagens e desvantagens para produção de biodiesel.** Brasília, DF: EMBRAPA, 2008.

_____. **Zoneamento Agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal.** Brasília, DF: EMBRAPA, Solos, 2010.

FAUCHEUX, S.; NOEL, J. F. **Economia dos recursos naturais e do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 445 p.

FEINTREINIE, L. et al. Why do Farmers Prefer Oil Palm? Lessons Learnt from Bungo District, Indonesia. **Small-Scale Forestry**, v. 9, p. 379-396, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** 2. ed. São Paulo: Contexto. 2005.

GOVERNO DO PARÁ. **Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil.** Belém: Governo do Pará, 2009. [Power Point].

HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688 p.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, 1996.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1993.

HERZOG, A. L. **Vilão lá fora, mocinho aqui?** O óleo de palma se transformou em uma das maiores ameaças às florestas tropicais do sul da Ásia. No Brasil, o discurso é que a história pode ser diferente". São Paulo: Exame, P128-130, 2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0977/noticias/oleo-palma-vilao-la-foramocinho-aqui-602555>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

HOMMA, A. K. O. et al. **Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da Comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará.** Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2014.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/06.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

IANNI, O. **Teorias da globalização.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 228p.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal- PAM**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O comportamento sócio-trabalhista na produção de óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás Combustíveis**. São Paulo: IOS, 2014.

JUNIOR, J. F. et al. **A Agricultura familiar e a Dendeicultura na Amazônia**. Belém: EMBRAPA, 2004.

KAPLINSKY, R. Spreading the gains from globalisation: what can be learned from value chain analysis? **IDS Working paper**, n. 110. Brighton: Institute of Development Studies, 2000.

LOCATELLI, S. H. **Plano Amazônia Sustentável: uma concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia**. 2009. 107 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

LUCAS, L. O. Combustível que move você e seu carro. **Revista Agropará**, Belém, p. 26, 27 dez. 2015.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, [2004]. 175 p.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo rural a organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000.

MCCARTHY, J. F. Process of inclusion and adverse incorporation: oil palm and agrarian change in Sumatra, Indonesia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4. 2010.

MONTEIRO, K. F. G. **Análise de indicadores de sustentabilidade em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. 2013. 205f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, EMBRAPA Amazônia Oriental, Belém, 2013.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINISTÉRIOPÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA. Instituto Evandro Chagas detecta contaminação por agrotóxicos na Região de Expansão do dendê, 2014. Disponível em: <<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=4380&class=N>>. Acesso em: mar. 2016.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec; EDUC, 1989.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização da Amazônia paraense. Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, abr. 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/compoterritorio/article/view/23628/14394>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais da Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, p. 63-80, 2013.

NAHUM, J.; MALCHER, T. Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia: a dendeicultura na microregião de Tomé-Açu, PA. **Confins**, v. 16, p. 1-20, 2012. Disponível em: <<http://www.cofins.revues.org/7947>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

NETTO, A. IPCC cobra rapidez na adoção de bioenergia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2014. Metrópole/A19.

NORFH, D. **Institutions, Institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, D. A.; PIETRAFESA, J. P.; BARBALHO, M. G. S. Manutenção da Biodiversidade e o Hotspots Cerrado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, 2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos>>. Acesso em: 29 out. 2014.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/Região de Integração Tocantins**. Belém: NAEA; UFPA, 2010.

PIRES, M. S. C. Education and the historical materialism. **Interface: comunicação, saúde, educação**, v.1, n.1, 1997.

PYE, Oliver. Nachhaltige Profitmaximierung. Der Palmöl-IndustrielleKomplex und die Debatte um "nachhaltigeBiotreibstoffe". **Peripherie**, v. 112, n. 28, p. 429-455, 2008.

PROTOCOLO de intenções que celebram entre si, o Estado do Pará através da Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (SEDIP), Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Programa Municípios Verdes (PMV), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), e demais instituições financeiras que declararam adesão a este PROTOCOLO e demais empresas de palma atuantes no Pará que declararem adesão a este PROTOCOLO. 2014.

RAWLS, J. **Justice as fairness: a restatement**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

_____. **Political liberalism**. New York: Columbia University Press, 2005.

RIBEIRO, A. E. M. **Apostila agricultura familiar**. Lavras: UFLA, 1997. p. 18.

SANTANA, A. C. de. **Diagnóstico das cadeias de valor sustentáveis e inclusivas do Marajó: açaí, mandioca, pesca artesanal e pecuária**. Belém: UFRA, 2011.

_____. **Elementos da economia, agronegócio e desenvolvimento local**. Belém: GTZ; TUD; UFRA, 2005.

SANTANA, A. C. de. et al. **Efeitos do FNO no desenvolvimento econômica da região norte: análise de eficácia**. Viçosa: FUNARB, 2012.

_____. Planejamento estratégico de uma universidade federal na Amazônia: aplicação da análise fatorial. **Revista de Estudos Sociais**, v.16, n. 32, p. 183, 2014.

SANTANA, A. C. de.; AMIM, M. M. **Cadeias produtivas e oportunidade de negócio na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2002.

SANTANA, A. C. Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 749-775, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000. 174 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2005. 473 p.

SANTOS, N. R. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento regional: estudo de caso sobre a Empresa Agropalma S.A.** 2008. 176f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Para, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, R. G. C. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia**. *Confins*, v. 23, 2015. Disponível em: <<https://http://confins.revues.org/9949>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SOUSA, C. F. M. Projetos de desenvolvimento para a Amazônia: a expansão da dendeicultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA, 2015, Belém. **Anais ...** Belém: GETTAM; NAEA; UFPA, 2015. p. 15-29.

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1996.

STOKER, Gerry. **Governance as Thory: five propositions**. Oxford: Blackwell; UNESCO, 1998. p. 17-28.

TRECCANI, G. **A regularização fundiária na pauta dos movimentos sociais do Baixo Tocantins e o título de posse como estratégias dos movimentos sociais**, 2014. (Série Entrevistas sobre a Amazônia. FASE

VASCONCELOS, A. M.; VASCONCELOS SOBRINHO, M. **Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade**: um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri. Belém: UNAMA; FIDESIA, 2007.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 8, n. 13, 2006.

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism, firms, markets, relational contracting**. New York: Free Press, 1985.

_____. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, p. 595-613, sep. 2000.

_____. The theory of the firm as governance structure: from choice to contract. **Journal of Economic Perspectives**, v. 16, n. 3, 2002.

APÊNDICE

APENDICE A- QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

QUESTIONÁRIO

Nº _____ do Questionário: _____ Nome _____ do entrevistado _____
Localidade: _____ Município: _____ Data da entrevista: ____/____/2015.
Nome do entrevistador: _____

I CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR E DA PROPRIEDADE FAMILIAR

1. Características do Produtor e da Família

a) Sexo: M () F () b) Idade: _____ c) Origem: _____ d) Tempo que mora no local _____
e) Nível de escolaridade: 1- Sem instrução (); 2- Fund. incompleto (); 3- Fund. completo (); 4- Médio incompleto (); 5- Médio completo (); 6- Superior incompleto () f) Número de pessoas da família ()

2. Quando assinou contrato com a Agropalma? ()

3. O que o (a) motivou a trabalhar com a cultura do dendê?

1 () Aumento da renda familiar 2 () Melhoria da qualidade de vida
3 () Oportunidade de emprego para a família 4 () Outro: _____

4. Escolaridade das pessoas da família ocupadas na atividade (situação atual):

Nível de escolaridade referente à coluna	1	2	3	4	5	6
1)						
2)						
3)						
4)						
5)						

1) Sem instrução; 2) Fundamental incompleto; 3) Fundamental completo; 4) Médio incompleto;
5) Médio completo; 6) Superior incompleto.

5. A família recebe algum benefício social (bolsa família, bolsa verde) ou pensão?

1 Sim () 2 Não ()

5.1 Se sim, qual? _____

6. Está conseguindo pagar todas as parcelas do financiamento de acordo com o planejado?

1 () Sim; 2 () Não; 3 () Em parte

Justifique _____

7. Qual o tamanho da propriedade? (_____ ha)

8. Em relação a Reserva Legal, a propriedade:

1 () Possui RL conforme legislação 2 () Possui RL em limite inferior ao exigido pela legislação
3 () Não possui RL 4 () RL está averbada

9. Qual o tamanho da área de reserva legal antes e depois do projeto de dendê (há)?

Antes	Depois (até 2014)
5.1 Área de reserva legal (_____ ha)	5.2 Área de reserva legal (_____ ha)

10. Em relação ao CAR, a propriedade:

1 () Possui o CAR 2 () Não possui o CAR 3 () CAR está em andamento

11. Houve algum desmatamento na área após a introdução do dendê?

1 () Sim 2 () Não

12. O que produzia na terra antes de trabalhar como dendê? E hoje?

Antes		Depois	
Tipos de cultura	Área ocupada (há)	Tipos de cultura	Área ocupada (há)
1)		1)	
2)		2)	
3)		3)	
4)		4)	

13. Qual a razão da mudança na cultura de uso da terra?

II CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS ANTES E DEPOIS DO PROJETO DENDÊ

14. Nível de renda familiar antes e depois da cultura do dendê:

14.1 Antes: R\$	14.2 Depois: R\$
-----------------	------------------

15. Qual a razão da mudança no nível de renda?

16. Número de pessoas ocupadas antes e depois do dendê:

Antes	Depois

17. Acesso a bens e serviços antes e depois da introdução da cadeia produtiva do dendê

Bens e Serviços	Antes /Sim(1); Não(2)	Depois /Sim(1); Não(2)
1. A família possui casa própria?		
2. Quantos quartos tem a casa?		
3. Qual o material do telhado da casa?		
4. Qual o material das paredes da casa?		
5. Qual o tipo de banheiro da casa?		
6. Qual a fonte de água potável?		
7. Qual a fonte de energia da residência?		
8. Qual a fonte de energia para cozinhar?		
9. A família possui fogão a gás?		
10. A família possui geladeira?		
11. A família possui televisão?		
12. A família possui celular?		
13. A família possui bicicleta?		
14. A família possui moto?		
15. A família possui carro?		

18. Informe como a integração à cadeia produtiva do dendê afetou a agricultura familiar com relação a (ao):

Influência da integração	Aumentou (1)	Diminuiu (2)	Igual (3)	Não sabe (4)
1 Valor da propriedade				
2 A renda bruta da atividade				
3 A margem de lucro da atividade				
4 A qualidade de vida da família				
5 Ocupação de mão de obra da família				
6 Qualidade das condições de trabalho				
7 Uso de mudas ou sementes melhoradas				
8 Uso de pesticida, herbicida ou fungicida				
9 Uso de tecnologia (trator, máquina e outros)				

10 Acesso a crédito				
11 Assistência técnica				
12 Segurança alimentar/Cultivo conjugado				

19. Informe os aspectos socioambientais observados antes e depois da estruturação da cadeia produtiva do dendê:

Aspectos	Antes			Depois		
	Sim (1)	Não(2)	NA(3)	Sim (1)	Não (2)	NA (3)
1. Uso de práticas de queimadas						
2. Preserva nascentes, matas ciliares e encostas?						
3. Recebe trein. p aplic. defensivos e fertilizantes químicos?						
4. Faz tripla lavagem e devol. de embal.de agrotóxicos?						
5. Possui local adequado para armazen.de produtos químicos?						
6. Utiliza Equipamento de Proteção Individual- EPI						
7. Alteração na qualidade da água?						
8. Alteração na qualidade do ar?						
9. Alteração na qualidade do solo?						
10. Alteração do estoque de peixes?						
11. Alteração na qualidade da saúde pessoal.						
12. Melhoria de ações voltadas à educação						
13. Melhoria de ações voltadas à segurança						
14. Melhoria de ações voltadas à saúde.						
15. Disponibilidade de tempo para o lazer						

NA= não se aplica.

20. Com relação aos itens 7, 8, 9 e 11 da questão anterior, quais as principais mudanças observadas?

1 No que se refere à qualidade da água _____

2 No que se refere à qualidade do ar: _____

3 No que se refere à qualidade do solo: _____

4 No que se refere à saúde: _____

21. No que se refere à mudança nas condições climáticas da área depois da introdução da dendeicultura:

Como você avalia os seguintes fenômenos?	Extrem. mudado(1)	Pouco mudado (2)	Nada mudado (3)
1. Irregularidade das chuvas			
2. Aumento da temperatura			
3. Red. nível de água dos rios e igarapés			
4. Aumento de queimadas			
5. Aumento de desmatamento			

II ESTRUTURA DE GOVERNANÇA NO ÂMBITO DA CADEIA PRODUTIVO DO DENDÊ

22. Existe organização social local (sindicato, associação) que represente os produtores de dendê?

1 () Sim; 2 () Não;

Se sim, qual? _____

23. Como você avalia a contribuição da associação local no tocante às seguintes atividades:

Tipo de contribuição	Grau de contribuição		
	(1)	(2)	(3)
1. Definição de objetivos comuns para os agricultores	(1)	(2)	(3)
2. Melhoria das condições de comercialização da produção familiar	(1)	(2)	(3)

3. Prestar informações sobre matérias-primas, equipamentos, assistência técnica, consultoria, etc.	(1)	(2)	(3)
4) Estímulo a ações cooperativas	(1)	(2)	(3)
5) Defesa dos interesses comuns dos agricultores junto a órgãos públicos e privados	(1)	(2)	(3)
6) Criação de fóruns e ambientes para discussão de questões socioeconômicas e ambientais	(1)	(2)	(3)
7) Promoção de ações de capacitação tecnológica aos agricultores	(1)	(2)	(3)
8) Estímulo ao desenvolvimento do ensino e pesquisa local	(1)	(2)	(3)
9) Busca por parcerias junto a órgãos público e privados em prol da agricultura familiar	(1)	(2)	(3)

Favor indicar o grau de contribuição utilizando a escala, onde: 1 é baixa; 2 é média; e 3 é alta.

24. Como você avalia a sua contribuição junto à associação local no tocante às seguintes atividades:

Tipo de contribuição	Grau de contribuição		
1) Participação nas reuniões	(1)	(2)	(3)
2) Participação na tomada de decisões	(1)	(2)	(3)
3) Estímulo a ação coletiva	(1)	(2)	(3)
4) Pagamento de taxas sindicais	(1)	(2)	(3)
5) Participação de ações cooperativas	(1)	(2)	(3)
6) Apresentação de reivindicações comuns	(1)	(2)	(3)
7) Participação na definição de objetivos comuns para os agricultores.	(1)	(2)	(3)

Favor indicar o grau de contribuição utilizando a escala, onde 1 é baixa, 2 é média e 3 é alta.

25. Como você avalia a relação entre empresa e agricultores quanto aos seguintes aspectos:

Aspectos	Muito satisfatório (1)	Pouco satisfatório (2)	Nada satisfatório (3)
1. Cumprimento das cláusulas contratuais			
2. Abertura da empresa para ouvir os agricultores			
3. Atendimento às reivindicações dos agricultores			
4. Cumprimento de ações voltadas a treinamento			
5. Prática de ações voltadas à segurança no trabalho			
6. Práticas de ações voltadas à saúde do agricultor			
7. A qualidade de vida da comunidade local			

26. Qual o grau de satisfação com relação ao desempenho da atividade do dendê?

Favor indicar o grau de satisfação utilizando a escala, onde:

1 corresponde a baixa satisfação;

2 corresponde a média satisfação;

3 corresponde a alta satisfação e;

Grau de satisfação		
(1)	(2)	(3)

Comentários
